

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Murilo Costa Guimarães

**Impactos da pandemia de COVID-19 na exportação das principais *commodities*
agrícolas do Brasil para a China.**

DOURADOS
Setembro - 2023

Murilo Costa Guimarães

Impactos da pandemia de COVID-19 na exportação das principais *commodities* agrícolas do Brasil para a China.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Déborah Silva do Monte

DOURADOS
Setembro - 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

G963i Guimaraes, Murilo Costa

Impactos da pandemia de COVID-19 na exportação das principais commodities agrícolas do Brasil para a China. [recurso eletrônico] / Murilo Costa Guimaraes. -- 2023.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Déborah Silva do Monte.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Comércio Internacional. 2. Commodities. 3. Pandemia. 4. Brasil. 5. China. I. Monte, Déborah Silva Do. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 11 de setembro de 2023, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, o aluno **Murilo Costa Guimarães** tendo como título “**Impactos da pandemia de COVID-19 na exportação das principais commodities agrícolas do Brasil para a China**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dra. Déborah Silva do Monte** (orientador), **Dr. Hermes Moreira Junior** (examinador) e **Dra. Adriana Kirchof de Brum** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Dra. Déborah Silva do Monte

Orientadora

Dr. Hermes Moreira Junior

Examinador

Dra. Adriana Kirchof de Brum

Examinadora

Dedico este trabalho aos meus pais, José Humberto (in memoriam) e Meire.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por tudo que proporcionou na minha vida. Pela minha saúde, saúde da minha mãe, irmão, família e amigos. Agradeço pela força que me proporcionou em todos os momentos, especialmente nos de maior dificuldade. Obrigado por todas as oportunidades que surgiram em minha vida, por me proporcionar os melhores pais que alguém poderia ter, pelo meu irmão, minha família e amigos. Por nos proporcionar uma fonte de sustento e por nunca ter deixado faltar nada na minha vida.

Gostaria de agradecer também pela pessoa mais especial da minha vida, minha mãe, ou melhor, Dona Meire, que foi e continua sendo minha maior inspiração. Obrigado por sempre ter se dedicado à nossa família. Pelos esforços e sacrifícios em uma jornada que não foi fácil, mas que tenho certeza que sua capacidade e inteligência tornaram tudo mais ameno. Obrigada por sempre nos proporcionar tudo do bom e do melhor, por nunca ter deixado faltar nada em nossas vidas. Obrigado por me dar educação, e me ensinar a trilhar o caminho certo na vida, sempre respeitando os outros. Obrigada por me ensinar a sempre agradecer por tudo que temos em nossa vida, por sempre me mostrar a importância dos estudos na minha vida. Obrigada por estar do meu lado sempre que precisei, me apoiando nos momentos difíceis, me motivando sempre para correr atrás dos meus sonhos e objetivos, me incentivando para alcançá-los, e celebrando comigo todos aqueles que já conquistei. Obrigado pela paciência e carinho de entender e lidar com meus humores, desde os dias mais carinhosos, até os dias que ficava perturbando sua cabeça até escutar um "Ah não Murilo, não enche meu saco não". Tenho certeza que sem você na minha vida, não seria possível ser 1% da pessoa que sou hoje. Obrigado por ter sido a melhor mãe que eu poderia ter. São tantas coisas pra te agradecer que esta seção deste trabalho é pouca para o tanto que sou grato a você. Obrigado por ser minha mãe. Te amo mais que tudo nesse mundo!

Quero agradecer também ao meu irmão, por nossa parceria de sempre. Obrigado pelo apoio, suporte e por cuidar das nossas coisas com responsabilidade e comprometimento, especialmente no período que estive longe. Agradeço também a minha namorada, Alana, que desempenhou um papel importante na minha vida desde o início. Obrigado pelo amor, carinho, gentilezas, compreensão, paciência, companhia e por sempre me escutar, aconselhar e me motivar, seja nos momentos bons ou ruins. Amo você e sua companhia.

Aos meus amigos, agradeço pela parceria, paciência, amizade, risadas e todos os momentos que passamos juntos. Tive e tenho a sorte de contar com várias companhias

enriquecedoras nessa caminhada. Dentre todos aqueles que fizeram parte da minha vida nesse período, gostaria de agradecer em especial alguns: Ícaro, Gabi, Camile, Matheus, João, Vitória, Stel, Raíssa, Gustavo, Amanda, Marina, Victória, Bia, Malu, Jéssica, Duda e as Guaicuranas. Estendo o carinho e gratidão a todos os outros que fizeram parte dessa etapa.

Aos meus colegas de trabalho, agradeço pela oportunidade, pelos conhecimentos, suporte, compreensão, dicas, sugestões e por me tornarem uma pessoa melhor. Desde o Centro de Formação, com a Rute e Fran, obrigado por tudo que me ensinaram durante o período que fiz parte do time. A PROGESP, muito obrigado por terem me recebido e tratado tão bem. Em especial ao pessoal da DILEN, agradeço a Verônica, Juliana e Jonathan pela oportunidade, paciência, dicas e ensinamentos que me proporcionaram, por me ensinarem que “estagiário também é gente” haha.

Por fim, gostaria de agradecer aos professores da FADIR por terem tornado essa jornada mais especial e enriquecedora. Ao Hermes e Adriana, agradeço por aceitarem o convite para minha banca de defesa. Em especial gostaria de agradecer minha orientadora Déborah, minha atleticana favorita. Obrigada por ter me aceitado como orientando, por me motivar, acreditar em mim e no meu trabalho, pela paciência e por cada dica, conselho, conversa. Obrigado por sempre me lembrar de acreditar no meu potencial. Obrigado por ter sido além de professora e orientadora, minha amiga. Agradeço por ter sido tão presente e por me apoiar em cada situação, principalmente as dificuldades e desafios enfrentados no trabalho. Tenho certeza que seu jeito leve, descontraído, mas ao mesmo tempo profissional e educado tornou essa experiência ainda mais especial.

RESUMO

As *commodities* desempenham um papel cada vez mais crucial na economia brasileira, consolidando o agronegócio como pilar essencial do crescimento. O avanço econômico da China impulsionou a comercialização de produtos básicos do Brasil, dada a sua demanda por *commodities*. Nesse contexto, este estudo investiga os efeitos da pandemia de COVID-19 nas exportações das principais *commodities* agrícolas brasileiras para a China. Inicialmente, explora-se as teorias do comércio internacional e as relações Brasil-China, abrangendo as vertentes teóricas liberal e nacionalista, as vantagens comparativas do comércio bilateral e a aplicação do teorema de Heckscher-Ohlin na relação entre os países. O trabalho também busca analisar e entender o histórico comercial, desde acordos do fim do Século XIX, até o crescente aprofundamento comercial entre as nações no Século XXI. Posteriormente, se analisa os impactos da pandemia no agronegócio brasileiro e nas exportações para a China, enfatizando soja, cana-de-açúcar, algodão e as carnes bovina, suína e de frango. O estudo proporciona uma visão abrangente da relação entre os países em meio às mudanças econômicas mundiais, enriquecendo a compreensão desses cenários.

Palavras chaves: Comércio Internacional; *Commodities*; Pandemia, Brasil; China.

ABSTRACT

Commodities play an increasingly crucial role in the Brazilian economy, consolidating agribusiness as an essential pillar of growth. China's economic advancement has boosted the commercialization of Brazilian basic products, given its demand for *commodities*. In this context, this study investigates the effects of the COVID-19 pandemic on the exports of Brazil's main agricultural *commodities* to China. Initially, it explores the theories of international trade and Brazil-China relations, covering the liberal and nationalist theoretical approaches, the comparative advantages of bilateral trade, and the application of the Heckscher-Ohlin theorem in the relationship between those countries. The work also seeks to analyze and understand commercial history, from agreements at the end of the 19th century to the growing commercial deepening between the nations in the 21st century. Subsequently, it analyzes the impacts of the pandemic on Brazilian agribusiness and exports to China, emphasizing soybeans, sugarcane, cotton, and meats, as beef, pork, and poultry. The study provides a comprehensive view of the relationship between those countries during global economic changes, enriching the understanding of these scenarios.

Keywords: International trade; *Commodities*; Pandemic; Brazil; China.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Intercâmbio Comercial entre Brasil e China (1974-1994)	42
Gráfico 2 - Intercâmbio comercial entre Brasil e China (1990-2002)	44
Gráfico 3 - Participação (%) dos principais mercados de destino das exportações brasileiras (2001-2018)	53
Gráfico 4 - Índice internacional de preços das commodities: geral, de matéria-prima agrícola e alimentícias em US\$ - (1998 - 2023)	54
Gráfico 5 - Saldo da balança comercial brasileira por fator agregado em US\$ - (1997-2015)	57
Gráfico 6 - Crescimento (%) PIB do Brasil, China e Mundo - (2019-2022)	63
Gráfico 7 - Exportações Brasileiras mensais totais e com destino à China - Valor em US\$ FOB Milhões - (01/2019 - 12/2022)	68
Gráfico 8 - Quantidade de produção/rendimento de soja no Brasil - (2001-2021)..	70
Gráfico 9 - Valor FOB em milhões (US\$) mensal exportado de soja do Brasil para a China - 2019-2021..	71
Gráfico 10 - Quantidade de produção/rendimento de cana-de-açúcar no Brasil - (2001-2021)..	73
Gráfico 11 - Valor FOB (US\$) exportado de cana-de-açúcar do Brasil para a China - 2001-2021..	74
Gráfico 12 - Quantidade de produção/rendimento de algodão no Brasil - (2001-2021)..	76
Gráfico 13 - Valor FOB (US\$) mensal exportado de algodão do Brasil para a China - 2019-2021..	78
Gráfico 14 - Produção brasileira de carne bovina com ossos, fresca ou refrigerada - 2001-2021..	80
Gráfico 15 - Valor FOB em milhões (US\$) mensal exportado de carne bovina do Brasil para a China - 2019-2021..	81
Gráfico 16 - Produção brasileira de carne suína com ossos, fresca ou refrigerada - 2001-2021..	82
Gráfico 17 - Valor FOB em milhões (US\$) mensal exportado de carne suína do Brasil para	

a China - 2019-2021..	84
Gráfico 18 - Produção brasileira de carne de frango com ossos, fresca ou refrigerada - 2001-2021..	86
Gráfico 19- Valor FOB em milhões (US\$) mensal exportado de carne de frango do Brasil para a China - 2019-2021..	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Valores totais do comércio mundial do Brasil (2016-2022)	27
Quadro 2 - Valores totais do comércio entre Brasil e China (2016-2022)	27
Quadro 3 - Total de Exportações do Brasil para a China detalhado por Código CGCE Nível 1 (Valores em milhões de US\$) - (2016-2022)	29
Quadro 4 - Total de Importações do Brasil oriundas da China detalhado por Código CGCE Nível 1 (Valores em milhões de US\$) - (2016-2022)	29
Quadro 5 - Total de Exportações Brasil por Código CGCE Nível 1 (Valores em milhões de US\$) - (2016-2022)	29
Quadro 6 - Índices de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) do comércio entre Brasil e China - (2016-2022)	30
Quadro 7 - Intercâmbio comercial entre Brasil e China (2001-2019)	50
Quadro 8 - Participação (%) das categorias de produtos na exportação brasileira sobre valor exportado - 1997 a 2019..	58

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BC	Bens de Consumo
BI	Bens Intermediários
BK	Bens de Capital
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CGCE	Classificação por Grandes Categorias Econômicas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	Free on Board
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
HPAI	Highly Pathogenic Avian Influenza
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IED	Investimento Externo Direto
IVCR	Índice de Vantagens Comparativas Reveladas
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIB	Produto Interno Bruto
PSA	Peste Suína Africana
RPC	República Popular da China
UE	União Europeia
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
VCR	Vantagens Comparativas Reveladas

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
LISTA DE GRÁFICOS	6
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	9
SUMÁRIO	10
1. INTRODUÇÃO	11
2. AS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CHINA.	17
2.1 TEORIA LIBERAL <i>versus</i> TEORIA NACIONALISTA	17
2.2 AS VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS DO COMÉRCIO BRASIL-CHINA	25
2.3 TEOREMA DE HECKSCHER-OHLIN E A RELAÇÃO SINO-BRASILEIRA	32
3. O HISTÓRICO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA: DA EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS À REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA	35
3.1 DO TRATADO DE AMIZADE, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO À PARCERIA ESTRATÉGICA	35
3.2 DO “ <i>BOOM DAS COMMODITIES</i> ” AO PERÍODO PRÉ-PANDEMIA	47
4. COVID-19 E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: COMO AS EXPORTAÇÕES PARA A CHINA DE UM DOS PILARES ECONÔMICOS DO BRASIL FORAM IMPACTADAS PELA PANDEMIA?	62
4.1 COVID-19, AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E A RELAÇÃO SINO-BRASILEIRA: UM PANORAMA GERAL	62
4.2 A <i>COMMODITY</i> SOJA	69
4.3 A <i>COMMODITY</i> CANA-DE-AÇÚCAR	73
4.4 A <i>COMMODITY</i> ALGODÃO	76
4.5 A <i>COMMODITY</i> CARNE BOVINA	79
4.6 A <i>COMMODITY</i> CARNE SUÍNA	82
4.7 A <i>COMMODITY</i> CARNE DE FRANGO	85
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
6. REFERÊNCIAS	94

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do Século XX e das décadas de 2000, as *commodities* ganharam destaque na economia brasileira e reforçaram a importância desses produtos para o país. A descoberta de grandes reservas de petróleo no pré-sal na década de 2000 reforçou a importância das *commodities* energéticas, como o petróleo, para o país. No setor agrícola, a soja, o milho e a carne se tornaram *commodities* essenciais para a economia brasileira. Desta forma, o Brasil se consolidou como um dos principais produtores e exportadores desses produtos, impulsionando a balança comercial e contribuindo para o crescimento econômico.

O Brasil é um dos países mais importantes do mundo quando o assunto é produção de *commodities* agrícolas por possuir fatores fundamentais para esse protagonismo, como a grande extensão territorial, abundância de recursos naturais, terras cultiváveis e um clima favorável. Somado a isso, no Século XXI, devido a rápida expansão da economia chinesa, se teve um superciclo de *commodities* e uma consequente ascensão das exportações brasileiras destes produtos, o que gerou mudanças não apenas na estrutura do relacionamento comercial brasileiro internacional, mas também no direcionamento dos fluxos comerciais que se tornam cada vez maiores e mais voltados para as exportações de primários sobre os manufaturados, sendo esse um dos principais pontos de preocupação de alguns críticos.

Porém, no mês de dezembro do ano de 2019, em Wuhan, importante cidade industrial da província de Hubei, na República Popular da China, houve a identificação pela primeira vez de uma doença infecciosa causada pelo novo Coronavírus, SARS-CoV-2, (*severe acute respiratory syndrome coronavirus 2*), que gerou a COVID-19. Esta atingiu, até maio do ano 2023, mais de 690 milhões de pessoas e causou a morte de quase 7 milhões de infectados em todo o mundo (WHO, 2023). O avanço da pandemia do novo coronavírus desde sua chegada no país, desencadeou um impacto muito severo na economia mundial. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Produto Interno Bruto (PIB) global encolheu 3,3% em 2020, em comparação com o crescimento de 2,8% em 2019, sendo essa a maior queda desde a Grande Depressão na década de 1930. No Brasil, a queda do PIB em 2020, primeiro ano da pandemia, foi de 3,3%, em relação ao ano anterior (GOMES, 2022). Após revisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este foi um dos maiores recuos nos últimos 30 anos, sendo possível até comparar com anos como 1981, quando este índice caiu em 4,25%, durante o ápice da crise da dívida externa, e de 1990, ano do confisco das poupanças pelo governo Collor, que registrou uma queda de 4,35% do PIB, segundo o

Monitor Mercantil (2021). Já na China, a pandemia teve também um impacto significativo, com uma queda de 6,8% no PIB no primeiro trimestre de 2020. No entanto, a economia chinesa se recuperou rapidamente, com um crescimento de 4,9% no terceiro trimestre e de 6,5% no quarto trimestre de 2020, registrando um saldo positivo de 2,3% no PIB em 2020. Apesar disso, o desempenho foi o mais fraco em 44 anos (G1, 2021).

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como foco a seguinte problemática: *Quais foram os impactos da pandemia de COVID-19 nas exportações das commodities agrícolas brasileiras soja, cana-de-açúcar, algodão, e nas carnes bovina, suína e de frango para a China?* A nomeação e escolha de tais produtos como “principais *commodities* agrícolas exportadas do Brasil para a China” foi baseada em dados e estatísticas do Comex Stat. O entendimento dessa temática é de extrema relevância para avaliar principalmente o impacto na saúde econômica do país, já que o Brasil é um dos maiores produtores e um dos principais exportadores de *commodities* agrícolas para a China. Diante disso, a compreensão do assunto é importante por conta das relações comerciais e diplomáticas entre os dois países, visto que a China é um importante parceiro comercial do Brasil, e as exportações de *commodities* agrícolas desempenham um papel fundamental nessas relações. Assim, o impacto nas relações comerciais e diplomáticas entre os dois países pode influenciar negociações comerciais, acordos bilaterais e até mesmo estratégias de cooperação em áreas relacionadas à agricultura e ao comércio. Portanto, o estudo da referida questão é relevante para a economia internacional por contribuir na análise de cadeias de suprimentos, a modelagem econômica, a avaliação de políticas públicas, utilização de vantagens comparativas e a cooperação internacional. Essas informações são de suma importância para entender os efeitos e como se deu o desenvolvimento de soluções para os desafios decorrentes da pandemia e seus efeitos nas exportações agrícolas.

A partir dos fatos citados, o objetivo deste trabalho é analisar como a pandemia da COVID-19 impactou as exportações das *commodities* do setor agrícola, um dos principais motores da economia brasileira, para a China, analisando também as exportações dessas *commodities* agrícolas para o país asiático em um período anterior ao da pandemia de COVID-19, visando entender os reais impactos. Para tanto, essa análise servirá de base para compreender objetivos específicos como: entender como o Brasil utiliza de suas vantagens comparativas na produção de *commodities* agrícolas e como o país explora a vasta demanda chinesa por estas; analisar a importância que o comércio bilateral com a China possui na

condução da política externa do Brasil para com a nação oriental, considerando o aprofundamento das relações entre os países, principalmente a partir de 1974, e posteriormente com o cenário externo de recessão mundial; demonstrar o argumento de que a crescente demanda chinesa por *commodities* gerou uma reprimarização da pauta exportadora brasileira ao longo do século XXI, sintoma este que se intensificou principalmente com a pandemia do novo coronavírus no ano de 2020; e por fim. Compreender o histórico das relações bilaterais Brasil-China e o impacto da pandemia nas relações comerciais entre os países, com foco no setor agrícola. Assim, o foco do texto é compreender como esse intercâmbio comercial entre Brasil e China foi afetado pela catastrófica pandemia de COVID-19, que além de ter afetado diretamente o setor agrícola, afetou toda sua cadeia produtiva.

Diante disso, entende-se que o estado de pandemia global veio acompanhado da adoção de diversas medidas rígidas de isolamento social. Neste “novo” cenário, a maioria dos setores da economia, como o agronegócio, foram afetados, o que impactou tanto os processos de produção, quanto às transações comerciais rotineiras. E no agronegócio, se tais medidas tiveram efeitos em todos os níveis dos processos produtivos. Nas duas últimas décadas, o desenvolvimento do setor agrícola brasileiro promoveu uma explosão no crescimento, impulsionado pelo aumento significativo da produção, o que permitiu que o Brasil se firmasse como um dos mais importantes fornecedores de alimentos para o mundo (MAURI *et al.*, 2017). Dito isso, o agronegócio é reconhecido como pilar fundamental para o crescimento econômico brasileiro. As somas de bens gerados por este chegaram a R\$ 1,55 trilhão, ou 21,4% do PIB brasileiro em 2020 (BARROS; CASTRO, 2020). A maior parcela vem justamente do ramo agrícola, que corresponde a 68% desse valor (R\$ 1,06 trilhão) e a pecuária corresponde a 32%, ou seja, R\$ 494,8 bilhões (CNA, 2020).

Isso pode ser explicado, pela ótica da teoria de David Ricardo, pelo fato de o Brasil possuir vantagens comparativas na produção de *commodities* agrícolas, ou seja, é quando “um país tem uma vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade de produzir aquele bem em termos de outros bens for menor naquele país do que em outro país” (KRUGMAN *et al.* 2015, p.22). Assim, elementos como a abundância de recursos naturais, tecnologia agrícola avançada, competitividade nos custos de produção e diversidade de produção são diferenciais positivos para o Brasil na produção de *commodities* agrícolas, e que encontra na China mercado com demanda crescente dessas *commodities*,

gerando parcerias comerciais, investimento em infraestrutura, logística e cumprimento dos requisitos sanitários. Porém, o isolamento atingiu rapidamente o escoamento de insumos e a produção agrícola brasileira, causando problemas logísticos e até mesmo perda de produção (SOENDERGAARD *et al.*, 2020).

Estes desafios oriundos do isolamento social fizeram com que adotasse estratégias como adaptação às mudanças de demanda, investimento em logística e transporte com objetivo de agilizar o escoamento da produção e minimizar os impactos nas exportações, além do fortalecimento de parcerias comerciais com importadores e distribuidores chineses visando o acesso contínuo ao mercado chinês e o investimento em tecnologia e inovação. Apesar do governo de Jair Bolsonaro ter optado pela adoção de retórica anti-China principalmente nas questões que envolveram a pandemia, “em situações em que estar junto com a China reforçava agendas nacionais de interesse do governo, o comportamento do país foi mais conciliatório com o chinês” (SOUSA *et al.*, 2020, p.34). Isso fez com que certas políticas públicas fossem aplicadas tentando contornar os desafios do isolamento social, visando assim a facilitação do comércio, estímulo à produção e exportação, além da busca por novos acordos comerciais. Com isso, as relações comerciais Brasil-China registraram crescimento no ano de 2020, com destaque para aspectos como: “i) as trocas mantiveram o padrão norte-sul; ii) o saldo comercial permaneceu favorável ao Brasil, e; iii) a importância comercial da China para o país cresceu” (SOUSA *et al.*, 2020, p.37).

Segundo Morello (2017), a relação comercial entre Brasil e China é um fenômeno considerado relativamente recente, já que foi a partir dos anos de 1990 que o comércio entre ambas as nações passou a ser significativo, e foi se intensificando durante os anos 2000. Apesar dos desafios gerados pela pandemia do COVID-19, segundo o Conselho Empresarial Brasil-China, em 2020 foi a primeira vez que o Brasil atingiu três dígitos na corrente comercial com apenas um país, e mesmo com a pandemia, as trocas entre os dois países marcaram recorde histórico no comércio exterior nacional. Dito isso, este trabalho mostrará que mais uma vez o agronegócio brasileiro se mostrou um setor forte e competitivo, apresentando bons resultados em meio a um período marcado por uma retração econômica global, e que impôs inúmeros desafios. Apesar dos diversos impactos gerados pela pandemia de COVID-19 e vivenciados pelo agronegócio, será analisado que o setor se destacou, apresentando resultados positivos.

Para isso, nesta pesquisa optou-se por uma abordagem descritiva para entender os impactos da pandemia de COVID-19 no caso estudado, isto é: na exportação das principais *commodities* agrícolas do Brasil para a China. Esse objetivo é explorado em detalhes, analisando características, fundamentos e implicações para o cenário econômico internacional e bilateral entre os dois países. A pesquisa busca descrever e analisar o impacto no setor agrícola brasileiro nos anos de pandemia por meio da utilização de teorias do comércio internacional, análise de dados quantitativos da interpretação dos resultados. Para atingir esse objetivo, utilizou-se de fontes primárias e secundárias relevantes relacionadas ao tema e problema, além da análise de documentos oficiais, dados, gráficos, tabelas e acordos. Para compreender os efeitos da pandemia nas exportações agrícolas, serão analisados dados quantitativos, extraídos dos sites como o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Comex Stat, FAOSTAT, indexmundi, Blog do IBRE e Banco Mundial com informações estatísticas e quantitativas sobre o volume de exportações no período anterior e durante a pandemia, além dos preços das *commodities* e como a economia reagiu no referido período. Essa análise documental fornece informações sobre as políticas adotadas pelo Brasil neste cenário, suas prioridades de economia, segurança e até mesmo seus esforços diplomáticos e ajustes de estratégias nesse contexto. Recorreu-se também a fontes secundárias como revisão bibliográfica, explorando literatura acadêmica através de livros, artigos, teses, sites oficiais e dissertações relacionadas com o tema e que permitem uma compreensão aprofundada do contexto histórico das relações comerciais entre Brasil e China, somado com o entendimento de teorias e modelos presentes no comércio internacional e da forma como o Brasil lidou com as adversidades oriundas da pandemia no setor de *commodities*. Em suma, essa abordagem permite uma análise mais detalhada a respeito do impacto da pandemia de COVID-19 nas exportações das principais *commodities* agrícolas do Brasil para a China, contribuindo para o entendimento do panorama teórico do comércio internacional e das dinâmicas de poder entre os dois países.

Visando atingir os objetivos anteriormente propostos, o presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro deles trata sobre questões de comércio internacional e algumas teorias desse, procurando mostrar como Brasil e China se inserem na economia mundial, e como o crescimento chinês impacta nessa inserção. Além disso, apresentará qual o modelo exportador brasileiro, principalmente ligado com teorias como o das vantagens comparativas de David Ricardo e modelos como o de Heckscher-Ohlin. O segundo deles

terá como base a contextualização das relações comerciais entre Brasil e China, iniciadas no Século XIX devido à demanda de trabalho principalmente da atividade cafeeira da época, mas que teve suas bases formadas somente em 1974 com a reconstrução das relações diplomáticas pelo presidente Geisel, se aprofundando na década de 90 e atingindo seu auge nas décadas dos anos 2000.

Por fim, o terceiro capítulo aborda o período da pandemia de COVID-19, os impactos, efeitos e redirecionamentos ocasionados por esta em diversas regiões, afetando a oferta, havendo interrupções na produção e na demanda em consequência das medidas impostas pela OMS, interrompendo a logística das produções e no escoamento dos produtos do agronegócio brasileiro. Será possível entender como o governo federal lidou com a situação e com as relações bilaterais com a China. Em conjunto com as considerações finais, concluiu-se que o agronegócio, apesar da demanda de produção, as interrupções nos mercados agroalimentares, os quais afetaram a produção, logística e disponibilidade de alimentos, ainda conseguiu garantir a capacidade ativa de geração de riqueza e renda, mantendo não só seu setor produtivo, mas também sustentando a economia nacional que sofreu uma grande devastação durante o período da pandemia (ALPINO *et al.*, 2020).

2. AS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CHINA

Este capítulo tem como objetivo apresentar conceitos bases que irão permear o decorrer desta monografia, de modo a envolver e articular os diferentes elementos de estudos propostos, tendo sempre em consideração a pergunta de partida. No decorrer do capítulo serão apresentadas as duas principais vertentes teóricas do comércio internacional, a teoria liberal, defensora do livre-comércio, e a teoria nacionalista, adepta ao protecionismo. Diante disso, o capítulo procura mostrar como as relações sino-brasileiras podem ser analisadas a partir de conceitos da teoria liberal clássica do comércio internacional, como o de vantagens comparativas e o de vantagens comparativas reveladas. Além disso, há conexão com a teoria liberal neoclássica, por meio do teorema de Heckscher-Ohlin, que será interligado com a relação comercial bilateral de Brasil e China.

2.1 TEORIA LIBERAL *versus* TEORIA NACIONALISTA

O comércio internacional está ligado com as transações comerciais de troca de bens e serviços e movimento de capital, sendo a mais tradicional e relevante forma de ligação entre os países, além de ser pilar essencial para o progresso das relações internacionais. Para Krugman (2015), os países abraçam a ideia do comércio internacional por duas razões básicas: a primeira se deve ao fato dos países serem diferentes uns dos outros, adotando o comércio para poderem se beneficiar de suas diferenças; a segunda visa obter economias de escala na produção, isto é, se cada país produz apenas uma gama limitada de bens, pode produzir cada um desses bens em maior escala e, assim, serem mais eficientes na produção deste, ao invés de tentar produzir tudo. Dito isso, no mundo real os padrões de comércio internacional vão refletir a interação desses dois motivos.

A análise do comércio internacional é fundamental, já que o entendimento de seus fundamentos e dinâmicas são diretrizes determinantes na política comercial das nações. O intercâmbio de mercadorias vem se expandindo desde os primórdios da humanidade, e para Robert Gilpin (2002), esse crescimento trouxe consigo cinco consequências: 1) a difusão de tecnologia; 2) um efeito de demanda que estimula o crescimento e eficiência geral da economia; 3) vantagens para firmas individuais, promovendo aumento de escala e retorno sobre investimento; 4) ampliação da faixa de escolha dos consumidores; e 5) redução dos custos de insumos e conseqüentemente do custo de produção. Além disso, o comércio foi usado mais

recentemente de forma estratégica, visando a obtenção de produtos necessários e o desenvolvimento econômico. Tais fatores geram cada vez mais a necessidade de os intelectuais das relações internacionais focalizarem nas constantes tensões e diálogos entre a economia e a política, sendo necessário “integrar o estudo da economia internacional com o estudo da política internacional para aprofundar a compreensão das forças em presença no mundo” (GILPIN, 2002, p.19).

Para Robert Gilpin (2002), as mudanças presenciadas no mundo real trouxeram maior relevância para a economia e para a política, mostrando que o entendimento teórico de suas interações era simples e limitado pelas fronteiras impostas às duas disciplinas. A história das relações internacionais destaca a relevância de fatores econômicos, que juntamente com objetivos e recursos, foram elementos importantes de disputas entre grupos políticos nos assuntos internacionais, o que significa dizer que sempre se teve uma economia política das relações internacionais. Em grande parte dos casos, a dinâmica, a natureza e a estabilidade das relações entre países determinarão o conjunto das relações econômicas globais. Assim,

Embora ao longo da história os fatores políticos e econômicos sempre tenham exercido uma influência recíproca, no mundo moderno essa interação transformou-se de modo importante. Nos últimos séculos cresceu a interdependência das economias nacionais, em virtude do aumento dos fluxos de comércio, do intercâmbio financeiro e tecnológico (GILPIN, 2002, p.20).

Portanto, desde o Século XVI, o Estado nacional adotou como preferência o princípio da organização da ordem política internacional, na qual o mercado se tornou um meio vital da organização das relações econômicas, contribuindo assim para o desenvolvimento simultâneo entre Estado moderno e mercado nos últimos séculos. Assim, para o caráter e dinâmica das relações internacionais, essa interação recíproca tornou-se cada vez mais importante (GILPIN, 2002), já que:

Essas mudanças na organização social e na consciência humana elevaram os temas econômicos ao nível mais alto das relações internacionais. O bem-estar econômico dos povos e o destino das nações uniram-se intimamente ao funcionamento e as consequências do mercado. Os estadistas modernos preocupam-se com a direção dos fluxos financeiros, as mudanças inevitáveis nas vantagens comparativas e a distribuição internacional das atividades produtivas (GILPIN, 2002, p.21)

Dito isso, as teorias do comércio internacional surgem para explicar este fenômeno, além dos benefícios e custos que ele carrega consigo para os países. Vale ressaltar que não existe uma corrente teórica única que consiga tratar de forma completa as interações, conflitos e interesses presentes neste jogo chamado comércio internacional. De modo geral, as “principais” vertentes teóricas apresentam pontos de vista que estão mais ou menos

relacionados com os princípios do livre comércio ou do protecionismo como instrumento auxiliar de desenvolvimento econômico.

A abordagem liberal-tradicional, conhecida pelas teorias clássica e neoclássica do comércio internacional, avaliam o impacto cultural do comércio como positivo, já que este traz novas ideias, aperfeiçoamento tecnológico e desenvolvimento social. Assim, em linhas gerais, os liberais consideram o comércio uma força de paz, porque acreditam que a interdependência econômica cria laços positivos entre povos e promove a harmonia dos interesses entre as sociedades, e faz com que os Estados se interessem em manter o *status quo* (GILPIN, 2002). Portanto, essa linha teórica acredita que a especialização econômica traz ganhos na eficiência produtiva e na renda nacional, ampliando as possibilidades de consumo e produzindo efeitos positivos para a oferta e para a demanda.

O idealizador dessa teoria foi Adam Smith em sua obra *A Riqueza das Nações* (1776), ao defender o crescimento econômico como ponto chave para os países por meio da teoria do valor-trabalho, na qual “a especialização advinda da divisão social do trabalho é um ponto fundamental para o aumento da produtividade do trabalho na economia e, assim, de sua riqueza material” (OLIVEIRA, 2007, p.3). Somado com o comércio livre e as nações se especializando no que produzem melhor, as vantagens absolutas fundamentam sua teoria, já que, segundo o autor, essas geraram um aumento da produção, da riqueza das nações e do bem-estar mundial. Porém, a teoria de Smith deixou alguns questionamentos, e para responder estes, David Ricardo em *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817) apresenta a primeira demonstração “científica” que o comércio é mutuamente benéfico, apresentando o conceito de vantagem comparativa, que segue sendo um dos principais fundamentos da economia internacional liberal em defesa do livre-comércio.

O conceito de Ricardo será melhor tratado no subcapítulo seguinte. Porém, cabe dizer que o foco analítico diferencial entre Ricardo e Smith está na “análise a partir de bases relativas de produtividade entre as nações, sendo estas a chave para o entendimento do porquê da existência de comércio internacional de bens assim como do padrão de trocas comerciais entre as nações” (OLIVEIRA, 2007, p.4). Entretanto, a teoria clássica omitia fatores como “o custo do transporte e presumia que os fatores de produção eram móveis dentro de cada país, mas imóveis internacionalmente. A vantagem comparativa era estática, um dom da natureza e não podia ser transferida de um país para outro”. (GILPIN, 2002, p.197). Diante disso, a teoria neoclássica incorpora novas variáveis, como o custo do transporte, maior mobilidade dos

fatores de produção, a importância das vantagens de escala, além da noção de vantagens comparativas passar a ser ligada às diferenciações na dotação dos fatores produtivos de um país, construindo assim uma teoria mais fluida, dinâmica e abrangente, que ficou conhecida como modelo de Heckscher-Ohlin. O modelo neoclássico pressupõe a existência de dois países, dois produtos e dois fatores de produção (modelo tipo 2x2x2). Este segue sendo a teoria mais relevante para explicar o intercâmbio entre setores, mesmo tendo menos sucesso na busca por explicar o comércio entre os países industrializados. Vale ressaltar que o modelo neoclássico também será melhor detalhado no subcapítulo 2.3. Desta forma, os neoclássicos:

Ao incorporar os fatores básicos de produção (trabalho, terra e capital) à sua análise, Heckscher ampliou o modelo ricardiano, no qual os preços relativos refletiam a produtividade relativa do trabalho. Porém, é a suposição de igualdade internacional de tecnologia que gera as bases para as propostas principais do modelo neoclássico de comércio exterior (o modelo de Heckscher-Ohlin) (GONÇALVES, 2005 *apud* OLIVEIRA, 2007).

As teorias mais recentes, resumidamente, focam no intercâmbio dentro das indústrias,

Tentam explicar um mundo em que o capital tem alta mobilidade, e produtos são comercializados em todas as fases do processo produtivo [...] em contraste com as teorias mais antigas [...] as novas teorias consideram o comércio de exportação e a produção no exterior aspectos complementares da estratégia das empresas multinacionais (GILPIN, 2002, p.199).

Em suma, os liberais consideram o livre-comércio a melhor forma de comércio possível, já que a especialização baseada nas vantagens comparativas e divisão internacional do trabalho aumenta a produtividade individual e conseqüentemente o acúmulo de riqueza nos níveis doméstico, e global.

Já os nacionalistas econômicos e marxistas ¹contemporâneos defendem que o comércio pode ser danoso, pois “a especialização e a interdependência tornam os Estados inseguros, dependentes e vulneráveis às influências externas [...] fonte de tensões políticas e de penetração econômica, um instrumento que retira da sociedade a capacidade de se governar” (GILPIN, 2002, p.194). Desta forma, eles defendem os custos do comércio para certos grupos de Estados, o que contribui para o protecionismo e um maior controle do Estado sobre o comércio internacional. Robert Gilpin (2002) cita 3 grandes categorias das críticas nacionalistas à teoria liberal:

1) as implicações do livre comércio para o desenvolvimento econômico e a divisão internacional do trabalho; 2) os ganhos relativos, e não absolutos (os efeitos distributivos do livre comércio); e 3) o efeito sobre a autonomia

¹ Apesar de não ser a única, a escolha e interpretação do termo “nacionalista-marxista” é baseada na obra Robert Gilpin (2002)

nacional e o impacto sobre o bem-estar interno do país (BLACKHURST, MARIAN e TUMLIR, 1977 *apud* GILPIN 2002).

Publicada em 1800, a obra *O Estado Comercial Fechado*, de Johann Fichte, é considerada o livro-marco da defesa do protecionismo econômico. Neste, o autor defende a urgência de estabelecer uma nação autossuficiente por meio de um planejamento centralizado que englobe tanto a esfera meramente comercial, com a restrição alfandegária, quanto aspectos relacionados à conversibilidade monetária e a busca por um território mínimo para garantir a autossuficiência econômica (Estado com dimensão ideal, tese precursora do conceito de espaço vital).

List inicia sua construção teórica no livro *Sistema nacional de economia política* (1841), no qual afirma que o livre comércio visava apenas promover interesses econômicos próprios para ganhar acesso ininterrupto aos mercados estrangeiros, como em: “[...] nas atuais condições do mundo, o resultado da liberdade geral de comércio não seria uma república universal, mas, pelo contrário, uma sujeição total das nações menos adiantadas à supremacia da potência industrial, comercial e naval atualmente dominante.” (LIST, 1983 *apud* OLIVEIRA, 2007). Ele então direciona sua análise para a nação e sua construção enquanto elemento econômico poderoso no jogo mundial de poder. Assim, List “enxerga o protecionismo como um meio de alcançar o fim específico de construção e desenvolvimento de uma Nação forte que possa vir a comerciar num mundo com livre comércio de forma ativa e favorável” (OLIVEIRA, 2007, p.7).

List tem como pilar principal de seu ponto de vista sobre o desenvolvimento econômico de um país a teoria das forças produtivas, na qual diz que:

O comércio exterior não pode ser tratado seguindo uma lógica simplesmente individualista e racional-econômica, faz-se necessário que o Estado utilize da política comercial como meio de conseguir aumentar a capacitação e o desenvolvimento das forças produtivas nacionais no sentido de gerar prosperidade à Nação como um todo, segundo suas estratégias de desenvolvimento deliberadamente traçadas. (OLIVEIRA, 2007, p.8-9).

Os nacionalistas econômicos acreditam que o livre comércio pode prejudicar a autonomia e o controle governamental sobre a economia. List afirma que uma nação que realiza trocas de produtos agrícolas por artigos manufaturados estrangeiros demonstra uma interdependência econômica, onde ambos os lados contribuem mutuamente para a sustentabilidade econômica (LIST, 1983 *apud* OLIVEIRA, 2007). Isso significa que a nação ficará fragilizada e pode ser impactada pelas mudanças e turbulências que ocorrem no mercado internacional, além de ficar exposta a exploração de economias mais fortes. Portanto, os nacionalistas vão defender que:

A especialização, especialmente na exportação de produtos de base, reduz a flexibilidade e aumenta a vulnerabilidade das economias a eventos imprevistos, sujeita a economia interna à internacional e ameaça as indústrias nacionais, das quais dependem a segurança do país, o nível de emprego e outros valores (GILPIN, 2002, p.205).

Posteriormente, com as negociações do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), a proliferação de barreiras não-tarifárias e outros recursos limitadores do comércio, surgiu a ideia de “novo protecionismo”, que se tornou empecilho ao avanço do liberalismo pelo comércio mundial. Este visa criar barreiras não-tarifárias, como leis de conteúdo interno e outras medidas visando a restrição. Resumidamente,

Essas ações eram acompanhadas muitas vezes por tentativas governamentais de expandir as exportações e apoiar setores industriais específicos mediante políticas, tais como o subsídio das exportações, as garantias de crédito e os estímulos fiscais a determinadas indústrias. Em suma, o novo protecionismo implica maior poder governamental discricionário para influenciar os fluxos de comércio e a localização global das atividades econômicas (GILPIN, 2002, p.228).

Entretanto, trazendo a problemática desta monografia, é possível afirmar que as relações entre Brasil e China são caracterizadas pelo aspecto da interdependência, defendido pela teoria liberal. Isso se deve ao fato de que a China possui diversos empecilhos na produção agrícola em seu território, dadas suas características geográficas, disponibilidade de recursos naturais e população que demanda um número grande de *commodities*. Diante disso, o Brasil se tornou um dos mais importantes fornecedores desses bens intermediários, visto que os produtos básicos agrícolas são pilares fundamentais de sua pauta exportadora e uma das principais fontes de receita dos sul-americanos, que de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), exporta mais diversas *commodities* para a China. Em comparação com 2020, as exportações brasileiras registraram um crescimento de 31,9% em 2022, resultando novamente em um superávit na balança comercial com a China. Destaca-se que os produtos mais importados pela China do Brasil incluem as *commodities* agrícolas, destacando a contribuição do Brasil para o setor agropecuário e alimentício chinês. Na contramão dessa perspectiva, a China não só importa esse grande volume de produtos brasileiros, mas também exporta para o Brasil, principalmente produtos manufaturados e bens de capital.

Esta interdependência entre os países teve origem principalmente no início do Século XXI, época marcada pela forte globalização que gerou alta demanda de matérias primas, conhecido como “*boom das commodities*”, ou seja: período marcado pela alta dos preços de grande quantidade de matérias primas básicas do setor de alimentos, petróleo, metais e energia, beneficiando a América do Sul e países da África. Isso significa que “a relação entre os dois

países, desde sua composição, tem sido um dos principais fatores para o crescimento do Brasil, juntamente com o aumento dos preços das *commodities* no cenário internacional.” (LUZ, 2020, p.24). Dito isso, a cooperação entre os sul-americanos e asiáticos vem se mostrando favorável para a balança comercial do Brasil, como será demonstrado no subcapítulo seguinte.

Por conta da maior dependência brasileira dos chineses, esta interdependência pode demonstrar certa assimetria de poder em favor da China, já que, de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), a China desempenha um papel fundamental como principal parceiro comercial do Brasil. A balança comercial brasileira com o país asiático apresenta um superávit devido à interação entre suas exportações e importações, com o Brasil exportando *commodities* e importando produtos manufaturados. Apesar disso, é certo afirmar que essa parceria Brasil e China, seguindo a ótica liberal, tem sido favorável para ambas as nações por conta da interdependência e complementaridade. Desta forma, a sequência deste capítulo adota a linha da teoria liberal para tratar sobre as relações comerciais sino-brasileiras. O subcapítulo 2.1 trabalha com a teoria clássica do comércio internacional, tratando sobre as vantagens comparativas desta relação. Na sequência, o subcapítulo 2.3 traz a ótica da teoria neoclássica, ligando a parceria dos dois países com o teorema de Heckscher-Ohlin.

2.2 AS VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS DO COMÉRCIO BRASIL-CHINA

O conceito de vantagem comparativa foi criado pelo economista inglês David Ricardo no ano de 1817 em seu livro “*Princípios de Economia Política e Tributação*”. Segundo Hunt (2012), Ricardo foi o primeiro economista a defender que o livre comércio internacional poderia beneficiar dois países, mesmo que um deles produzisse todas as mercadorias negociadas de forma mais eficientemente do que o outro. Krugman (2015) mostra que os economistas utilizam o termo custo de oportunidade para descrever os *trade-offs* (compensações), ou seja, o custo de oportunidade de um bem x em termos de um bem y é o número de bens y que poderiam ter sido produzidos com os recursos utilizados para produzir um determinado número de bens x . Utilizando de um exemplo prático, seria como dizer para a China parar de cultivar *commodities* agrícolas e dedicar os recursos que isso libera para produzirem maquinários, e estimular o Brasil a cultivar as *commodities* agrícolas, liberando os recursos necessários da sua indústria de maquinários. Conclui-se então que o custo de oportunidade das *commodities* agrícolas em termos de maquinário seria menor no Brasil do que na China. Esta diferença de custos de

oportunidade oferece a possibilidade de um rearranjo mutuamente benéfico da produção mundial. Com isso, Krugman (2015, p. 22) afirma que:

A razão pela qual o comércio internacional produz esse aumento da produção mundial é que ele permite que cada país especialize-se em produzir a mercadoria em que vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade de produzir esse bem, em termos de outros bens, for menor nesse país do que é em outros países.

Portanto, se tem uma relação concreta sobre a vantagem comparativa e o comércio internacional: “o comércio entre os dois países pode beneficiar ambos, se cada um exportar mercadorias nas quais tem uma vantagem comparativa” (KRUGMAN *et al.* 2015, p.22).

Tendo como ponto de partida a teoria clássica do comércio internacional de David Ricardo, em 1965, Béla Balassa, economista húngaro, propôs o índice de vantagens comparativas reveladas (VCR), que busca definir o nível competitivo ou as vantagens comparativas de um país utilizando de dados de preços pós-comércio. O índice VCR contém uma comparação da estrutura de exportação nacional (o numerador) com a estrutura de exportação (o denominador) (LAURSEN, 1998) Desta forma, considerando o desempenho relativo das exportações de um país em uma categoria de produtos e com o resultado desse indicador será possível definir quais os produtos que apresentam uma maior vantagem comparativa, e também os que apresentam maior desvantagem. Este índice é amplamente utilizado na literatura para avaliar a vantagem comparativa de um país em setores específicos. Ele fornece informações sobre os setores em que um país tem um nível de especialização maior ou menor em comparação com outros países (LAURSEN, 1998). Em resumo:

Um país possui vantagem comparativa revelada em produzir um determinado bem se a participação desse bem nas exportações desse país for superior à participação desse bem no comércio mundial como um todo. De maneira oposta, um país teria uma ‘desvantagem comparativa revelada’ se a participação de um dado produto nas importações desse país for maior que a parcela que esse bem representa na totalidade do comércio mundial (CARNEIRO, 2014)

Portanto, com base nos conceitos previamente apresentados, será possível mostrar na prática as vantagens comparativas reveladas das relações comerciais de Brasil e China. Existem diversos índices de VCR, em que a utilização varia do tipo, da periodicidade e da qualidade dos dados disponíveis. Nesta monografia, utilizou-se o cálculo do índice conforme indicado por Casarotto e Caldarelli (2014):

$$VCR = (X_{ij}/X_{iz})/(X_j/X_z)$$

As variáveis, visando o objetivo do trabalho, serão adaptadas para:

X_{ij}: o valor das exportações do produto i do Brasil para China;

X_i: o valor total das exportações do Brasil para o produto *i*;

X_j: é o valor das exportações do Brasil Para China; e

X_z: o valor total das exportações do Brasil.

Entende-se que caso o índice do VCR for maior que 1, o setor/produto *i* possui vantagem comparativa revelada e, se o índice VCR for menor que 1, o setor/produto *i* apresenta desvantagem comparativa revelada.

Desta forma, por se tratar de relações comerciais, o Quadro 1 apresenta os valores totais do comércio mundial brasileiro entre os anos de 2016 e 2022, apresentando os valores totais de exportações, importações e o saldo da balança comercial. Na sequência, o Quadro 2 traz números totais específicos das negociações realizadas por meio da relação comercial bilateral entre Brasil e China no mesmo período.

Quadro 1 - Valores totais do comércio mundial do Brasil (2016-2022)

Ano	Total de Exportações (valores em bi de US\$)	Total de Importações (valores em bi de US\$)	Balança Comercial (valores em bi de US\$)
2016	179.526	139.321	40.204
2017	214.988	158.951	56.036
2018	231.889	185.322	46.567
2019	221.126	185.928	35.198
2020	209.180	158.786	50.393
2021	280.814	219.408	61.406
2022	334.136	272.610	61.525

Fonte: Elaboração do autor com dados brutos coletados em Governo Federal - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Quadro 2 - Valores totais do comércio entre Brasil e China (2016-2022)

Ano	Total de Exportações (valores em bi de US\$)	Total de Importações (valores em bi de US\$)	Balança Comercial (valores em bi de US\$)
2016	35.133	23.349	11.783
2017	47.488	27.554	19.944
2018	63.929	35.157	28.772
2019	63.357	36.028	27.329

2020	67.788	34.778	33.009
2021	87.907	47.650	40.257
2022	89.427	60.744	28.683

Fonte: Elaboração do autor com dados brutos coletados em Governo Federal - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

O Quadro 1 mostra que no ano de 2016 o Brasil exportou aproximadamente um montante total de US\$35 bilhões de dólares para a China, o que equivale a cerca de 19,56% de todo o valor exportado pelo país sul-americano. Já no ano de 2022, entre os aproximados US\$334 bilhões de dólares exportados pelo Brasil, US\$89 bilhões vieram do país asiático, totalizando cerca de 26,76% do valor total, registrando um crescimento de 154% nas exportações brasileiras para os chineses, e de 7,2% da participação da China no montante total de exportações do Brasil.

Já no que se refere às importações, estas totalizaram US\$139 bilhões de dólares no ano de 2016, sendo US\$23 bilhões de dólares oriundos do comércio Brasil-China, o que representa 16,75% das exportações totais. Ao longo dos seis seguintes anos, as importações originárias da relação Brasil e China cresceram em 160%, atingindo em 2022 um total de aproximadamente US\$60 bilhões de dólares. Além disso, as importações totais do país atingiram cerca de US\$272 bilhões.

Essa crescente do comércio envolvendo as nações reafirma o fato de a China ser o maior parceiro comercial do Brasil há mais de uma década, sendo o país que “apresenta-se como o país com maior potencial para os produtos do agronegócio brasileiro dada a sua diversidade de importações, ao crescimento de seu mercado e ao consumo crescente” (SECEX, 2007). Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), os números de 2022 indicam que, dentre as 27 unidades da federação, 14 têm o país asiático como seu principal destino das exportações.

Com essa intensificação das relações comerciais, os produtos que vem se destacando estão relacionados principalmente às *commodities* agrícolas, segundo a Secretaria de Comércio Exterior. Diante disso, o Quadro 3 apresenta os dados sobre o total de exportações do Brasil para a China detalhado de acordo com a Classificação por Grandes Categorias Econômicas (CGCE)². O Quadro 4 apresenta o total de importações do Brasil oriundas da China, sendo

² Tendo em vista informações da Secretaria de Comércio Exterior (MDIC), a escolha pela utilização da Classificação por Grandes Categorias Econômicas (CGCE) se deve a algumas razões fundamentais: 1) a CGCE oferece uma estrutura clara e abrangente para categorizar as atividades econômicas de ambos os países, permitindo

detalhado também pela CGCE. Por fim, o Quadro 5 mostra o total de exportações do Brasil seguindo a CGCE.

Quadro 3 - Total de Exportações do Brasil para a China detalhado por Código CGCE Nível 1 (Valores em milhões de US\$) - (2016-2022)

Código CGCE		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Bens de Capital (BK) ³	919	735	188	126	84	551	247
2	Bens Intermediários (BI) ⁴	28.605	37.536	46.854	43.623	50.789	67.615	63.025
3	Bens de Consumo (BC) ⁵	1.693	1.856	2.475	4.109	5.548	5.459	9.577
4	Combustíveis e lubrificantes	3.913	7.359	14.410	15.498	11.365	14.280	16.577
9	Bens não Especificados Anteriormente	1	1	1	3 mil ⁶	0	0	0

Fonte: Elaboração do autor com dados brutos coletados em Comex Stat - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Quadro 4 - Total de Importações do Brasil oriundas da China detalhado por Código CGCE Nível 1 (Valores em milhões de US\$) - (2016-2022)

Código CGCE		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Bens de Capital (BK)	4.104	3.540	7.788	7.015	7.163	6.831	8.128
2	Bens Intermediários (BI)	14.973	18.855	21.875	23.672	22.527	35.458	45.877

uma análise mais precisa e detalhada das trocas comerciais entre eles; 2) a CGCE é amplamente reconhecida e aceita internacionalmente, o que facilita a comparação e a interpretação dos resultados. Portanto, a escolha da CGCE para a análise das vantagens comparativas entre os dois países tem como fundamento sua estrutura sólida, abordagem padronizada e visão abrangente das relações comerciais, o que possibilita uma análise robusta das dinâmicas e vantagens competitivas.

³ De acordo com o MDIC, os BK são produtos usados na produção de outros bens e serviços, como equipamentos de transporte industrial, máquinas industriais, equipamentos agrícolas, de construção, transporte, produção energética, equipamentos de tecnologia, de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

⁴ De acordo com o MDIC, os BI são produtos utilizados na produção de outros bens ou serviços, ou seja, não são destinados ao consumo final, como por exemplo: matérias-primas, que incluem as *commodities* agrícolas, insumos agrícolas, materiais de construção, peças para construção civil, além de peças para equipamentos de transporte e peças e acessórios para bens de capital, entre outros.

⁵ De acordo com o MDIC, os BC são produtos finais adquiridos pelos consumidores para uso pessoal ou doméstico. Estes podem ser bens duráveis, como automóveis, eletrodomésticos e eletrônicos. Podem ser semi duráveis como roupas e calçados, e podem ser não duráveis, como alimentos perecíveis, produtos de higiene pessoal, entre outros.

⁶ Valor em milhares de US\$

3	Bens de Consumo (BC)	4.168	4.950	5.245	5.201	5.002	5.200	6.007
4	Combustíveis e lubrificantes	103	208	247	138	84	158	715
9	Bens não Especificados Anteriormente ⁷	487 mil	217 mil	210 mil	107 mil	175 mil	1	14

Fonte: Elaboração do autor com dados brutos coletados em Comex Stat - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Quadro 5 - Total de Exportações Brasil por Código CGCE Nível 1 (Valores em milhões de US\$) - (2016-2022)

Código CGCE		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Bens de Capital (BK)	14.353	15.806	15.416	13.202	9.299	12.551	15.424
2	Bens Intermediários (BI)	121.36 9	143.80 2	153.86 4	146.84 1	145.76 8	195.80 9	219.34 4
3	Bens de Consumo (BC)	30.227	34.316	31.203	31.050	29.417	34.633	43.621
4	Combustíveis e lubrificantes	13.275	20.921	31.290	30.028	24.694	37.819	55.742
9	Bens não Especificados Anteriormente ⁸	300	140	113	3	571 mil	40 mil	2

Fonte: Elaboração do autor com dados brutos coletados em Comex Stat - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Através do Quadro 3, nota-se o papel fundamental dos Bens Intermediários (BI) nas exportações, que engloba produtos como: alimentos e bebidas básicos e elaborados, destinados principalmente à indústria; e insumos industriais básicos e elaborados. Estes bens renderam cerca de US\$219 bilhões de dólares em exportação no ano de 2022 para o Brasil, representando cerca de 65% de toda pauta exportadora. Outros bens que desempenharam papel importante na pauta exportadora foram os combustíveis e lubrificantes, básicos ou elaborados, que somaram cerca de US\$55 bilhões de dólares, que somados com os resultados dos BI, totalizaram por volta de 82% de todas as exportações brasileiras no ano. Deste total oriundo desses dois níveis, por volta de 56% foi exportado somente para a China, número que foi de 53% em 2016, sendo

⁷ Valor de 2016-2020 em milhares de US\$

⁸ Valor de 2020 e 2021 em milhares de US\$.

mais um exemplo da vantagem que o Brasil possui na produção de *commodities*, mas também da ampliação e fortificação da parceria comercial entre os dois países.

No que diz respeito às importações brasileiras, cabe destaque para os bens de capital (BK), isto é, ativos fixos que incluem máquinas, equipamentos, ferramentas, veículos, instalações e qualquer outro tipo de recurso utilizado na produção. Segundo o MDIC, em 2016 cerca de 22% destes bens importados pelo Brasil tiveram como origem a China, número que passou a ser de aproximadamente 29% em 2022. Estes números refletem como a China vem se destacando como a grande exportadora de produtos manufaturados.

Portanto, com os referidos dados é possível apresentar através do Quadro 6 os Índices de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) do comércio brasileiro com a China no período entre 2016-2022:

Quadro 6 - Índices de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) do comércio entre Brasil e China - (2016-2022)

	Código CGCE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Bens de Capital (BK)	0,31	0,18	0,03	0,03	0,02	0,12	0,03
2	Bens Intermediários (BI)	1,21	1,13	1,11	1,03	1,06	1,09	1,07
3	Bens de Consumo (BC)	0,26	0,18	0,25	0,46	0,56	0,48	0,80
4	Combustíveis e lubrificantes	1,52	1,59	1,70	1,82	1,78	1,19	1,11
9	Bens não Especificados Anteriormente	0,01	0,03	0,02	0,003	0	0	0

Fonte: Elaboração do autor com dados brutos coletados em Comex Stat - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Como já destacado, se índice de VCR > 1, o setor/produto possui vantagem comparativa revelada e, se o índice VCR < 1, o setor/produto apresenta desvantagem comparativa revelada. Diante disso, o Quadro 6 apresenta que o Brasil possui Vantagem Comparativa Revelada na exportação de Bens Intermediários (BI) e combustíveis e lubrificantes, visto que durante o período analisado o índice foi maior que 1 em todos. Com isso, fica demonstrado que as *commodities* representam o maior volume das exportações do Brasil para a China, evidenciando uma vantagem comparativa para esses produtos. Além disso, segundo os dados apresentados

anteriormente, nota-se que a grande parte do volume de importações oriundas da China são os de bens de capital e produtos manufaturados, ou seja, bens produzidos a partir do processamento de matérias-primas, nos quais se utiliza tecnologias, máquinas e mão de obra para sua fabricação, geralmente por meio de um processo industrial.

Diante desse cenário, é possível sugerir uma complementaridade no comércio bilateral, ou seja, o Brasil concentra suas exportações nos produtos que a China mais importa, e vice-versa. Esta conjuntura foi para Carneiro (2014, p. 23):

Uma das forças motrizes do notável crescimento do comércio bilateral ao longo da década passada certamente foi o empuxo gerado pelas importações chinesas de *commodities* brasileiras, por um lado, e o forte crescimento das importações brasileiras de manufaturados chineses, por outro.

Porém, muitos dizem que a teoria clássica do comércio internacional não é suficiente para explicar o atual funcionamento do comércio internacional por apresentarem somente um fator de produção. Diante disso, a sequência deste trabalho terá como objetivo apresentar a teoria neoclássica do comércio internacional, que evoluiu ao preencher as lacunas de sua antecessora, demonstrando que “uma visão realista do comércio deve observar a importância não só da mão de obra, mas também de outros fatores de produção, como terra, capital e recursos minerais” (KRUGMAN *et al*, 2015, p.67).

2.3 TEORIA DE HECKSCHER-OHLIN E A RELAÇÃO SINO-BRASILEIRA

A teoria neoclássica surgiu em 1919 com a publicação do artigo "Os Efeitos *do Comércio Exterior sobre a Distribuição da Renda*", desenvolvido pelo economista sueco Eli Heckscher. O artigo de Heckscher permaneceu por anos sem ser analisado, até o também economista sueco Bertil Ohlin o analisar e publicar o livro *Comércio Inter-Regional e Internacional*, em 1933, em que se encontram os pressupostos da teoria neoclássica do comércio internacional (CORONEL *et al*, 2008).

A teoria de Heckscher-Ohlin, considerada a mais influente explicação para o comércio internacional, observa não só a importância da mão de obra como fator de produção, como o apresentado no modelo ricardiano em que as vantagens comparativas se apresentariam apenas por causa de diferenças internacionais na produtividade da mão de obra. Ela vai considerar a mão-de-obra, mas também outros fatores produtivos como terra, capital e recursos minerais. Diante disso, esta teoria se apresenta como

[...] um modelo no qual as diferenças de recursos são a única fonte de comércio. Esse modelo mostra que a vantagem comparativa é influenciada pela interação entre os recursos das nações (a abundância relativa dos fatores

de produção) e a tecnologia de produção (que influencia a intensidade relativa com que os diferentes fatores de produção são usados na produção de mercadorias diferentes) [...] salienta a interação entre abundância e intensidade ao olhar para os resultados de longo prazo, quando todos os fatores de produção são móveis em todos os setores (KRUGMAN *et al*, 2015, p.67).

Isso significa que no Brasil a produção eficiente está concentrada em produtos que fazem uso intensivo de capital, já que este é um fator de produção relativamente abundante no país, exportando tais produtos para a China, que apresenta escassez relativa desse fator de produção. Por outro lado, a China é eficaz na produção dos produtos que utilizam intensivamente o trabalho, um fator de produção relativamente abundante no país. Os asiáticos então exportam estes produtos para o Brasil, que apresenta escassez relativa de mão de obra. Desta forma, a teoria de Heckscher-Ohlin

[...] enfatiza a interação entre as proporções em que diferentes fatores de produção estão disponíveis em diferentes países e as proporções em que eles são usados para produzir mercadorias diferentes, é também referida como a teoria das proporções dos fatores (KRUGMAN *et al*, 2015, p.67).

Logo, entende-se que as vantagens comparativas são influenciadas pela interação entre os recursos dos países observada na abundância dos fatores de produção, e a tecnologia de produção. Como mostrado na teoria de Heckscher-Ohlin, um país tem tendência a ser mais eficiente na produção de bens que exigem intensivamente o fator com o qual o país possui uma vantagem comparativa relativa. Diante disso, dada a amplitude e multiplicidade de recursos naturais dos quais o Brasil usufrui, como terras agrícolas férteis, clima favorável, recursos hídricos abundantes e tecnologias de plantio, acaba por destacar uma vantagem comparativa sobre a China na produção de produtos básicos, principalmente ligados ao setor agrícola.

Foi demonstrado também que países tendem a exportar bens cuja produção é intensiva em fatores com os quais eles são favorecidos em abundância. Explica-se então o elevado peso dos produtos básicos na pauta de exportações brasileira, mais uma vez refletindo essa vantagem comparativa natural brasileira (SEIXAS, 2006, p.29).

No que diz respeito à China, o país conta com cerca de 1.4 bilhões de pessoas, segundo o Banco Mundial. Deste número, 924 milhões de pessoas compõem a força de trabalho no país, sendo essa uma com demanda alta de mão-de-obra se tornaram a principal vantagem comparativa, já que a China possui um dos mais baixos custos de mão-de obra e não conta com limitados recursos naturais para esta atividade. Uma das razões dessa vantagem comparativa é que a China hoje é o país que mais recebe investimento direto estrangeiro, o que gera crescimento do estoque de capital chinês e uma consequente transformação de camponeses em trabalhadores, que “só não é maior devido ao fato de que o governo chinês impõe rígidas regras de movimentação sobre sua população” (SEIXAS, 2006, p.30).

Isso significa que a China deveria então se apresentar como um grande exportador de manufaturas intensivas em capital e mão-de-obra, e de fato é o que acontece ao olhar o comércio Brasil-China. Analisando os principais produtos importados pelo Brasil da China (Quadro 5), “conclui-se que esse fluxo de comércio também segue os modelos de comércio, pois todos os bens apresentam um elevado grau de utilização de mão-de-obra e/ou capital em sua produção” (SEIXAS, 2006, p.30). Desta forma,

Por um lado, o país apresenta-se como um mercado em rápido crescimento para as exportações de *commodities*, mas, por outro lado, configura-se como um exportador líder de manufaturas trabalho-intensivas, avançando para produtos de maior valor agregado [...] (BEKERMAN *et al.* 2013, p.6)

Em suma, analisando as exportações e importações do Brasil ligadas a China (Quadros 4 e 5 apresentados no subcapítulo anterior), pode-se concluir que o comércio bilateral entre o Brasil e a China pode também ser explicado pelo Teorema de Heckscher-Ohlin, uma vez que esses países dispõem de vantagens comparativas no comércio bilateral, já que, como analisado anteriormente, “os bens e produtos analisados observados utilizaram de forma intensiva o fator de produção relativamente abundante em cada país, o que significa que cada país é relativamente eficaz na produção desses produtos” (MATTOS, 2015, p.22).

Conclui-se, então, que as relações comerciais entre Brasil e China se encaixam nas explicações tanto da Teoria Clássica do Comércio Internacional, como apresentado no subcapítulo anterior através do modelo ricardiano, como também na Teoria Neoclássica do Comércio Internacional, como demonstrado neste subcapítulo por meio do Teorema de Heckscher-Ohlin. Estas teorias mostraram que o comércio bilateral entre os países é complementar e cada um explora suas vantagens comparativas. Para entender como a relação dos dois países chegou a esse grau de ligação, o seguinte capítulo buscará contextualizar a relação de ambos.

3. O HISTÓRICO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA: DA EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS À REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA.

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma linha do tempo contextualizando a evolução das relações entre Brasil e China, com foco nos intercâmbios comerciais, tendo sempre como base a pergunta de partida. No decorrer do capítulo serão apresentadas políticas e acordos que aconteceram em cada um dos países e nas relações bilaterais. Diante disso, o capítulo procura mostrar os primeiros contatos da relação sino-brasileira, como estas evoluíram até a quebra de relações bilaterais na ditadura militar, e posteriormente seu restabelecimento no governo Geisel em 1974. A partir dessa restauração das relações, será possível ver que o intercâmbio bilateral evoluiu de forma rápida, principalmente a partir do Século XXI com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) e o “boom das *commodities*”, fazendo com que a China se tornasse o maior parceiro comercial do Brasil em 2009.

3.1 DO TRATADO DE AMIZADE, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO À PARCERIA ESTRATÉGICA

Durante praticamente todo Século XIX, o Brasil não possuía relacionamentos econômicos/comerciais relevantes com a Ásia. No final deste período, os primeiros contatos brasileiros com chineses tinham como objetivo trazer mão-de-obra do país asiático para atender à demanda brasileira por força de trabalho, principalmente na atividade cafeeira, o que motivou o envio de uma missão brasileira para a China em 1879. Porém, esse projeto de imigração chinesa não se concretizou devido à proibição formal da China em permitir a emigração para o Brasil com receio de ser usada como espécie de mão-de-obra escrava. Os dois países acabaram por assinar em 1881 o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, mas os objetivos de imigração chinesa para o Brasil não foram alcançados. De 1911 a 1949, as relações entre os dois países foram praticamente somente diplomáticas, tendo em vista os diversos conflitos internos e externos do final do Século XIX e início do Século XX que aconteciam no país asiático (OLIVEIRA, 2004).

Até que em 1949, em um cenário marcado pelo pós-Segunda Guerra Mundial, pela Guerra Fria e pela vitória do lado socialista na Guerra Civil Chinesa, o Brasil rompeu as relações diplomáticas com a China continental. Consequentemente, o país sul-americano reconheceu Taiwan como o governo legítimo da China, adotando um alinhamento com os Estados Unidos.

No Brasil, Eurico Gaspar Dutra trouxe sua ideologia anticomunista em 1946, rompendo relações diplomáticas com a União Soviética e posteriormente com a China. Seu governo foi marcado por um alinhamento automático com os Estados Unidos, mesmo que sem recompensa. Com Juscelino Kubitschek em 1956, o alinhamento automático anteriormente citado não era mais seguido à risca, já que se teve o restabelecimento das relações comerciais com a URSS. Somente no governo Jânio Quadros foi possível observar um demonstrativo para a reaproximação posterior com a China devido à *política externa independente*. Esta visava uma ampliação econômica para diferentes países, como os presentes no bloco socialista. Essa amostra de reaproximação com os chineses ficou evidente com a viagem de uma missão comercial brasileira a Pequim liderada pelo vice-presidente João Goulart, em 1961. Posteriormente, com o Golpe Militar de 1964, as relações entre Brasil e Estados Unidos ficaram ainda mais alinhadas, tendo como foco a questão da segurança interna e o perigo do comunismo. Diante disso, as tensões do pós-golpe militar de 1964 coincidiram com o período no qual ocorreu a prisão de nove chineses que haviam vindo ao país para uma missão comercial. O acontecimento gerou conflito diplomático entre o Brasil e a China e um consequente retrocesso no processo de aproximação (NASCIMENTO, 2022).

Somente com Ernesto Geisel, em linhas gerais representante da ala mais moderada dos militares, se propõe um compromisso com a liberalização, autonomia e com a abertura política, que seria realizada de forma “lenta, segura e gradual”. Levantou-se a ideia de um “pragmatismo responsável” na política externa, com interesses no comércio exterior brasileiro, que ocorreu devido ao “[...] novo cenário externo que já vinha se delineando desde o governo anterior. O sentimento de mais independência e um alinhamento que fugia bastante ao que foi idealizado no começo do regime militar no governo Castello Branco entre 1964 e 1967” (NASCIMENTO, 2022, p.20). Dito isso, esta nova atuação diplomática “tinha como foco a economia, a abertura de novos mercados era vista com bons olhos, já que o Produto Interno Bruto do Brasil vinha começando a dar sinais de não conseguir manter o crescimento espetacular de 1970 a 1973.” (NASCIMENTO, 2022, p.21). O país sofria com a inflação oriunda do “milagre econômico” que se mostrava insustentável e pela primeira crise do petróleo em 1973. Esta última se deu quando os países da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo) subiram o preço do barril de petróleo, gerando consequentemente um aumento da inflação. Assim, os países foram obrigados a repensar suas estratégias de inserção internacional, identificando a necessidade de distribuir suas alianças políticas e parcerias comerciais. “Diante dessa situação

o Brasil adotou uma política externa que buscava vantagens no cenário internacional e a ampliação de suas parcerias, aproximando-se de países em desenvolvimento” (COSTA; MENDONÇA, 2017, p.77). Com isso, apesar da pressão externa,

O governo brasileiro, pela voz do chanceler Azeredo da Silveira, na Assembleia Geral da ONU, tinha apresentado a nova diretriz da política externa: não se alinharia automaticamente a nenhum país. Estava longe o tempo em que o ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães, disse que o que era bom para os Estados Unidos, era bom para o Brasil. A 15 de agosto, Brasil e República Popular da China estabeleceram relações diplomáticas – houve o rompimento com o governo de Taiwan. Era o reconhecimento da importância econômica da China e de que a política externa brasileira deveria se pautar pela defesa dos interesses nacionais – como faziam os Estados Unidos, que, em 1971, tinha reconhecido a China comunista (VILLA 2014 *apud* NASCIMENTO, 2022).

Portanto, em agosto de 1974, o presidente Ernesto Geisel reatou relações diplomáticas com a China, “lançando as bases para um convívio bilateral de sucesso que veio a se formar e a se consolidar nas décadas posteriores”. (VILLELA, 2004, p.3). Nessa perspectiva, o Brasil finalmente se livrava da “camisa de força ideológica” que esteve presente na política externa do país desde o Golpe Militar de 1964. O país passou a procurar atuar em fóruns multilaterais e relações com países do chamado terceiro mundo, entre eles a China. O país asiático, que além da falta crônica de comida, sofria com o desastre do Grande Salto Adiante, que foram políticas frustradas implementadas por Mao Tsé-tung visando uma industrialização forçada na economia para tentar acabar com os resquícios da propriedade privada no país. (NASCIMENTO, 2022). Com o restabelecimento das relações diplomáticas,

A China foi o único país da Ásia com o qual o Brasil conseguiu estabelecer alguns laços significativos no contexto da Cooperação Sul-Sul. Após o restabelecimento das relações diplomáticas em 15 de agosto de 1974, a parceria sino-brasileira objetivou uma ação conjunta em tópicos de interesses comuns de desenvolvimento na agenda internacional. Apesar das diferenças em relação aos sistemas políticos, ambos, Brasil e China demonstraram similaridades em alguns princípios de política externa, principalmente a determinação em assegurar a autonomia internacional, sua ênfase na soberania nacional e integridade territorial, opondo-se assim a qualquer tipo de interferência externa nos assuntos internos. China e Brasil apresentaram também posicionamentos similares em relação a outras questões internacionais, tais como a oposição à diplomacia de direitos humanos dos Estados Unidos e a responsabilidade comum à cooperação multilateral Sul-Sul, em especial a oposição ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos (OLIVEIRA, 2004, p.12).

Portanto, o governo brasileiro procurou moldar a inserção do país no cenário internacional de acordo com as novas demandas políticas e econômicas. Com o encaminhamento da conjuntura internacional, os governos brasileiro e chinês buscavam um lugar próprio no sistema internacional, necessitando assim promover um melhor

posicionamento político e econômico dos países no sistema. “A China necessitava romper o isolamento e se aproximar do ocidente, enquanto o governo brasileiro necessitava reagir para manter o desenvolvimento do País” (DICK, 2006, p.27), havendo assim certa conferência entre a política externa dos dois países. Dessa forma,

A partir do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a RPC, foram lançados os alicerces do relacionamento que caminhou progressivamente ao estabelecimento da parceria estratégica. O relacionamento bilateral evoluiu de forma cautelosa, dada a conjuntura internacional e as circunstâncias internas de cada país, até que as inibições políticas e ideológicas foram gradualmente superadas, abrindo espaço a considerações cada vez mais objetivas e consistentes. O fim da Revolução Cultural em 1976, as reformas estruturais modernizadoras que se seguiram sob a liderança de Deng Xiaoping, propiciando uma maior abertura do país; o restabelecimento da democracia no Brasil nos anos 80, o fim da Guerra Fria e o processo de abertura econômica sob o ímpeto da globalização, impulsionaram o processo de aproximação entre os dois países, concretizando, no início da década de 1990, o estabelecimento da parceria estratégica (DICK, 2006, p.32)

Com isso, desde 1974 até os dias atuais, a relação comercial entre Brasil e China vem se desenvolvendo, ampliando e se aprofundando continuamente. De 1974 até o início dos anos 1990, esse fluxo comercial bilateral registrou aumentos ligeiros e de forma cautelosa. Isso se deve ao fato de que o Brasil no referido período enfrentava dificuldades econômicas, como a crise energética gerada pelos dois choques do petróleo nos anos 70, a crise da dívida externa e a crise fiscal (COSTA, 2015).

Na China, com a morte de Mao Tsé-Tung em 1976, o país rompeu o isolamento que durava desde a Revolução de 1949 e iniciou um processo crescente de participação na economia mundial. Desta forma, “o antigo nacionalismo chinês, de caráter revolucionário e autárquico, cedeu espaço ao nacionalismo positivo e pragmático, voltado para o verdadeiro problema da China, sua fragilidade econômica” (DICK, 2006, p.33). O grande responsável por esse novo nacionalismo foi o então primeiro-ministro chinês Deng Xiaoping. Este assumiu em 1978 e lançou esse revolucionário plano de reforma econômica que em pouco tempo mudou completamente o sentido da economia da China, tirando o país do atraso e estagnação, e colocou na disputa pela hegemonia mundial com os países desenvolvidos (COSTA; MENDONÇA, 2017). Deng apresentou sua teoria de modernização ao Partido Comunista da China, baseada em um programa de reformas com objetivo de modernizar quatro setores chaves - indústria, agricultura, defesa e ciência e tecnologia - e na abertura econômica (DICK, 2006). Estas reformas visavam efeitos a longo prazo, sendo assim, foram incorporadas de forma gradual. Desta forma, orientados por uma política externa que acompanhou as reformas e buscou

promover a cooperação econômica internacional para cumprimento das metas de expansão e modernização econômica, a China manteve relações distendidas, baseadas na complementaridade econômica, na condição de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, e pela promoção de projetos especiais de desenvolvimento na esfera Sul–Sul que obtiveram resultados positivos (DICK, 2006).

Porém, apesar do notável crescimento no comércio exterior da China devido ao sucesso do plano econômico, o intercâmbio bilateral entre o Brasil e a China se manteve em um patamar reduzido, especialmente quando se leva em consideração o potencial dos dois países (COSTA; MENDONÇA, 2017). Isso significa que

Nesse período, os governos brasileiro e chinês alimentaram os contatos político-econômicos, intensificando suas relações. Podem ser destacados, ainda no final da década de 1970, os seguintes acontecimentos: a missão comercial brasileira que seguiu para Pequim em outubro de 1977; a assinatura do Acordo Comercial bilateral, em janeiro de 1978; a missão governamental brasileira, em abril de 1978 (a primeira desde o estabelecimento das relações diplomáticas); e as missões comerciais brasileiras e chinesas que decorreram entre 1978 e 1979. Era negociada a exportação brasileira de minério de ferro, ferro gusa (que enfrentava barreiras crescentes no Mercado Comum Europeu), açúcar, calçados, têxteis e produtos agrícolas. A China, por sua vez, negociava a venda de carvão, petróleo e produtos farmacêuticos para o Brasil. Contudo, o comércio bilateral era comprometido pela baixa capacidade dos portos chineses, que dificultava o acesso dos navios de maior calado, especificamente aqueles que transportavam ferro (VIZENTINI, 2004 *apud* DICK, 2006).

Já na década de 1980, o Brasil entrava no caminho da redemocratização. Mesmo com os indícios de esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista, com a crise da dívida externa, altas taxas de inflação e instabilidade monetária e econômica, o país manteve e desenvolveu a diplomacia universalista do governo Geisel, intensificando as iniciativas propostas no governo anterior. Com a China, os contatos de alto nível e missões especiais se mantiveram presentes, proporcionando um crescimento substancial em algumas áreas do comércio, que no geral se manteve sob dimensões limitadas. (DICK, 2006). Diante disso, a primeira visita de um presidente brasileiro à República Popular da China aconteceu em 1984. João Baptista Figueiredo foi à Ásia e afirmou que as relações entre Brasil e China estavam fundamentadas na “convergência no plano mais alto da política internacional, bem como em projetos e realizações de caráter econômico-comercial, de cooperação científica e de intercâmbio cultural” (CABRAL, 1999 *apud* DICK, 2006). Durante o governo de José Sarney, Deng Xiaoping impulsionou as políticas de desregulamentação econômica e internacionalização. Foram relançados os programas de reforma e de abertura econômica, com objetivo de assegurar o desenvolvimento econômico, estabilidade política e unidade nacional.

Além disso, a China adotou uma postura mais discreta, mesmo que ainda crítica, nos assuntos internacionais, já que seu foco era o desenvolvimento econômico nacional (DICK, 2006).

Nesse sentido, o Brasil, que partilha dos mesmos constrangimentos no sistema, como país em desenvolvimento, aparece como um importante aliado. A complementaridade econômica, acrescida da similaridade de posições quanto à política internacional, levou a uma maior aproximação dos países durante o período e posteriormente à qualificação das relações bilaterais como uma parceria estratégica (DICK, 2006, p.39).

Apesar disso, as restrições econômicas e políticas enfrentadas pelo Brasil na década de 80 limitaram o crescimento das relações comerciais com a China, que tinha como foco principal o fortalecimento das relações comerciais com outros países asiáticos e ocidentais. Assim, as exportações brasileiras para a China durante os anos 80 eram compostas predominantemente por produtos primários, como algumas *commodities* agrícolas e minério de ferro. Por sua vez, as importações do Brasil da China eram limitadas e incluíam principalmente produtos manufaturados, como eletrônicos. Porém, embora as relações comerciais entre os países nesse período tenham sido modestas, elas sinalizaram o início de uma relação que se expandiu nas décadas seguintes, com a China se tornando um dos principais parceiros comerciais do Brasil.

Assim, ainda que de início tenha implicado um aumento dos fluxos comerciais, as relações sino-brasileiras manter-se-ão mais restritas ao campo político-diplomático, realçando as similaridades de posicionamentos comuns frente ao sistema internacional. Somente na década de 1990, com a abertura econômica brasileira e com a maior inserção chinesa, processa-se uma maior aproximação comercial entre os dois países, ainda que prioritariamente se resguarde a importância do relacionamento político (OLIVEIRA, 2004, p.17)

As mudanças na estrutura do sistema internacional, principalmente devido ao fim da Guerra Fria, geraram certa tendência mundial de uniformização de questões políticas, econômicas, ideológicas e até estratégicas. Com isso, o caminho seguido pelo Brasil na década de 1990 foi de uma abertura econômica, moldada principalmente pelo consenso neoliberal global. Este modelo “pregava a democracia, direitos humanos, liberalismo econômico, cláusula social, proteção ambiental e responsabilidade estratégica solidária para promoção desses valores, como parâmetros de conduta aos governos” (DICK, 2006, p.40).

Com isso, Collor, então presidente do Brasil, abandona o paradigma do Estado desenvolvimentista e adota o paradigma neoliberal, já que o primeiro apresentou certo esgotamento na última década. Tal fator resultou na mudança de estratégia para uma modernização conforme era sugerido pelo centro hegemônico do capitalismo, ou seja, com a abertura do mercado de bens e de valores e privatização das empresas públicas (DICK, 2006). Nesse contexto, a política externa brasileira reequaciona sua estratégia de inserção internacional

e passa a priorizar um relacionamento mais intenso com a região Ásia-Pacífico. Com isso, durante o governo Itamar Franco em 1993, “a Ásia foi definida como uma das prioridades da diplomacia brasileira em função de seu potencial cooperativo nos campos científico e tecnológico, bem como enquanto mercado para exportação e importação” (OLIVEIRA, 2004, p.14). Para Oliveira (2004), pode-se considerar um duplo interesse o reposicionamento brasileiro. Por um lado, foi motivado pela perspectiva de associar-se a uma região que se mostrava como um modelo de desenvolvimento econômico e científico-tecnológico, com potenciais possibilidades de complementaridade ou parcerias. Por outro, a Ásia é uma região que atende os objetivos políticos brasileiros de relacionamentos bilaterais e de posições similares nos fóruns multilaterais, de forma a garantir as diretrizes brasileiras de autonomia e diversificação de parcerias.

Diante de tal cenário, a convergência de interesses e a sintonia entre Brasil e China gerou um processo de aproximação e complementaridade econômica, gerando um relacionamento bilateral positivo. Neste sentido, em maio 1993, período da visita do então primeiro-ministro Li Peng e do vice primeiro-ministro Zhu Rongji ao Brasil, a parceria sino-brasileira foi qualificada como uma parceria estratégica. Para Zhu Rongji, ex-vice-primeiro-ministro, se tinha uma relação sinérgica entre “o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental com o maior país em desenvolvimento no hemisfério ocidental”.

Na perspectiva da China, uma parceria estratégica significa:

(...) No léxico da política externa chinesa, uma parceria é estratégica, por duas razões: (1) ela é abrangente, incluindo todos os aspectos das relações bilaterais (por exemplo, econômico, cultural, político e de segurança), e (2) ambos os países concordam em estabelecer um compromisso de longo prazo para as relações bilaterais, em que os problemas bilaterais são avaliados nesse contexto e, sobretudo, de modo que as tensões ocasionais não os atrapalhem. O estabelecimento dessas parcerias permite a China elevar o nível de suas interações com os países (ou grupos) parceiros e também permite que a China defina o âmbito, o conteúdo e o ritmo do relacionamento. (MEDEIROS, 2009 *apud* GONÇALVES; BRITO, 2010, tradução livre)⁹

Pode-se dizer que o estabelecimento dessa parceria estratégica decorre de alguns fatores semelhantes entre os dois países. O primeiro está no fato de que ambos os países pertencem a mercados emergentes e ao Sul Global, com grande potencial e pela oportunidade viabilizada

⁹ [...] in the Chinese foreign policy lexicon, a partnership is strategic for two reasons: (1) It is comprehensive, including all aspects of bilateral relations (e.g., economic, cultural, political, and security), and (2) both countries agree to make a long-term commitment to bilateral relations, in which bilateral problems are evaluated in that context and, importantly, occasional tensions do not derail them. Establishing these partnerships allows China to raise the level of its interactions with partner countries (or groupings) and also allows China to set the scope, content, and pace of engagement (MEDEIROS, 2009 *apud* GONÇALVES; BRITO, 2010).

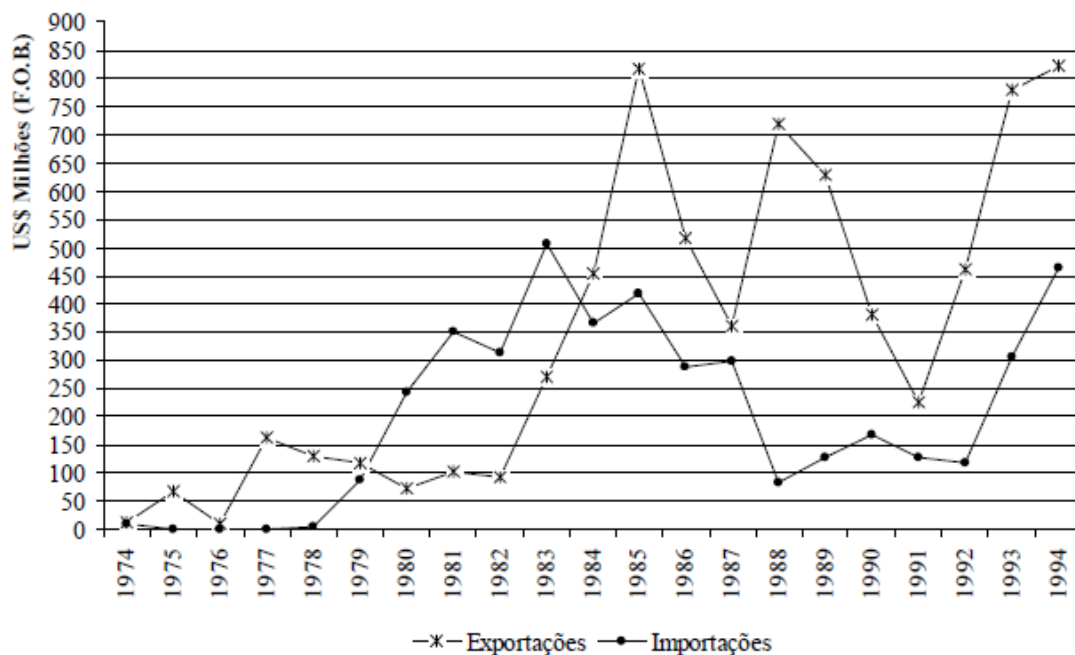
pelo governo brasileiro de absorção de seus produtos pelo mercado chinês. Além disso, existe a chance de fornecimento de insumos e investimentos requisitados pelo governo brasileiro, quando necessário. Por outro lado, a aproximação comercial também carrega um viés político com o objetivo de tentar fortalecer a atuação conjunta dos dois países em organismos internacionais, principalmente multilaterais (OLIVEIRA, 1987 *apud* COSTA, 2015).

A formação de uma parceria estratégica demonstra que a relação entre os dois países progrediu significativamente desde 1974, dando novo vigor às relações bilaterais. Nota-se também que ambos os países estão empenhados em conseguir desenvolvimento econômico, trazendo grande importância e significado para a cooperação. Além disso, é notório que, em uma ótica da teoria liberal, ambas as nações se complementam e os horizontes para cooperação entre ambos, principalmente no campo econômico, são muito promissores. Diante disso, o então presidente chinês Jiang Zemin privilegiou o Brasil com sua primeira visita internacional no cargo.

Na ocasião, o dirigente chinês formulou quatro princípios para orientar e estender a cooperação bilateral, dando sentido ao caráter estratégico da parceria sino-brasileira: 1) aprofundar as relações comerciais para promover a prosperidade mútua e consolidar um exemplo de cooperação Sul-Sul; 2) estender a comunicação interpessoal e efetivar a cooperação em diversos campos, como na cultura, educação, academia e esportes; 3) efetuar consultas bilaterais nos organismos multilaterais e sobre os assuntos da agenda internacional, com o objetivo de fortalecer a coordenação e o apoio mútuo, para salvaguardar os interesses dos países em desenvolvimento e contribuir para o estabelecimento de uma nova ordem política mundial baseada na paz, estabilidade e justiça. 4) estender os contatos diretos e o diálogo entre os dirigentes para efetivar o mecanismo de consulta política e expandir a cooperação em todos os níveis e campos, para aprofundar o entendimento e a confiança mútua e construir uma relação bilateral estável e mutuamente benéfica (SHANG *apud* DICK, 2006, p.14).

Diante de tal cenário, é possível afirmar que no período de 1974 a 1994, a relação sino-brasileira apresentou evolução na linha econômica, representando o paradigma da cooperação Sul-Sul e rompendo o “monopólio” dos países desenvolvidos. O Gráfico 1 demonstra a evolução dos índices de comércio bilateral entre os países, sendo um demonstrativo claro da aproximação entre eles. O gráfico demonstra as exportações brasileiras para a China e as importações do Brasil oriundas da China no referido período. Ao analisá-lo, é possível afirmar que o comércio sino-brasileiro gerou balança comercial favorável ao Brasil em praticamente todos os anos, desde o restabelecimento das relações até o estabelecimento da parceria estratégica, com exceção do período de 1980 a 1983, que registrou saldos negativos (DICK, 2006).

Gráfico 1 - Intercâmbio Comercial entre Brasil e China (1974-1994)



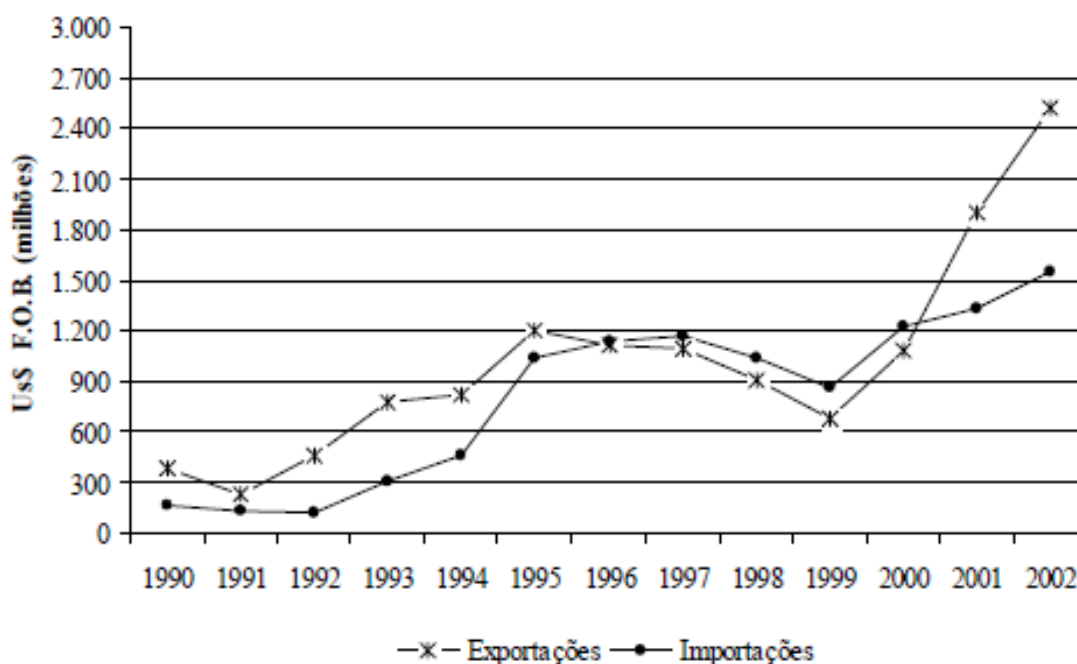
Fonte: DICK (2006); BRASIL, 2001-2006; ABI-SAD, 1996.

Ao assumir a presidência em 1995, Fernando Henrique Cardoso deu sequência à agenda voltada à concretização do Plano Real e da implementação das reformas liberalizantes. Estas tinham como objetivo colocar o Brasil em compasso com a dinâmica do sistema internacional pós-Guerra Fria, que estava em fase de redefinição das regras de convivência política e econômica entre os Estados. Neste período, cabe destaque a conclusão bem-sucedida da Rodada Uruguai, responsável pela implantação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que acabou por consolidar o multilateralismo no comércio internacional. A política externa brasileira teve um período conhecido como autonomia pela participação, na qual buscou autonomia por meio de maior participação no sistema internacional. Diante disso, FHC reforça que os valores democráticos e princípios de economia de mercado, principalmente a estabilização e abertura econômica, teriam papel fundamental na questão da credibilidade internacional do país. O então presidente assegurou uma nova projeção internacional, destacando a relevância de uma política de comércio exterior assertiva e que aumentasse a participação brasileira nos mercados internacionais (DICK, 2006).

Com a economia mais aberta, consequência de um processo refletido de maior exposição à competição internacional em benefício dos consumidores brasileiros e da nossa própria competitividade, temos melhores condições de buscar e mesmo exigir acesso mais desimpedido ao mercado internacional e práticas leais e transparentes em matéria de comércio, transferência de tecnologia e investimentos (CARDOSO, 1995 *apud* DICK, 2006)

Desta forma, as transformações econômicas que ocorriam no Brasil e na China, como abertura econômica e modernização, serviram de propulsores e incentivos para ampliação da relação bilateral e cooperação. Segundo dados do Banco Central do Brasil e da NBS, durante o período (1995-2002), o PIB do Brasil teve um crescimento médio de 2,33%, enquanto o PIB chinês cresceu em média 8,93%. Dentro desse contexto de ampliação da parceria, o governo brasileiro passou a ser um grande apoiador à iniciativa chinesa de reingresso na OMC. Com isso, o relacionamento sino-brasileiro durante o governo FHC foi mais intenso no campo econômico devido principalmente à complementaridade das economias, na ótica da teoria e de um modelo liberal, o que gerou esse aumento substancial no comércio. Neste período, segundo dados da NBS, o Brasil se manteve como principal fornecedor da China na América Latina, e como principal destino das exportações chinesas para a região. Já a China, passou a ser o 4º principal destino das exportações brasileiras nesta época, e em relação às importações brasileiras, a China passou de 11º para 7º maior fornecedor durante o período. Porém, o salto quantitativo ocorreu a partir de 2000, quando as importações originárias da China passaram a crescer de forma constante. O Gráfico 2 demonstra a evolução do intercâmbio comercial com a China entre 1990-2002.

Gráfico 2 - Intercâmbio comercial entre Brasil e China (1990-2002)



Fonte: DICK (2006); BRASIL, 1990-2006.

Com a introdução do Plano Real em 1994, e a conseqüente valorização cambial, houve uma falta de isonomia entre as políticas de importação e exportação, já que se teve redução das barreiras tarifárias e não tarifárias de importação. Tal motivo explica a inversão de exportações e importações no período de 1995 a 2000 apresentada no gráfico anterior. Posteriormente, houve correção das assimetrias, e com a política de abertura comercial e a desvalorização cambial, houve um ganho de competitividade. Este ganho possibilitou posteriormente um impulso combinado com um maior dinamismo nas exportações, conferindo maior competitividade aos produtos e, dessa maneira, contribuiu positivamente à diversificação dos mercados (DICK, 2006). Dito isso, com a adoção do câmbio flutuante em 1999, houve maior incentivo para as exportações brasileiras, que passaram a apresentar superávits crescentes a partir de 2001, mesmo com a suspensão da desoneração tributária e a redução dos recursos para o financiamento às exportações em 1999 (IEDI, 2000, 2002 *apud* DICK, 2006). O comércio com a China seguiu a tendência, apesar dos déficits comerciais entre 1996 e 2000.

Em 1997, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior, o Brasil exportou cerca de US\$1.088,0 bilhões para a China, 2,1% das exportações totais feitas pelo Brasil, sendo US\$1.036,6 bilhões em Bens Intermediários (BI), o que equivale a 95,22% das exportações. Nos três anos seguintes mantiveram a tendência, sendo que em 1998, dos US\$904,4 milhões totais exportados para os chineses, 1,8% das exportações totais feitas pelo Brasil, US\$866,9 milhões foram em BI, isto significa 95,84% do valor total. Em 1999, dos US\$674,2 bilhões totais exportados para a China (que representaram 1,4% das exportações totais), 95,04% foram em BI, o que representa US\$640,8 milhões. Já em 2000, o Brasil exportou US\$1.085,9 bilhões para a China, 2% do valor total de exportações, sendo US\$969,9 milhões em BI, ou seja, 89,39%. A concentração da pauta de exportações brasileiras para a China em BI, principalmente soja e derivados, minério de ferro e produtos de siderurgia refletem a forte demanda chinesa por esses produtos. A estratégia das empresas estava baseada na ideia de eficiência global, e a competitividade da produção brasileira, mas ainda demonstra uma participação baixa da China na porcentagem total de exportações brasileiras, fato esse que muda drasticamente no Século XXI. Porém, é possível dizer que “a combinação de abertura comercial e financeira com câmbio sobrevalorizado resultou em abruptas elevações dos coeficientes de importação e deslocamento das exportações para as commodities” no Brasil (MEDEIROS, 1998 *apud* COSTA; MENDONÇA, 2017, p.79).

Em relação às importações vindas da China, as porcentagens são mais equilibradas entre Bens de Consumo (BC), Bens de Capital (BK) e em Bens Intermediários (BI), considerando o mesmo período utilizado na análise das exportações (1997-2000). Em 1997, as importações vindas da China totalizaram US\$1.159,3 bilhões, representando 1,9% das importações totais do Brasil, foram 44,23% em BC, 13,68% em BK e 37,15% em BI. No ano seguinte, as importações oriundas do país asiático totalizaram 1,7% do total feito pelo Brasil, totalizando US\$1.023,4 bilhões, distribuídos em 40,92% para BC, 11,29% em BK e 38,66% em BI. Em 1999, o valor das compras vindas chinesas foi de US\$859,7 milhões (1,7% do total), sendo 29,52% em BC, 12,56% em BK e 53,18% em BI. E no ano de 2000, 2,1% das importações totais brasileiras tiveram como origem a China, cerca de US\$1.219,2 bilhões, sendo mais da metade desse valor em BI (60,78%), além de 21,70% em BC e 11,36% em BK. Esse equilíbrio muda ao longo do Século XXI, tendo em vista a evolução, aprofundamento e especialização da complementaridade do comércio bilateral entre Brasil e China.

O valor total das importações brasileiras de produtos originários da China registrou um crescimento de 124,75% de 1994 a 1995. Entre 1995 e 1998, o valor das importações se manteve em torno de US\$1,1 bilhão. Em 1998, foi registrada a primeira queda e, em 1999, a segunda, acumulando uma redução de 25,83% no período, utilizando como ano base 1997. Em 2000, as importações se recuperaram, acumulando até 2002 um crescimento de 79,62%, agora tendo 1999 como ano base (DICK, 2006). Durante o período 1995-2002, “devido à escassez de diversidade e de volume de recursos naturais necessários para manter suas taxas de crescimento, a China buscou consolidar uma rede internacional de fornecimento de matérias-primas” (COSTA; MENDONÇA, 2017, p.79). Com isso, o volume dos investimentos externos diretos (IED), política chinesa que “inclui objetivos de cunho geopolítico, concebida para fornecer respostas à pressão gerada pelos desafios enfrentados por sua economia” (COSTA; MENDONÇA, 2017, p.79), aumentou significativamente entre os dois países, o que contribuiu para o incremento das relações comerciais. Porém, apesar dos importantes avanços no volume de comércio entre os países, a concentração das pautas de exportação e importação em determinados produtos, em comparação com o dinamismo das economias, indicava a possibilidade de aprofundamento da relação, o que de fato ocorreu no Século seguinte. Assim,

O rápido crescimento do comércio sino-brasileiro na década de 1990 é particularmente digno de nota. [...] Embora esse volume represente uma proporção do comércio total de cada país, ele sinaliza um grande potencial para os futuros laços econômicos bilaterais. Tanto a China quanto o Brasil encontram-se num estágio de desenvolvimento rápido e sustentado. O acesso da China à OMC deverá criar novas oportunidades para um crescimento da

cooperação econômica e comercial entre os dois países. E essa cooperação apresenta a característica de complementaridade (CHENGXU, 2001 *apud* OLIVEIRA, 2004, p.18)

Com isso, o subcapítulo seguinte tem como ponto de partida o início do Século XXI, que coincide com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Essa adesão garantiu a redução de barreiras tarifárias, não-tarifárias e de subsídios, impulsionando o acesso ao mercado chinês. Dito isso, o próximo subcapítulo mostrará como as relações sino-brasileiras cresceram em níveis significativos nas décadas de 2000.

3.2 DO “BOOM DAS COMMODITIES” AO PERÍODO PRÉ-PANDEMIA

Ao iniciar-se o Século XXI, já é possível observar o início da alteração dos produtos das pautas exportadoras e importadoras do Brasil. O padrão comercial entre Brasil e China nas décadas de 1980 e 1990 se caracterizou pela exportação de manufaturados para os chineses e importação de matéria-prima por parte do Brasil. Neste período, o Brasil possuía uma pauta exportadora mais abrangente, como defendido pela teoria nacionalista. O país não era dependente da exportação de produtos primários e nem de um único parceiro econômico. Porém, conforme será visto a seguir, este cenário foi se alterando com o passar dos anos do novo Século. Isso se deu por conta de fatores como a entrada da China na OMC e sua crescente necessidade por matérias-primas e bens para consumo devido ao seu crescente processo de urbanização. Nos últimos anos, o Brasil se tornou o importador de equipamentos industrializados e manufaturados, além de se transformar em um grande exportador de *commodities*, já que muitos produtos manufaturados brasileiros perderam competitividade, tanto internamente, como externamente, principalmente por conta das vantagens comparativas dos produtos chineses (ANDRADE, 2019). Pode-se dizer que houve um aprofundamento dos paradigmas da teoria liberal para explicar o relacionamento entre Brasil e China, tendo em vista que ambos os países investiram na complementaridade e interdependência econômica entre eles, sendo o Brasil mais dependente da demanda chinesa. Como será abordado neste capítulo, o Brasil deixou de lado os preceitos nacionalistas de ampliação da pauta exportadora para se evitar uma interdependência econômica e não dependência da exportação de produtos primários, direcionando cada vez mais suas forças para o comércio bilateral com os chineses.

É nos anos 2000 que a China se apresenta como um país com reais chances de alterar o equilíbrio do sistema internacional e ter maior influência em aspectos importantes da política internacional, principalmente por conta de seu alto desenvolvimento econômico. Por isso, a

entrada da China na OMC em dezembro de 2001 é considerada um marco importante para uma nova estratégia de política externa. Esta tem como objetivo aumentar a capacidade de intervenção nos rumos da ordem internacional, que somada com a crescente abertura de sua economia, significaram novas perspectivas e novas oportunidades de cooperação (JÚNIOR; RIBEIRO, 2013; CREPALDI, 2005). A entrada da China na OMC se deu por quatro motivos principais:

O primeiro está relacionado às poucas alternativas presentes para a China, que precisava ingressar para se integrar de maneira mais eficiente na economia internacional. O segundo, são as questões políticas, que estão ligadas ao projeto maior da China, de desenvolvimento pacífico e ascensão como potência. Em terceiro está a tentativa de tornar as reformas mais eficientes, tendo a OMC como um mecanismo disciplinar externo, que conduziria o ritmo das reformas e evitaria regressos. Por fim, tem-se a garantia de benefícios econômicos, especialmente o acesso a mercados para os seus produtos (SAICH, 2004 *apud* MARIA, 2013)

O ingresso do país asiático na organização foi acompanhado de uma série de protocolos e reformas necessárias. Entre elas, a aplicação uniforme de regras em todo território aduaneiro do país, adequação às regras de não-discriminação, eliminação de barreiras não tarifárias, alteração do mecanismo de registro de importações, um Acordo sobre barreiras técnicas da OMC, questão de defesa comercial ligada a eliminação dos subsídios que se enquadrem na definição do artigo 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, implementação de transparência nos procedimentos de compra em consonância com os acordos da OMC, Acordo sobre direitos de Propriedade Intelectual, liberalização do comércio de serviços, entre outros (OMC, 2013 *apud* MARIA, 2013). Pode-se afirmar que o acesso à OMC foi o ápice das reformas econômicas iniciadas na China em 1978 por Deng Xiaoping, já que contribuiu para a aceleração das reformas e diminuiu as possibilidades de a China adotar políticas autárquicas. Tais fatores facilitaram o acesso do país a capitais, mercados e investimentos externos, além de beneficiar suas exportações, sendo assim positiva para a economia do país como um todo, já que aumentou ainda mais a participação chinesa no comércio mundial (MARIA, 2013). Desta forma, o acesso chinês à OMC pode ser visto como uma ação estratégica que condiciona a política externa às necessidades do país, mantendo a estratégia de priorizar relações multilaterais e a participação nos fóruns multilaterais internacionais (MARIA, 2013).

No âmbito geral, a entrada da China na OMC, em 2001, fez com que o país se comprometesse a implementar reformas para reduzir as barreiras ao comércio e a facilitar acesso a seu mercado. Em consequência, a China revogou e alterou várias leis e regulamentos e estabeleceu cronogramas de redução e eliminação de medidas protecionistas. Nesse contexto, a China foi obrigada a eliminar o sistema de quotas e aplicar normas internacionais para testes básicos, remover exigências de conteúdo nacional e dar transparência a regimes de

licenciamento e registros. O país asiático fez progressos também com reformas, revisões de regulamentos e exigência de conteúdo local (MORTATTI *et al*, 2011, p.315-316)

Na mesma linha do pensamento do governo chinês, a ascensão no Brasil do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 foi fundamental para a alavancagem das relações comerciais sino-brasileiras. No governo Lula, se tomou a decisão estratégica de uma política externa conhecida por autonomia pela diversificação, na qual buscou abrir ao máximo os horizontes com objetivo de depender cada vez menos dos Estados Unidos e do Ocidente. Diante disso, houve um esforço brasileiro de expandir os laços para os mais diversos blocos e regiões com foco em projetar o país como um *global trader e player* político e econômico, acontecendo por meios como a Diplomacia Presidencial e o investimento da Cooperação Sul-Sul. Desta forma, visando diversificar as parcerias comerciais e diplomáticas do Brasil, houve uma notável aceleração desse incremento do comércio bilateral com a China (CREPALDI, 2005). Por isso, o pós-2003 é essencial na alavancagem da relação entre os dois países, pois este período foi marcado pelo chamado “*boom das commodities*”, e pelo fato de o Estado chinês ter se tornado o maior parceiro comercial brasileiro em 2009. Com isso, ambos os países procuraram, de forma progressiva, impregnar a prática das relações internacionais de pragmatismo e profissionalismo, em prol de resultados mais positivos para suas políticas desenvolvimentistas (BECARD, 2011). Assim, a partir de 2003, a agenda da política externa brasileira adota uma renovada centralidade na relação com a China, ao mesmo tempo em que há a inclusão da América Latina e do Sul na nova estratégia de inserção internacional de Pequim (JÚNIOR; RIBEIRO, 2013). Com isso, a viagem do presidente Lula à China em maio de 2004 foi considerada uma das mais importantes de sua gestão, resultando em novos atos bilaterais e contratos empresariais assinados.

Na óptica brasileira, o principal objetivo da viagem era sinalizar aos chineses a enorme importância estratégica e comercial que o Brasil visava conferir à China. Sob um clima extremamente otimista quanto à capacidade de colaboração e cooperação chinesa em termos recíprocos, acreditava o Brasil que a China estava em condições de contribuir com seu progresso, sobretudo por meio de investimentos na infraestrutura e da aquisição de produtos brasileiros (BECARD, 2011, p.37)

A partir de 2000, registrou-se um alto crescimento da corrente comercial sino-brasileira, o qual pode ser explicado tanto pelo fim do Plano Real no Brasil, quanto pela superação da crise financeira na Ásia e do surgimento de novos fluxos de crescimento na China (BECARD, 2011). Diante de tal cenário, é possível dizer que o Brasil passou e ainda passa por um processo de especialização regressiva, visto que houve uma alteração na pauta exportadora brasileira para o comércio internacional. Tal fato fez o país depender mais ainda da exportação de recursos

naturais, e gerou perda da competitividade de industrializados nos mercados locais e internacionais. Isso se mostra como exemplo do abandono dos princípios nacionalistas de ampliação da pauta exportadora, já que se apresenta um aprofundamento cada vez maior na complementaridade defendida pelos liberais. Assim, a China estabeleceu como metas primordiais na América Latina a obtenção de recursos energéticos, matérias-primas e mercados para seus exportadores, além de apoio político mútuo em fóruns internacionais. Com isso, seus investimentos na região abrangeram principalmente áreas relacionadas à extração de matérias-primas e construção de infraestrutura (BECARD, 2011). Então, o começo dos anos 2000 marcou a ascensão de exportações brasileiras para a China compostas por matérias-primas e alimentos, e “a ênfase brasileira no agronegócio continuou com o passar do tempo, tendo sido feita, ademais, reivindicação de espaço no mercado chinês para outros produtos desta área, a exemplo das carnes” (BECARD, 2011). Portanto, nos primeiros anos do século XXI, o excelente entendimento político entre Brasil e China foi utilizado em favor da superação de entraves à amplificação das complementaridades das cadeias produtivas dos dois países, o que foi feito por meio da criação de mecanismos político-institucionais (BECARD, 2011).

Para exemplificar o crescimento das relações comerciais entre Brasil e China, o Quadro 7 mostra a evolução do intercâmbio comercial entre os dois países, apresentando o saldo comercial entre o ano de 2001, primeiro do Século XXI, e 2019, ano escolhido como o pré-pandemia da COVID-19, além da porcentagem do comércio sino-brasileiro nos números totais de importação e exportação.

Quadro 7 - Intercâmbio comercial entre Brasil e China (2001-2019).

Ano	Total de Exportações (valores em bi de US\$)	Participação no total de exportações do Brasil (%)	Total de Importações (valores em bi de US\$)	Participação no total de importações do Brasil (%)	Balança Comercial (valores em bi de US\$)
2001	1.901	3,3%	1.320	2,3%	581m ¹⁰
2002	2.516	4,2%	1.549	3,2%	967m ¹¹
2003	4.531	6,2%	2.143	4,3%	2.388
2004	5.438	5,7%	3.703	5,8%	1.735

¹⁰ Valor em milhões de US\$.

¹¹ Valor em milhões de US\$.

2005	6.826	5,8%	5.337	7,1%	1.489
2006	8.398	6,1%	7.975	8,6%	423m ¹²
2007	10.776	6,7%	12.596	10,3%	-1.820
2008	16.520	8,4%	20.035	11,5%	-3.515
2009	20.994	13,8%	15.904	12,3%	5.090
2010	30.747	15,3%	25.591	14%	5.156
2011	44.304	17,5%	32.786	14,4%	11.518
2012	41.225	17,2%	34.244	15,2%	6.981
2013	46.023	19,8%	37.325	15,5%	8.698
2014	40.611	18,4%	37.349	16,2%	3.262
2015	35.155	18,8%	30.714	17,7%	4.441
2016	35.133	19,6%	23.349	16,8%	11.783
2017	47.488	22,1%	27.554	17,3%	19.944
2018	63.929	27,6%	35.157	19%	28.772
2019	63.357	28,7%	36.028	19,4%	27.329

Fonte: Elaboração do autor com dados brutos coletados em Governo Federal - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

O primeiro aspecto a ser destacado é que a partir de 2001, observa-se um elevado e intenso crescimento do intercâmbio comercial entre os países. Tanto as exportações brasileiras para a China como as importações deste país tiveram aumento expressivo ao longo do período analisado, chegando a dobrar (ou quase) em certos períodos como 2001 – 2003; 2007 – 2009 e 2009 – 2011. As exportações para a China passaram de US\$1.901 bilhões em 2001, sendo 3,3% do total exportado pelo Brasil, para US\$20.994 bilhões em 2009, 13,8% do valor total das exportações, e chegou a US\$63.357 bilhões em 2019, 28,7% das exportações totais brasileiras, resultando em um crescimento de mais de 3.232,82% em menos de duas décadas. A participação chinesa nas importações brasileiras saltou de US\$1.320 bilhões em 2001, 2,3% do total, para US\$15.904 bilhões em 2009, 12,3% das importações totais, e em 2019 chegou ao valor de US\$36.028 bilhões, sendo 19,4% do total importado pelo Brasil, o que significa um

¹² Valor em milhões de US\$.

crescimento aproximado de 2.629,39% em 19 anos. Vale ressaltar que a balança comercial favorável ou desfavorável indicará a diferença entre as importações e exportações de uma nação. Assim, nota-se que com exceção de 2007 e 2008, o Brasil predomina na questão do superávit no comércio bilateral. Além disso, o primeiro momento marcante dessa intensificação das relações comerciais entre os dois países é quando a China passou a ser o principal destino das exportações brasileiras na Ásia, superando o Japão já em 2002 (PENA *et al*, 2022).

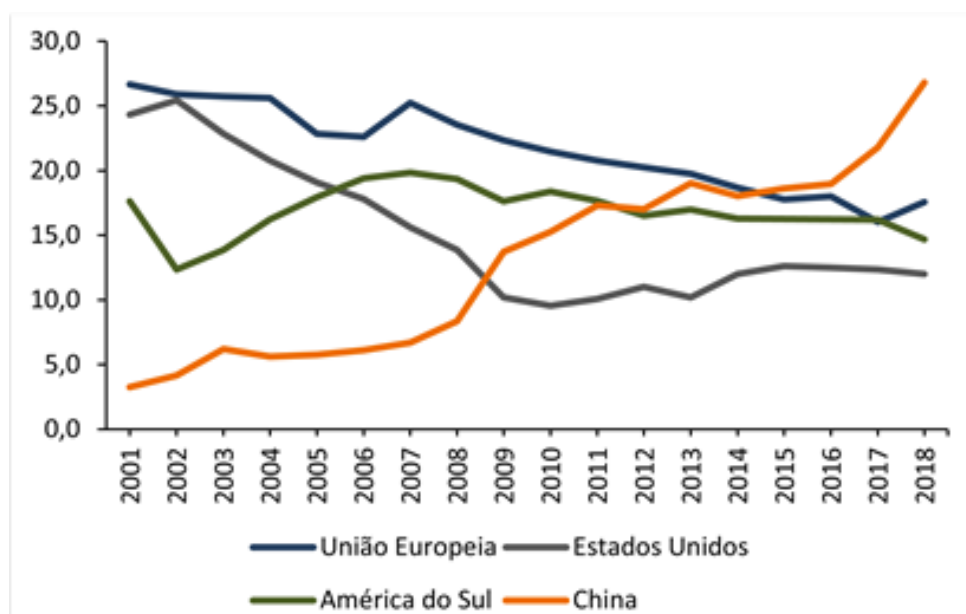
Esse processo levou a China a se tornar o principal parceiro econômico do Brasil em 2009. A partir desse momento, a China nunca deixou de ser o principal parceiro econômico, aumentando cada vez mais sua participação no mercado Brasileiro, mais do que triplicando as exportações e duplicando as importações do ano de 2009 para 2019 (CHIQUESI; NUNES, 2022). Segundo o MDIC, além da China, países como Estados Unidos, Argentina, Países Baixos, Canadá, Japão, Alemanha, Espanha, Chile e México também são outros países que possuem certa relevância na balança comercial brasileira. Em 2001, de acordo com o MDIC, a China ocupava a 8ª posição na balança comercial brasileira, até ultrapassar os Estados Unidos em 2009. O país norte-americano detinha o posto de maior parceiro econômico do Brasil há 80 anos. Em 2011, destacou-se o fato de a Ásia ter se tornado, pela primeira vez, o principal destino das exportações brasileiras (26,3%), deslocando o tradicional posto mantido pela União Europeia (UE), de 22,4%. Como a Ásia era igualmente a principal origem das importações brasileiras (28,3%), transformou-se igualmente no principal parceiro comercial do Brasil, em termos de blocos econômicos (OLIVEIRA, 2016).

Porém, essa relevância não se aproxima da importância e peso que a China tem na balança comercial brasileira. Por outro lado, o Brasil não possui o mesmo impacto na economia chinesa. Apesar das exportações brasileiras serem muito importantes para a China, os asiáticos não são tão dependentes dos produtos brasileiros como o Brasil é dos produtos chineses. A China possui uma ampla rede de parceiros comerciais devido ao seu papel como uma das maiores economias do mundo. Seu principal parceiro econômico é os Estados Unidos, sua participação na balança comercial chinesa ao longo do século XXI tem variado, mas em média, tem sido em torno de 15% a 20% das exportações e importações totais da China, com números flutuando de ano para ano, segundo dados do China Customs. Além dos EUA, a União Europeia (como bloco), Japão, Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan, Austrália e Rússia têm sido outros parceiros chineses que aparecem na frente, ou disputando posições mais nobres na balança comercial da China. Isso significa um grau de dependência da economia brasileira em relação

a exportação de produtos básicos para a China e da importação dos manufaturados chineses. Já a China, tendo América Latina e África como áreas fornecedoras de materiais básicos, adota uma estratégia de diversificação dos fornecedores de matéria-prima e energia entre os países sul-americanos para que não haja dependência excessiva da China do fornecimento de um país específico (WATSON, 2013 *apud* JÚNIOR; RIBEIRO, 2013).

O Gráfico 3 demonstra a progressiva perda de participação das principais economias desenvolvidas na pauta brasileira de exportações, e a ascensão chinesa nessa questão. Ao analisar o período em questão, nota-se uma tendência declinante dos Estados Unidos, que volta a apresentar uma relativa estabilização após o início da crise de 2008. Por outro lado, a União Europeia enfrenta desafios maiores, com redução de importações e perda de competitividade frente à concorrência chinesa. Indubitavelmente, a ampliação da participação da Ásia e a queda significativa dos Estados Unidos, bem como a tendência negativa da União Europeia, estão relacionadas não somente à crise financeira global, mas também às mudanças em curso na estrutura do comércio internacional. A Ásia, especialmente a região do Pacífico, tem assumido um espaço anteriormente ocupado pelo mundo ocidental, que historicamente dominava a região do Atlântico (OLIVEIRA, 2016). O gráfico também demonstra que as exportações brasileiras para a América do Sul apresentaram um relativo crescimento geral no período, com algumas variações em alguns anos, mas se mantendo como um importante destino para os produtos brasileiros.

Gráfico 3 - Participação (%) dos principais mercados de destino das exportações brasileiras (2001-2018)



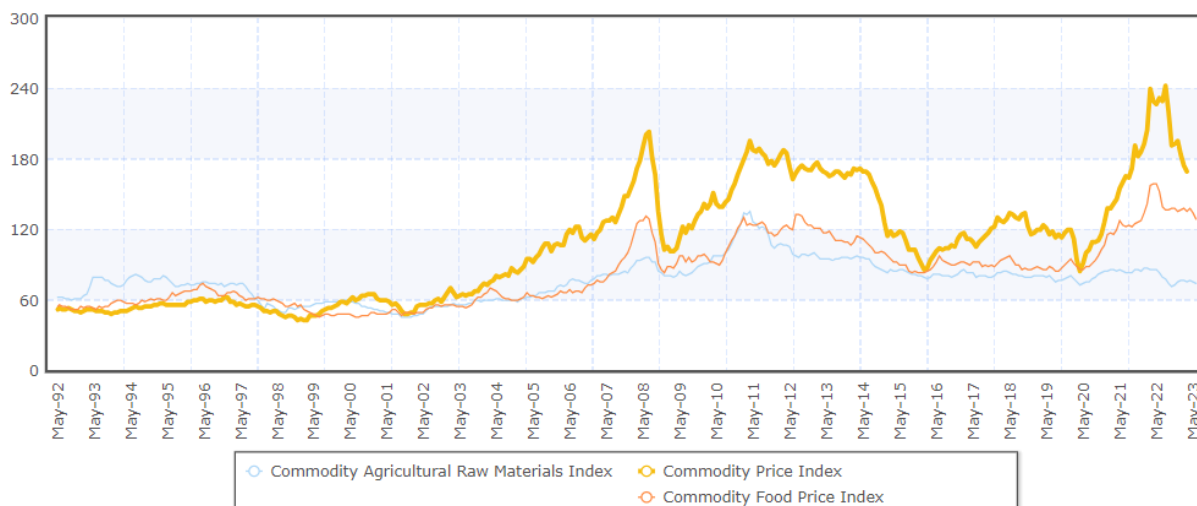
Fonte: Blog do IBRE (2019)

Como já mencionado anteriormente, a entrada da China na OMC abriu novos mercados para suas exportações e importações, buscando acesso a fontes de abastecimento de insumos e matérias primas. Esse é o principal motivo da intensificação das relações comerciais da China com a América Latina, com foco neste trabalho para o Brasil. Vale ressaltar que geograficamente, a China possui uma pequena área de terras e clima propícios à realização da atividade agropecuária, em que se destacam as planícies. Somado a isso, a maior parte do país é composta por regiões montanhosas, desertos e áreas de clima severo, com temperaturas abaixo de -10°C, o que torna inviável a prática dessa atividade. Além disso, é importante ressaltar os desafios enfrentados pela China relacionados à escassez de recursos hídricos (MARIA, 2013). Portanto, a necessidade da China por matérias-primas é uma das razões por trás deste crescimento no comércio bilateral, pois tem impulsionado os preços das *commodities* e impulsionou a demanda pelos principais produtos agrícolas de exportação brasileira. Assim, a mais evidente vantagem comparativa natural do Brasil é sua abundância de terras cultiváveis. O solo fértil e o clima conferem ao país uma posição altamente competitiva na indústria agropecuária, tornando-o um dos principais *players* globais nesse setor. Essa competitividade é claramente refletida na pauta de exportações brasileiras para a China (SEIXAS, 2006). Desta forma, a elevação do preço das *commodities* foi outra variável que permitiu um crescimento generalizado das exportações, tanto dirigido diretamente para a China, contribuindo em muitas delas para um saldo comercial elevado, quanto para o resto do mundo.

A tendência de alta nos preços internacionais das *commodities* agropecuárias iniciou-se em meados de 2001. A evolução dos preços ao longo da década foi influenciada pela aceleração da atividade econômica em importantes economias do mundo, com ênfase no impacto do crescimento da renda nos mercados emergentes, sobretudo nos asiáticos, onde o aumento da demanda por produtos primários evidenciou o modelo de crescimento intensivo em *commodities* básicas (GARCIA, 2019, p.28)

Pode-se dizer que essa alta dos preços também foi um fator que dispersou o Brasil da ideia de diversidade e não dependência de produtos primários na pauta exportadora proposta pela teoria nacionalista. No Gráfico 4 é possível observar a evolução do índice de preços geral das *commodities* em amarelo, preço das *commodities* de matéria-prima agrícola em azul, e em vermelho o índice de preço de *commodities* alimentícias, todas no mês de maio entre 1992 e 2023.

Gráfico 4 – Índice internacional de preços das commodities: geral, de matéria-prima agrícola e alimentícias em US\$ - (1998 – 2023)



Fonte: [indexmundi](https://www.indexmundi.com/commodities/)¹³

Nota-se que entre 1992 e 2002 os preços das *commodities* gerais, de matéria-prima agrícola e alimentícias se mantiveram relativamente estáveis. A partir de 2002, esses valores iniciaram um processo de elevação quase constante, com um recuo mais significativo em 2008 devido ao início da crise econômica mundial. Todavia, em seguida, os preços retomaram sua tendência de alta, fechando o período entre 2002 e 2012 com um aumento em torno de 200%. Neste mesmo período, o Brasil obteve um grande crescimento econômico, ligado diretamente às relações comerciais sino-brasileiras e às condições proporcionadas pelo mercado internacional de exportação de produtos básicos e de alta dos preços das matérias-primas, o chamado “*boom das commodities*”.

O crescimento da economia mundial nas duas últimas décadas e a entrada de grandes novos consumidores vindos dos países emergentes aumentou a demanda internacional, principalmente chinesa, exercendo pressão sobre os preços de commodities internacionais. Essa alta de preços internacionais de commodities manteve a balança comercial brasileira equilibrada e evitou uma evasão de divisas. Por outro lado, a internacionalização dos preços e as pressões inflacionárias em alguns setores da economia, dificultam as exportações de produtos industrializados e manufaturados mais sensíveis às variações do câmbio (GARCIA, 2019, p.29)

Porém, economias estruturadas em pilares diretamente ligados aos setores primários, em meio a esse contexto de elevação dos preços dos chamados produtos básicos¹⁴ e de apreciação cambial, podem acabar iniciando um processo de especialização das exportações em

¹³Disponível em: <https://www.indexmundi.com/commodities/>. Acesso em 20 jul. 2023.

¹⁴Os produtos básicos são aqueles com baixo valor agregado, geralmente dependentes de recursos naturais e mão de obra, possuindo uma cadeia produtiva simples e passando por poucas transformações.

produtos intensivos em recursos naturais. Este fato pode implicar em prejuízo para os setores produtores de bens manufaturados (GARCIA, 2019), como já defendido pela teoria nacionalista. Assim, como já mencionado anteriormente, o Brasil é um país abundante em mão-de-obra, extensão de terras, recursos hídricos e fatores necessários para cultivo de bens primários. Com isso, a utilização desses fatores nos quais o Brasil tem vantagens comparativas em relação aos demais e o crescimento dos setores que utilizam esses fatores são instrumentos que influenciaram a redução na participação das exportações de bens industriais e a um aumento nas de bens primários (GARCIA, 2019).

Essa retração da indústria brasileira pode ser explicada pela abertura comercial e valorização da taxa de câmbio do país a partir dos anos de 1990, que fez com que a competitividade da indústria nacional nas exportações diminuísse por conta do barateamento das importações. Além disso, essa redução também se deve às condições desfavoráveis da oferta de produtos industriais brasileiros no cenário internacional. Já que a rentabilidade das exportações depende de fatores como investimentos e taxa de câmbio, que esteve apreciada entre 1994 e 1998, houve a diminuição da participação do Brasil no comércio internacional. Conseqüentemente, se teve uma perda de mercado dos produtos manufaturados brasileiros e o aumento da dependência de produtos primários em sua pauta exportadora (GONÇALVES, 2001 *apud* GARCIA, 2019).

Somado a isso, mercados externos que eram anteriormente abastecidos por exportações brasileiras de produtos manufaturados, em especial bens industriais, estão sendo gradualmente deslocados pela maior presença chinesa. Isso é evidente em casos como países latino-americanos e especialmente nações africanas, que anteriormente dependiam das importações de bens com alto valor agregado provenientes do Brasil (OLIVEIRA, 2010). Desta forma, com o mercado, principalmente chinês, demandando cada vez mais produtos básicos e com a obtenção de divisas geradas destes bens primários, houve uma expansão da importação de bens industrializados. Tal fator gera uma apreciação cambial, que torna as exportações mais valiosas e reduz o investimento nos setores intensivos em tecnologia (VERÍSSIMO; XAVIER, 2013 *apud* GARCIA, 2019). Isso explica o fato de o Brasil representar umas das regiões de maior complementaridade com a China, principalmente no que diz respeito aos recursos naturais. O país sul-americano tem papel fundamental na rede de fornecimento das *commodities* necessárias para a manutenção da produção da China, o que vem gerando aumento progressivo dos Investimentos Externos Diretos (IED) chineses no Brasil, com grande parte desse

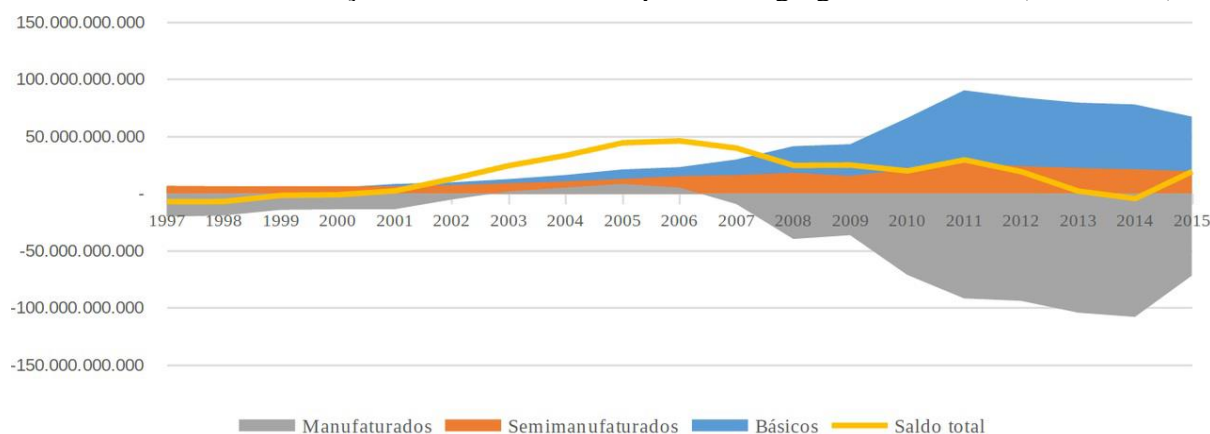
investimento se concentrando em infraestrutura e produção de *commodities* (COSTA; MENDONÇA, 2017).

O padrão de comércio internacional está caminhando no sentido de bens com maior intensidade tecnológica, enquanto as exportações brasileiras se afastam dessa tendência (HERMIDA; XAVIER, 2012 *apud* PELLA, 2019). Resultado desse processo é que as importações brasileiras estão se concentrando cada vez mais em produtos manufaturados, ou seja, com maior valor agregado.

Embora tenha desenvolvido uma parceria estratégica em sentido amplo com a China, o Brasil não construiu mecanismos capazes de diversificar os fluxos de comércio, garantir significativa modernização do parque industrial nacional com a ampliação dos investimentos e estabelecer cadeias produtiva que rendessem ao país produtos de maior valor agregado em sua pauta exportadora. A entrada significativa de investimentos diretos da China no Brasil visa garantir o fornecimento a longo prazo de commodities, por isso grande parte deles foram direcionados às empresas do setor agrícola, exploração de petróleo e extração de minerais (MOREIRA JR., 2020, p.254)

O gráfico 5 mostra o impacto dessa especialização brasileira em itens com baixo valor agregado no saldo da balança comercial por fator agregado do país no período de 1997 a 2015.

Gráfico 5 - Saldo da balança comercial brasileira por fator agregado em US\$ - (1997-2015)



Fonte: PELLA (2019), MDIC

É possível perceber que no início do Século XXI, a importância dos produtos básicos e bens primários na balança comercial brasileira se torna evidente, com crescimento constante até o fim do período analisado. Na contramão desse crescimento, é possível perceber que os produtos manufaturados sofreram déficits constantes, principalmente a partir do ano de 2006, representando assim um processo de reprimarização da pauta exportadora. Tais fatores representam certo abandono das ideias nacionalistas e um aprofundamento dos princípios da teoria liberal. A partir disso, pode-se concluir que o superávit total da balança comercial foi sustentado pelos produtos básicos com baixo valor agregado. Como foi relatado, no período

analisado, estes possuíam preços em alta no mercado internacional e o melhor desempenho do país exportador de produtos primários está vinculado ao movimento de alta de preços destes bens, acarretando um efeito direto de aumento do valor exportado. O caso do comércio bilateral com a China segue a mesma tendência, embora tenha gerado saldos positivos a favor do Brasil, a especialização do país concentrou-se principalmente em bens com baixo valor agregado, enquanto importava produtos mais sofisticados tecnologicamente (COSTA, 2015). Em termos gerais, os altos preços internacionais de *commodities* ao compensar a valorização cambial, em especial derivados da demanda chinesa e demais países emergentes, estimularam as exportações de produtos básicos, enquanto os produtos que passam por transformação industrial, independentemente do setor econômico, tornaram-se mais sensíveis à valorização cambial e apresentaram crescimento menos significativo em termos de exportação (GARCIA, 2019). Diante de desse cenário:

A possível reprimarização pode ser vista por dois aspectos. O primeiro reflete a perda de competitividade internacional dos produtos manufaturados e o ganho dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil. O segundo expressa a mudança da estrutura de exportações com a maior participação relativa dos produtos agrícolas e a menor participação dos manufaturados. (GARCIA, 2019, p.27)

O quadro 8 tem como objetivo retratar este impacto que o “*boom das commodities*” trouxe um aumento nítido de seus preços, e conseqüentemente um impacto prejudicial na indústria brasileira, que gerou perda mercado global.

Quadro 8 - Participação (%) das categorias de produtos na exportação brasileira sobre valor exportado - 1997 a 2019.

	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	PRODUTOS ALIMENTICIOS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	COMBUSTIVEIS MINERAIS, LUBRIFICANTES	ARTIGOS MANUFATURADOS	OUTROS	TOTAL
1997	14.54%	21.57%	22.63%	0.60%	21.18%	19.48%	100.00%
1998	15.55%	20.25%	24.62%	0.69%	19.92%	18.95%	100.00%
1999	14.93%	21.62%	23.71%	0.84%	20.37%	18.54%	100.00%
2000	15.73%	16.75%	27.96%	1.65%	20.04%	17.88%	100.00%
2001	15.13%	20.02%	26.73%	3.60%	17.54%	16.98%	100.00%
2002	15.17%	19.57%	24.36%	4.89%	18.98%	17.03%	100.00%
2003	16.53%	19.29%	23.16%	5.20%	19.32%	16.49%	100.00%
2004	16.12%	19.12%	25.07%	4.59%	19.35%	15.74%	100.00%
2005	16.16%	18.34%	25.88%	5.98%	18.30%	15.34%	100.00%
2006	16.39%	18.44%	24.21%	7.69%	18.14%	15.15%	100.00%
2007	16.92%	19.36%	23.14%	8.28%	17.21%	15.09%	100.00%
2008	19.88%	18.91%	21.11%	9.45%	15.53%	15.12%	100.00%
2009	22.11%	23.36%	17.16%	8.93%	12.91%	15.52%	100.00%
2010	26.06%	22.40%	16.55%	9.83%	11.62%	13.54%	100.00%
2011	28.65%	21.62%	15.12%	10.47%	11.23%	12.91%	100.00%
2012	26.19%	22.35%	15.72%	10.92%	10.95%	13.87%	100.00%
2013	28.82%	22.30%	18.18%	7.37%	10.29%	13.05%	100.00%
2014	28.65%	22.77%	14.67%	9.18%	11.81%	12.93%	100.00%
2015	26.42%	24.04%	16.33%	7.20%	13.01%	13.01%	100.00%
2016	25.63%	24.32%	18.74%	6.25%	12.22%	12.84%	100.00%
2017	28.61%	22.06%	17.01%	8.60%	11.86%	11.86%	100.00%
2018	30.64%	18.21%	16.97%	12.38%	11.20%	10.61%	100.00%
2019	31.26%	19.65%	14.57%	13.13%	11.14%	10.24%	100.00%

Fonte: O Cafezinho, Comex Stat, MDIC (2019)

A reprimarização da pauta exportadora está no fato de se ter uma gigante queda da participação percentual dos manufaturados, máquinas e equipamentos de transporte no total das exportações brasileiras. Em 1997, os manufaturados respondiam por 21% das exportações, número este que caiu praticamente pela metade em 2019, com apenas 11%. As máquinas e equipamentos de transporte, que correspondiam a 23% das exportações brasileiras, hoje respondem por apenas 15%. Enquanto isso, a participação da categoria de “matérias em bruto” dobrou no período analisado, subindo de 14% em 1997 para 31% em 2019. E a tendência do comércio sino-brasileiro é a mesma, as exportações brasileiras estão ligadas a grandes quantidades de recursos naturais, exportando mais produtos com menor valor agregado, enquanto a China fornece produtos com um valor agregado mais alto (ANDRADE, 2019). Dessa forma, pode-se concluir que:

A manutenção de uma balança comercial superavitária com a China possui algumas explicações que não podem deixar de ser percebidas. Primeiramente, a grande demanda chinesa por nossas *commodities* primárias em função do enorme mercado interno chinês a ser atendido. Em segundo lugar, a valorização do preço dessas *commodities* em virtude de uma ampliação da demanda por parte de economias emergentes que foram alçadas à condição de novos consumidores na esteira do crescimento econômico mundial da última década. Por fim, somadas a desindustrialização da economia nacional e a grave crise econômica em que o país está mergulhado, fruto de sua deterioração fiscal e instabilidade política, levam a uma retração das importações brasileiras, contribuindo para manutenção do superávit na

balança comercial, mesmo frente a desvalorização de algumas *commodities* e uma acomodação momentânea da demanda chinesa (MOREIRA JR., 2020, p.255-256).

Essa reprimarização pode ser considerada como o grande sintoma do uso desmedido das vantagens comparativas brasileiras na produção de *commodities* agrícolas. Isso se deve ao fato de o Brasil enxergar a ascensão chinesa como uma oportunidade para aumentar seus superávits comerciais. Tal fator fez com que essa relação acabasse estabelecendo uma dinâmica assimétrica que favoreceu a especialização do Brasil como exportador de produtos agrícolas e traz certa dependência da demanda chinesa. Apesar dos superávits comerciais recorrentes trazerem benefícios momentâneos para o Brasil, eles não são garantia de um crescimento sustentável a longo prazo, uma vez que estão suscetíveis a fatores conjunturais, como mudanças nos preços das *commodities* e desaceleração da economia chinesa. A China, por sua vez, vai na contramão da ideia brasileira, já que o país asiático vem construindo sua presença global de forma mais diversificada e expandindo suas relações com outras partes do mundo. Ao mesmo tempo, o país asiático fortalece sua capacidade industrial, o que a torna cada vez mais competitiva como fornecedora global de produtos manufaturados. Esse movimento de diversificação e aumento da competitividade industrial tem impactos significativos em suas relações econômicas internacionais, sendo um projeto que apresenta perspectivas no longo prazo.

Estes argumentos da reprimarização da pauta exportadora brasileira se encaixam de forma relevante com a teoria nacionalista do comércio internacional. Como abordado no primeiro capítulo, a teoria nacionalista do comércio, muitas vezes associada ao estruturalismo econômico, enfatiza a importância de desenvolver uma economia autossuficiente e diversificada, reduzindo a dependência de produtos primários e *commodities* nas exportações e sendo contra a interdependência econômica. Ao entender que o padrão de comércio internacional está evoluindo em direção a bens com maior intensidade tecnológica, ao passo que as exportações brasileiras estão se distanciando dessa tendência (HERMIDA; XAVIER, 2012 *apud* PELLA, 2019), o argumento se reforça. A reprimarização da pauta exportadora brasileira, ou seja, a crescente ênfase nas exportações de matérias-primas e produtos básicos, está alinhada com os argumentos nacionalistas, especialmente aqueles que buscam evitar a dependência excessiva de parceiros e de setores vulneráveis e voláteis. A teoria nacionalista argumenta a especialização e a interdependência tornam os Estados inseguros, dependentes e vulneráveis às influências externas (GILPIN, 2002) Além disso, no caso brasileiro, essa

dependência pode expor a economia a flutuações nos preços das *commodities* no mercado internacional, o que pode levar a ciclos de crescimento e recessão.

Assim, a reprimarização também pode ser vista como um reflexo de uma estrutura econômica que não avançou na direção da industrialização e da diversificação da produção, principalmente após a entrada da China na OMC, contrariando os princípios nacionalistas de construir uma economia autossuficiente. Este fator está evidenciado no quadro 8 apresentado anteriormente. Ao perceber que a participação de artigos manufaturados era de 21,18% no ano de 1997, passou a ser de apenas 11,14% em 2019. Tais fatores andam na direção contrária da ideia proposta pela teoria nacionalista, que defende um comércio que valorize a promoção de indústrias locais e a busca pela agregação de valor na produção. Isso facilitaria o controle da economia brasileira de forma mais eficaz, colaborando para a minimização dos riscos associados à volatilidade dos preços das *commodities* e da extrema dependência da demanda de um só país. Portanto, o argumento da reprimarização da pauta exportadora brasileira é bastante contestado pela teoria nacionalista do comércio internacional, já que esta enfatiza a importância de uma abordagem mais diversificada e industrializada para o comércio exterior, em oposição à dependência excessiva de produtos primários, como vem ocorrendo nas relações entre Brasil e China.

Apesar disso, Oliveira (2016) classifica o relacionamento com a China como relativamente positivo, pois sua demanda de *commodities* compensa receitas perdidas pelo Brasil devido a retração das importações de manufaturados. Assim, ao final das duas primeiras décadas do Século XXI, período no qual este subcapítulo tem propósito de analisar, não restam dúvidas de que o crescimento chinês propiciou a abertura de diversos negócios para os sul-americanos, sobretudo nas áreas de energia, minérios e produtos agropecuários. Os investimentos chineses no Brasil nessas áreas, em especial, tornaram-se cada vez mais numerosos e diversificados (BECARD, 2011). Dito isso, Brasil e China souberam aproveitar e alavancar a complementaridade econômica existente entre as duas nações. Nesta, os chineses, país forte na produção de manufaturados, exporta estes produtos para o Brasil e demandam grandes quantidades de insumos e matéria-prima para sua produção, já que são conhecidos como “fábrica do mundo”. Por sua vez, o Brasil aproveita a demanda em um campo que possui especialidade e é extremamente competitivo, se especializando na produção e exportação de bens intensivos em recursos naturais, e importando aqueles que possuem maior valor agregado. Assim, o país com a maior abundância relativa de um fator se especializou na produção do bem

que utiliza mais intensamente o fator abundante em relação ao outro menos presente (PELLA, 2019). O atual presidente chinês, Xi Jinping, em entrevista ao jornal brasileiro Valor Econômico¹⁵, realizada em março de 2013, comentou:

Nunca, como hoje, os interesses de desenvolvimento dos dois países estiveram tão interligados. A cooperação econômico-comercial bilateral está desempenhando um papel cada vez mais destacado nos nossos respectivos desenvolvimentos econômicos. A parte chinesa está disposta a trabalhar com a parte brasileira para explorar o potencial da complementaridade das duas economias, otimizar a pauta comercial e ampliar as áreas de cooperação (JINPING, 2013).

Desta forma, ao entender que as exportações brasileiras para a China tornaram-se mais especializadas em produtos para os quais o país apresenta vantagem comparativa (abundância em recursos naturais), ou seja, a pauta de exportação brasileira para a China tornou-se mais concentrada em produtos cuja contribuição ao saldo comercial brasileiro é positiva (COSTA; MENDONÇA, 2017), entender os impactos da pandemia de COVID-19 nesta pauta exportadora para a China baseada em *commodities*, principalmente agrícolas, é de suma importância. Visando tal objetivo, o próximo capítulo tem como objetivo apresentar os principais impactos da pandemia do coronavírus nas exportações de soja, milho, carne bovina, algodão, açúcar e café para a China.

¹⁵Disponível em: <http://www.valor.com.br/internacional/3052278/china-rica-e-forte-ainda-esta-distante-diz-xi-jinping>. Acesso em: 21 jul. 2023.

4. COVID-19 E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: COMO AS EXPORTAÇÕES PARA A CHINA DE UM DOS PILARES ECONÔMICOS DO BRASIL FORAM IMPACTADAS PELA PANDEMIA?

Este capítulo tem como objetivo apresentar a forma com que a pandemia de COVID-19 afetou algumas das principais *commodities* exportadas do Brasil para a China, com foco na soja, cana-de-açúcar, algodão, e as carnes bovina, suína e de frango. Diante disso, o capítulo procura mostrar um panorama geral sobre como a pandemia do coronavírus impactou o agronegócio brasileiro e as relações bilaterais entre Brasil e China. Será possível observar que os resultados econômicos obtidos no Brasil, principalmente por meio da exportação de *commodities*, se mostram melhores do que na maioria das economias afetadas pela pandemia. Desta forma, o capítulo mostrará que pelo fato de o Brasil possuir uma economia com participação tão marcante do agronegócio, um dos setores menos impactados negativamente pelo COVID-19, os efeitos negativos foram naturalmente menores no país.

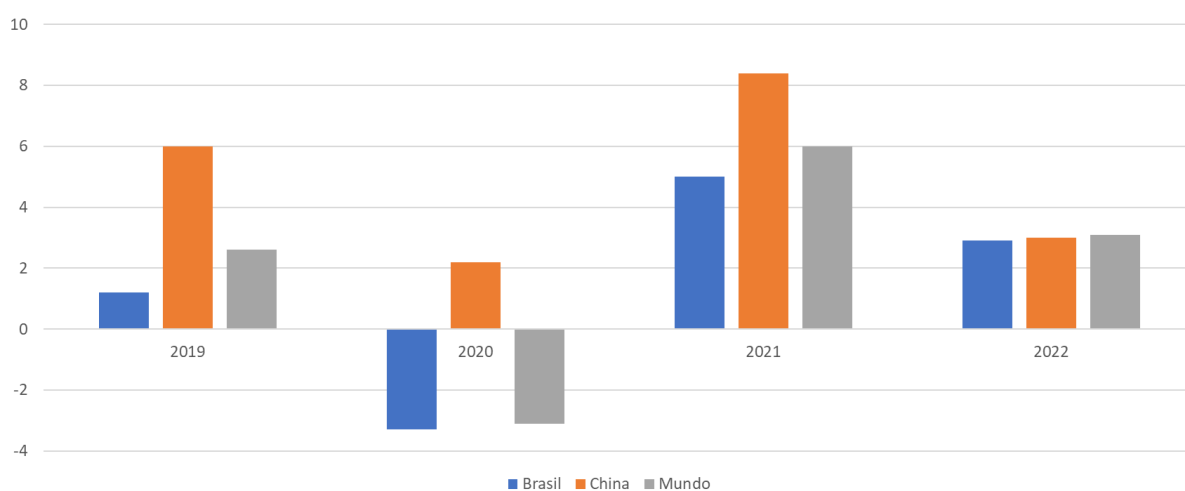
4.1 COVID-19, AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E A RELAÇÃO SINO-BRASILEIRA: UM PANORAMA GERAL

Identificada pela primeira vez em Wuhan, a COVID-19 (SARS-CoV-2) se espalhou rapidamente para quase todos os países do mundo, principalmente no primeiro semestre do ano de 2020. Em resposta ao rápido aumento das infecções, muitos países adotaram o fechamento de fronteiras como uma medida recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na tentativa de conter a propagação do COVID-19. O rápido e impactante avanço do coronavírus por diversas populações em todo o mundo pode ser atribuído, em parte, à globalização. Esta interconexão e circulação de pessoas e mercadorias em escala global serviram de alavanca para a rápida disseminação do vírus entre os continentes. Essa rápida dissipação produziu uma desaceleração econômica em nível global em uma magnitude sem precedentes na história recente, impactando a maioria dos países do sistema internacional, em especial os que não adotaram as recomendações da OMS. As medidas implementadas de isolamento e/ou *lockdown* provocaram a interrupção das atividades da vida cotidiana das pessoas, desmobilizando recursos e impactando negativamente a produção e toda sua rede, além do consumo corrente e os investimentos (TÁVORA, 2020).

A adoção das referidas medidas trouxe diversos desafios em termos econômicos, com as o crescimento das economias sendo bruscamente reduzidas para o ano de 2020 em todo o

mundo, de tal forma que se iniciou um debate sobre a causa da forte recessão ser somente a pandemia em si ou as medidas de isolamento adotadas para controlar o vírus (TRECE, 2020). Neste cenário, a maioria dos setores da economia como o comércio, a indústria, o turismo e o agronegócio foram afetados, o que gerou o pior desempenho para a economia mundial no ano de 2020. No caso brasileiro, o agronegócio é a principal atividade que move a economia, e ocupa uma posição fundamental, que tem mantido ao longo de décadas, um balanço positivo na economia brasileira (DA SILVA *et al.*, 2013). A crise desencadeada pelo novo coronavírus está intimamente relacionada ao sistema agroalimentar global, especialmente no que diz respeito à produção e ao abastecimento. Os impactos iniciais da pandemia foram sentidos tanto na oferta quanto na demanda, por conta das medidas de controle do vírus que interromperam a logística de produção e distribuição de alimentos. Essas restrições causaram prejuízos significativos aos países que atuam como produtores, importadores e exportadores de alimentos, e o Brasil está entre essas nações afetadas (SILVA; RODRIGUES; YAMASHITA, 2021). Assim, para compreender os efeitos e repercussões da pandemia sobre a agricultura e o setor alimentar do Brasil, é preciso tomar como referência o alcance global e sistêmico do problema. (SCHNEIDER; CASSOL; LEONARDI; MARINHO, 2020). O gráfico 6 mostra o impacto da pandemia no Produto Interno Bruto de Brasil, China e no PIB mundial, tendo como referência o período de 2019-2022.

Gráfico 6 - Crescimento (%) PIB do Brasil, China e Mundo - (2019-2022).



Fonte: Elaboração do autor com dados brutos coletados em Banco Mundial (2019-2022)

Com base nesses dados, é possível afirmar que houve efeito adverso generalizado, existindo uma "pandemia" econômica que afetou todos os países, variando em sua intensidade

de acordo com o nível de produção e o PIB de cada nação. No primeiro trimestre de 2020, o PIB chinês registrou crescimento de 6%, enquanto o PIB mundial cresceu 2,6%. No semestre seguinte, já com a pandemia afetando o planeta como um todo, o mundo teve uma queda de 3,1% em seu PIB, cenário contrário com que se viu na China, que apesar dos impactos da COVID-19, registrou crescimento de 2,2% em seu PIB, segundo dados do Banco Mundial. Já o PIB brasileiro registrou uma queda de 2,5% no primeiro trimestre de 2020, principalmente devido às quedas que afetaram a oferta total, e conseqüentemente o total da demanda, tendo seu auge de declínio no segundo trimestre do mesmo ano, quando registrou uma queda significativa de 9,7%, segundo dados do IBGE. O mês de abril registrou não apenas a maior retração da oferta e da demanda brasileira da pandemia de COVID-19, mas também de toda a série histórica desde 1998; a retração de -11,7% no mês superou a maior queda da série até então, que havia sido em maio de 2018 (-6,5%), quando ocorreu a greve dos caminhoneiros no país (TRECE, 2020).

Os efeitos relatados e evidenciados no PIB anual são amplamente resultantes de um choque adverso tanto na oferta quanto na demanda de produtos e serviços. No lado da oferta, a produção foi diminuída ou até mesmo interrompida, especialmente em setores intensivos em mão-de-obra, devido às medidas de restrição adotadas durante a pandemia. Pelo lado da demanda, o efeito negativo foi causado pelo pânico da população, que, com receio de escassez de alimentos, começou a estocar produtos em suas residências, resultando em desabastecimento e conseqüente elevação dos preços de alguns alimentos (MACHADO; MALAGOLLI, 2021). Tais fatores resultaram em uma redução da atividade de cada economia e, conseqüentemente, em uma diminuição do nível de comércio entre as nações (HISTER; WERLANG, 2021). Essa redução no comércio leva ao protecionismo, ou seja, o nacionalismo se sobressai juntamente com um esforço em busca da autossuficiência através de políticas que visam a proteção da indústria e do comércio local. Como já abordado no primeiro capítulo, o protecionismo se manifesta por meio da implementação de leis e outras medidas que restringem ou dificultam a importação de certos produtos, muitas vezes através de impostos aplicados a produtos importados (HISTER; WERLANG, 2021). Desta forma, o protecionismo se opõe aos objetivos dos acordos comerciais de liberalização, pois resulta na diminuição da cooperação intergovernamental entre países, o que pode prejudicar o crescimento e o fortalecimento das economias. Essa abordagem promove a criação de barreiras que impossibilitam a formação de áreas de livre comércio (GROSSMAN, 2016; RAMOS, 2017 *apud* HISTER; WERLANG,

2021).

Porém, cabe dizer que, apesar do choque nas áreas de oferta e demanda, bem como das medidas protecionistas adotadas em âmbito global, a taxa de câmbio desvalorizada favoreceu o crescimento das exportações brasileiras de forma gradativa, seguindo a recuperação do choque da pandemia. Assim, a depreciação do real tornou a exportação mais atrativa, permitindo ao Brasil ganhar espaço no mercado internacional ao oferecer preços mais competitivos em moeda estrangeira. Essa depreciação cambial tem sido especialmente benéfica para produtos que não possuem uma cadeia produtiva complexa, que é o caso do agronegócio brasileiro (HISTER; WERLANG, 2021). Este choque inicial causado pelo novo coronavírus está diretamente ligada ao sistema agroalimentar global, principalmente quando se refere à produção e ao abastecimento. Em consequência das medidas impostas pela OMS os efeitos iniciais da pandemia afetaram a oferta e a demanda, como mencionado anteriormente. Tais fatores geraram a interrupção da logística das produções e no escoamento dos produtos. As restrições causaram prejuízos aos países que são produtores, importadores e exportadores de alimentos, e o Brasil está entre esses países (SILVA; RODRIGUES; YAMASHITA, 2021). O agronegócio não deixou de ser alvo das influências externas, principalmente quando se deu o impacto inicial da pandemia, visto que com o cenário de insegurança nos mercados internacionais, diversos efeitos negativos para o setor agrícola no país puderam ser vistos. É possível citar como exemplo o aumento dos preços e indisponibilidade de diversos insumos no mercado, dificuldades de obtenção de mão-de-obra qualificada ao trabalho do campo, entre outros (COSTA, 2021 *apud* LEAL; DUARTE; SOARES, 2022).

Assim, para compreender os potenciais efeitos e repercussões da pandemia sobre a agricultura e o setor alimentar do Brasil, é preciso tomar como referência o alcance global e sistêmico do problema. (SCHNEIDER; CASSOL; LEONARDI; MARINHO, 2020). A pandemia da COVID-19 impactou significativamente o custo dos insumos agrícolas, principalmente fertilizantes e defensivos agrícolas. O primeiro devido a sua grande participação nos custos totais de produção, muitas vezes por escassez de insumos e matérias-primas, e o segundo devido ao aumento absoluto dos preços de comercialização dos produtos agrícolas. Além disso, essa alta também pode ser atribuída tanto a causas internas, como a baixa na capacidade de financiamento do produtor e consequente incapacidade de compra dos insumos e as diversas dificuldades em obter mão-de-obra qualificada. Quanto a causas externas, destaca-se a implementação de restrições à livre circulação de pessoas e cargas pelo governo, que

geraram impacto na distribuição dos insumos agrícolas (LEAL; DUARTE, 2023). Portanto, dentro desse cenário de queda e imposição de medidas de contenção da contaminação, elencou-se seis preocupações em relação aos efeitos da COVID-19 enfrentadas no agronegócio brasileiro: 1) impacto em preços e mercados; 2) lentidão e escassez nas cadeias de suprimentos; 3) saúde dos produtores e de suas famílias; 4) eventuais baixas na força de trabalho; 5) segurança para os trabalhadores e falta de equipamento de proteção individual; 6) outras interrupções e outros desafios que moradores de áreas rurais podem vir a enfrentar (TÁVORA, 2020).

Somado a tais impactos na cadeia de produção do agronegócio brasileiro, durante a crise da pandemia de COVID-19, o chefe do executivo federal era Jair Bolsonaro, defensor de um perfil de política externa com alinhamento aos Estados Unidos, sob o governo de Donald Trump, sendo crítico da antiga agenda chamada de globalista/universal e movidos por uma ideologia conservadora de tendências fundamentalistas. O então presidente assumiu a missão de direcionar as ações do governo e das relações exteriores em uma direção oposta à seguida desde o processo de redemocratização. Abandonou-se as arenas multilaterais e os esforços dos organismos internacionais e agências das Nações Unidas para lidar com questões de governança global e assuntos domésticos (MOREIRA JR, 2020). Desta forma, o Brasil se alinhava com o maior concorrente chinês na disputa de poder pela ordem mundial, mas apenas por motivações políticas e ideológicas entre o governo Bolsonaro e os Estados Unidos, principalmente o ex-presidente Donald Trump. Afinal, as estatísticas de investimento externo direto e comércio internacional mostravam que a China era, e ainda é, de longe, uma parceira mais importante para a economia brasileira do que os Estados Unidos (LIMA; VERÍSSIMO, 2022). Isso gerou uma ambiguidade no comportamento do governo brasileiro, já que, de um lado, houve a adoção de uma retórica anti-China, principalmente nas questões que envolveram a pandemia. De outro, em situações em que estar junto com a China reforçava agendas nacionais de interesse do governo, o comportamento do país foi mais conciliatório com o chinês (SOUSA *et al.*, 2020).

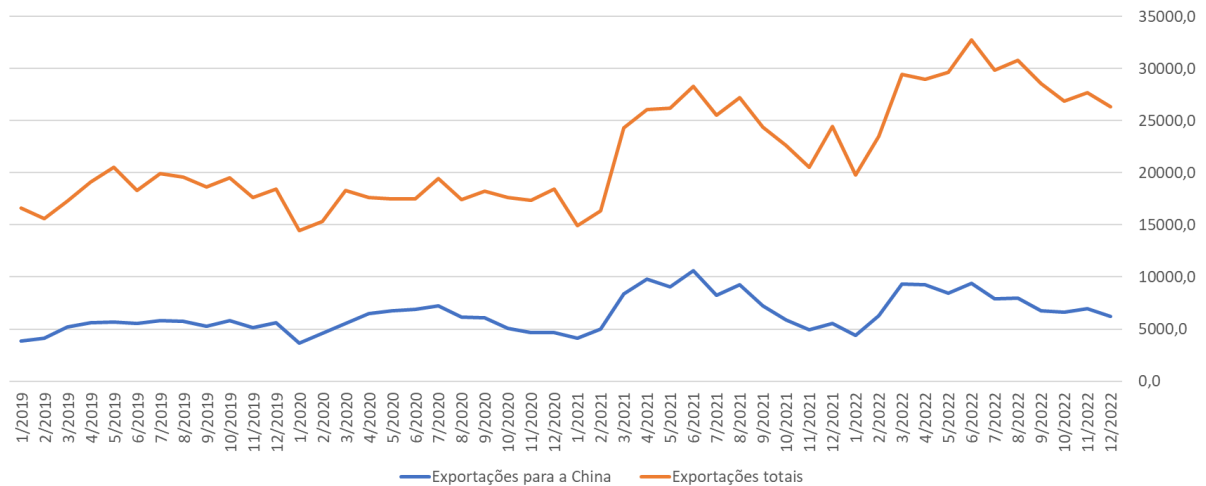
Essa ambiguidade atingiu um novo nível com a chegada da pandemia de COVID-19 e a subsequente recessão global que afetou o mundo devido às medidas de contenção do vírus. As relações entre Brasil e China enfrentaram tensões diplomáticas devido à retórica anti-China, que foi utilizada repetidamente para mobilizar um grupo de apoio ao presidente Bolsonaro. Além disso, muitos dos argumentos radicais e negacionistas defendidos pelo ex-presidente norte-americano Donald Trump foram reforçados nos discursos tanto pessoais quanto

institucionais de Bolsonaro (LIMA; VERÍSSIMO, 2022). No rastro das críticas proferidas por Donald Trump durante sua "guerra comercial" com a China, Bolsonaro intensificou seu tom em várias ocasiões sobre os investimentos e os negócios asiáticos no Brasil (MOREIRA JR., 2020). Somado a isso, houve acusações relacionadas à origem do vírus e ao regime político chinês, entre outras questões. Essas acusações incluíram temas como o leilão nacional do 5G e a distribuição de vacinas, direcionadas à nação asiática pela ala do governo pró-Trump, composta por figuras como Eduardo Bolsonaro, deputado e filho do ex-presidente; Ernesto Araújo, ex-Ministro das Relações Exteriores; Filipe Martins, ex-assessor de assuntos internacionais da presidência da República; além de outros membros do alto escalão. A China, em cada ocasião, reagiu ativamente às críticas ideológicas infundadas, resultando em uma certa tensão nas relações diplomáticas entre os dois países (LIMA; VERÍSSIMO, 2022).

Divergindo da retórica adotada pelo ex-presidente brasileiro, não só na sociedade civil, mas também dentro do governo, havia grupos favoráveis e que reconheciam a importância da relação bilateral Brasil-China. Dentre esses agentes, destacam-se representantes da Vice-Presidência da República; do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e do Ministério da Economia. Diante de momentos de tensão, esses agentes desempenharam um papel crucial ao suavizar as relações com a potência chinesa e mitigar as contradições nas decisões do governo. Enquanto uma retórica anti-China era adotada em relação à pandemia, o comportamento do Brasil era conciliador com a China quando isso reforçava as agendas nacionais do governo (LIMA; VERÍSSIMO, 2022). Portanto, apesar do aumento de incertezas no contexto pandêmico, a dinâmica econômica, especialmente na esfera comercial, entre os dois países não foi afetada por questões políticas até aquele momento. O Brasil não hesitou em cooperar com a China em situações que beneficiassem os interesses do governo. Além disso, as trocas comerciais bilaterais continuaram a crescer, atingindo níveis sem precedentes. Isso contribuiu para aprimorar a pauta exportadora do Brasil, embora também tenha reforçado a assimetria comercial entre as nações. De maneira clara, a postura pragmática da China, aliada aos interesses de agentes nacionais e subnacionais brasileiros em manter as relações econômicas sino-brasileiras, fomentou a estabilidade política entre as nações (LIMA; VERÍSSIMO, 2022). Como evidenciado, a competitividade e o papel de destaque do agronegócio brasileiro têm a capacidade de se desenvolver para além de governos e políticas. Mesmo em um cenário recessivo como o da pandemia, o setor continuou a ser um impulsionador significativo da economia nacional (MATTEI, 2020).

Dessa maneira, como mencionado anteriormente, o agronegócio possui uma cadeia produtiva menos complexa que outros setores. Esta característica, combinada com fatores como a deterioração das condições econômicas, considerável déficit fiscal, endurecimento das medidas de distanciamento social, surgimento de variantes do coronavírus e, principalmente, grande instabilidade política, gerou desafios para a maioria dos setores econômicos do Brasil, prejudicando e retardando a recuperação econômica. No entanto, o agronegócio continuou a apresentar perspectivas positivas, mesmo diante desses obstáculos. Isso se deu especialmente nas exportações, que foram impulsionadas principalmente por: a) uma demanda crescente da China; b) a preferência dos chineses por importações de *commodities* e proteínas animais do Brasil em detrimento dos Estados Unidos, principalmente por conta da guerra comercial que gerou tensões entre China e EUA; e c) uma significativa desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar e ao euro (FITCH, 2020; SHETTY, 2020; FITCH, 2021; JANK, 2021; SHETTY, 2021 *apud* TAMARINDO; PIRES, 2021). Nesse sentido, em contrapartida às previsões, o agronegócio demonstrou uma notável resiliência em comparação a outros setores. Enquanto o PIB do Brasil sofreu uma queda de 3,3% em 2020, o setor agropecuário registrou um crescimento de 2% no mesmo período, conforme relatado pelo IBGE. A resiliência notável do agronegócio em um contexto tão desafiador pode ser atribuída à sua essencialidade, já que envolve alimentos e outros produtos vitais, como também por sua competitividade e vantagem comparativa. Além disso, os resultados favoráveis mesmo durante a pandemia também estão atribuídos ao crescimento de exportações de produtos brasileiros por diversos países. Só a China, por exemplo, foi responsável por 32,4% das exportações totais do Brasil em 2020, 31,3% em 2021 e 26,8% em 2022, de acordo com dados do MDIC. Entre os produtos adquiridos pelos chineses, destacam-se *commodities* como soja, carnes bovinas, suínas e de aves (MACHADO; MALAGOLLI, 2021). O gráfico 7 mostra a evolução mensal das exportações brasileiras totais e com destino à China, iniciando no mês de janeiro de 2019, e terminando no mês de dezembro de 2022.

Gráfico 7 - Exportações Brasileiras mensais totais e com destino à China - Valor em US\$ FOB Milhões - (01/2019 - 12/2022)



Fonte: Elaboração do autor com dados brutos coletados em Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Nota-se que as exportações para a China acompanham e estão diretamente ligadas com as oscilações das exportações totais no período analisado. Essa relação direta é perceptível ao perceber que uma queda ou um aumento nos produtos enviados para a China refletem de forma clara e direta nos números gerais do Brasil. O fato de produzir bens essenciais diante do cenário pandêmico, e ainda, por aumentar as exportações para mercados como o da China foram fatores que contribuíram para o bom desempenho do agronegócio durante o ano de 2020, alavancando ainda mais no ano de 2021 e 2022. Isso reforçou a tese do agronegócio ser um setor competitivo, mesmo em meio a crises relacionadas à oferta e demanda, além de outras adversidades provocadas pelas medidas de restrição, a produção rural não parou por completo, e ainda se sobressaiu quando comparada a outros setores. O setor também mostrou que funciona como instrumento de inserção comercial e fonte de recursos do exterior (BASTOS, 2020 *apud* MACHADO; MALAGOLLI, 2021). Dito isso, é possível afirmar que a crise econômica causada pelo coronavírus pouco surtiu efeitos sobre as exportações brasileiras, principalmente devido ao alto rendimento do setor agrícola. Como consequência geral, o agronegócio vem possibilitando o crescimento econômico e ainda contribuindo para a elevação da representatividade do país frente à comunidade internacional, uma vez que o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de produtos agrícolas (LEAL; DUARTE; SOARES, 2022)

Portanto, a análise dos fluxos de oferta e demanda de bens e serviços não apenas proporciona uma avaliação abrangente dos impactos econômicos gerais, mas também oferece um meio para avaliar a interdependência de um país em relação ao comércio internacional. Em um contexto de crescente globalização e maior interligação dos mercados globais, compreender essas interações é essencial para identificar tanto as vulnerabilidades quanto às oportunidades

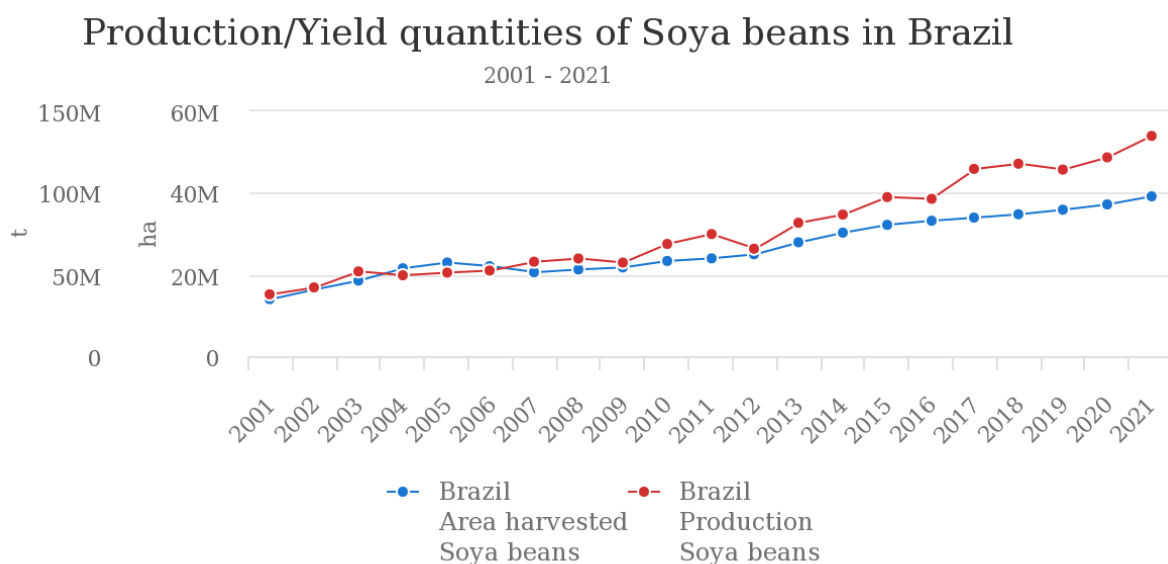
da economia nacional em suas relações comerciais com a liberalização. Em momentos de turbulência global, como o atual desencadeado pela pandemia de COVID-19, essa compreensão das relações comerciais assume ainda mais importância (TRECE, 2020). Considerando que a China tem sido o principal parceiro econômico do Brasil desde 2009 e que o agronegócio desempenha um papel fundamental nessa relação bilateral, os próximos subcapítulos abordarão os impactos da pandemia de COVID-19 em algumas das principais *commodities* agrícolas exportadas pelo Brasil para a China.

4.2 A *COMMODITY* SOJA

A soja é uma leguminosa proveniente do continente asiático e tem amplo cultivo no mundo, principalmente devido a sua capacidade de produção de proteína e óleo, e uso de tais matérias-primas no setor de alimentação humana e animal e uso industrial. Há alguns anos o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking internacional de produção de soja. Juntamente com Estados Unidos e Argentina são os maiores produtores da *commodity* no mundo (EMBRAPA, 2023).

De acordo com dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), em 2019, o Brasil registrou uma área colhida total de 35.895,207 hectares destinada à plantação de soja. Essa área resultou em uma produção de 114.316.829 toneladas, o que representou um rendimento médio de 3,184 kg/ha. No ano subsequente, em 2020, período marcado pela pandemia de COVID-19, a área colhida total aumentou para 37.188,168 hectares, impulsionando consequentemente um crescimento na produção para 121.797.712 toneladas, com um rendimento médio de 3,275 kg/ha. Em 2021, essa tendência de crescimento se manteve, com expansão tanto na área total de plantio quanto na quantidade total de soja produzida. A área colhida atingiu cerca de 39.168,068 hectares, culminando em uma produção total de 134.934.935 toneladas, e um rendimento médio de 3,445 kg/ha. O gráfico 8 mostra a evolução da área colhida e da produção de soja no Brasil de 2001-2021.

Gráfico 8 - Quantidade de produção/rendimento de soja no Brasil - (2001-2021)



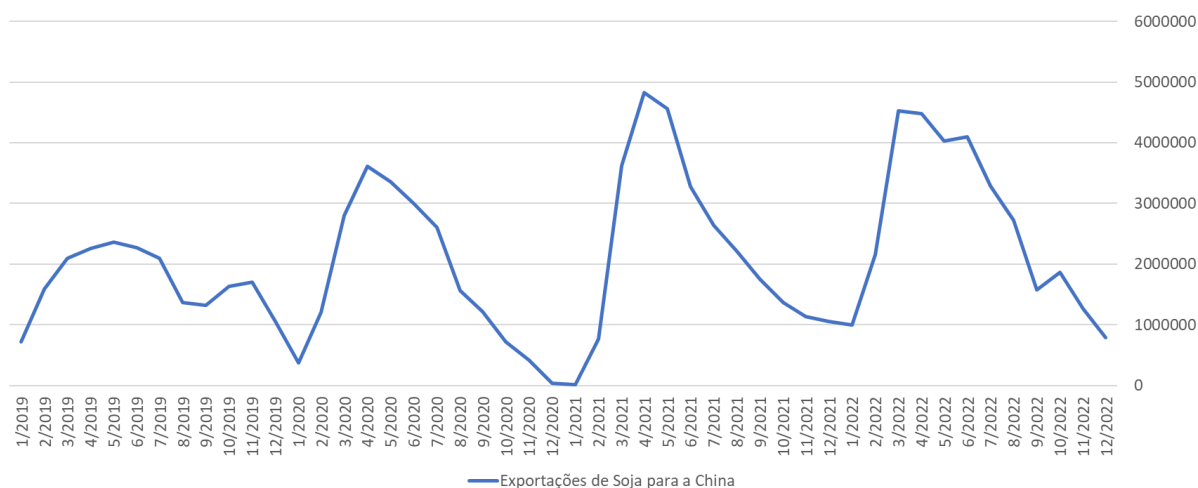
Fonte: FAOSTAT

O aumento na área de cultivo de soja no Brasil tem se dado pela ocupação de pastos degradados, pelo crescimento da produção e pela consequente elevação da produtividade, notadamente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. A ampliação de área foi incentivada sobretudo pela alta dos preços externos, aliada ao dólar elevado em quase todo o ano de 2020 (CONAB, 2021 *apud* COÊLHO, 2021). A *commodity* que vem apresentando uma crescente no mercado brasileiro desde o início do Século XXI também sofreu os impactos da pandemia da COVID-19 e foi afetada, mesmo que de forma leve. Muitos produtos que tinham grande comércio na China, como a soja, sofreram queda de suas compras e vendas. No princípio da pandemia, a instabilidade do dólar, o isolamento social e a queda do consumo de combustíveis, fizeram com que o mercado da soja sentisse impactos, assim como muitos outros produtos do agronegócio (BEZZARRO, 2020 *apud* BISCAIA; BERTACI, 2022).

Os impactos da COVID-19 nas exportações de soja do Brasil para a China foram notadamente devido às mudanças nas demandas e nos padrões de consumo durante o período da pandemia, que impactaram a logística, transporte e escoamento da produção. Porém, o período foi marcado por uma demanda externa aquecida, principalmente por parte da China. A China foi um fator crucial no complexo da soja, adquirindo 73,2% (equivalente a US\$ 21 bilhões) da produção exportada pelo Brasil em 2020, que totalizou 16,3 milhões de toneladas. Isso representou cerca de 33% das exportações totais do agronegócio brasileiro em 2020, o que corresponde ao dobro da participação da União Europeia e quase cinco vezes a proporção dos Estados Unidos no mesmo período (BRASIL, 2020; *apud* TAMARINDO; PIRES, 2021).

O Brasil alcançou recordes nas exportações de carne, algodão e soja devido ao aumento da demanda internacional e à valorização do dólar em relação ao real, apesar de alguns contratempos logísticos isolados. No contexto da soja, diversos fatores externos tiveram influência, como a disputa comercial entre China e Estados Unidos, além da disseminação da Peste Suína Africana na China¹⁶. Esses fatores levaram o Brasil a exportar mais, tanto carne suína, que utiliza soja na ração, quanto o grão em si, usados posteriormente no processamento de farelo (COÊLHO, 2021). Os preços internacionais da soja aumentaram desde janeiro de 2020 para grãos e produtos derivados, impulsionados pela valorização do dólar durante grande parte desse período e pela demanda externa aquecida, especialmente da China, o maior importador, que recupera seu plantel após o surto de peste suína africana, em 2018 (COÊLHO, 2021). Mesmo com a tendência de queda nos principais produtores em 2021, os preços permaneceram elevados, em média 55% acima dos níveis do início de 2020. Tal fator foi reflexo dos estoques reduzidos na indústria, do aumento dos prêmios de exportação e da valorização do dólar frente ao real, em boa parte desse período (COÊLHO, 2021). O gráfico 9 tem como objetivo mostrar a evolução mensal do comércio de soja entre Brasil e China entre 2019 e 2022.

Gráfico 9 - Valor FOB em milhões (US\$) mensal exportado de soja do Brasil para a China - 2019-2021



Fonte: Elaboração do autor com dados brutos coletados em Comex Stat - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

¹⁶ A peste suína surgiu na China causando impacto na oferta de produtos e derivados da carne suína. Como a peste suína africana é uma doença infecciosa com alta taxa de mortalidade, sua disseminação na China causou uma queda significativa no rebanho e na produção suína, o que elevou o preço da carne no mercado. Os chineses, maiores produtores, enfrentaram desafios na produção. Isso criou oportunidades para exportações de proteína animal e insumos agrícolas do Brasil (CNA, 2020).

As exportações brasileiras de soja em grão apresentam uma tendência sazonal que se mantém constante ao longo dos quatro anos ilustrados no gráfico 10 e não aparentam terem sofrido alterações em razão da pandemia, já que a curva tem o mesmo padrão nos quatro anos mencionados. As exportações chegam ao mínimo, entre dezembro e janeiro, devido ao pico da entressafra, ou seja, quando as lavouras ainda estão nas fases de desenvolvimento e floração na maioria das regiões produtoras. Os números voltam a subir posteriormente a esse período, chegando ao máximo em abril e maio, quando a safra chega ao mercado (COÊLHO, 2021). Uma análise do período entre janeiro e julho revela um aumento significativo de 34% em valor entre 2019 e 2020, e de 23% entre 2020 e 2021, totalizando um aumento de 66% entre 2019 e 2021. Quando se compara o ano completo de 2020 com 2019, observamos um aumento de 13% no valor das exportações e um crescimento de 16% no volume exportado. Esse crescimento foi impulsionado pela valorização do dólar, pela demanda aquecida (principalmente da China), pela baixa disponibilidade de soja no mercado interno e externo, bem como pelo aumento constante dos preços internacionais das *commodities* (COÊLHO, 2021). Desta forma, o Brasil apresentou crescimento nas exportações de soja para a China no ano pré-pandemia, e durante o período da crise do coronavírus. Em 2019, os valores das exportações chegaram a US\$20.452.339.452 bilhões, cerca de 30% do valor total exportado para a China. No ano seguinte, houve um pequeno crescimento para US\$20.903.176.750 bilhões, mantendo na faixa de 30% de participação no comércio total. Em 2021 o crescimento foi muito evidente, as exportações da *commodity* para a China alcançaram a marca de US\$27.208.101.290 bilhões, sendo superado no ano seguinte, quando o valor foi de US\$31.782.504.652 bilhões.

Em suma, mesmo diante da pandemia o mercado da soja não foi afetado, dados da United States Department of Agriculture (USDA) mostram que na safra 2019/20, o Brasil foi o maior exportador de soja, sendo responsável por 56% do volume mundial exportado, colocando o país como principal player na comercialização internacional dessa commodity. Na pandemia houve um aumento de 27,6% no total, e as exportações de soja em grão e farelo tiveram alta de 40,2% (SCHNEIDER *et al.*, 2020 *apud* BISCAIA; BERTACI, 2022). Assim, pode-se dizer que o mercado da soja brasileiro não sentiu de forma intensa os impactos da COVID-19 por conta da China, que manteve sua altíssima demanda e o posto de maior compradora de soja em grão do Brasil. Por sua vez, o Brasil soube usar de vantagens comparativas na produção da *commodity* para aproveitar essa alta demanda internacional, apresentando elevado grau de profissionalização e de inovação tecnológica na cadeia produtiva, o que permitiu a produção a

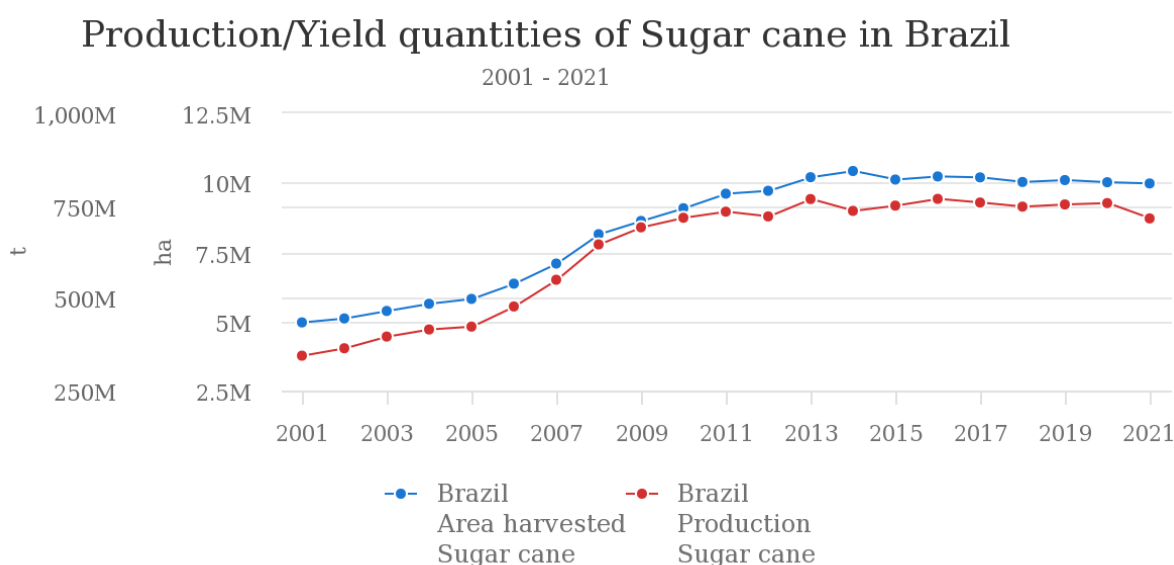
um custo competitivo (COELHO, 2021).

4.3 A COMMODITY CANA-DE-AÇÚCAR

A cana-de-açúcar desempenha um papel de extrema importância global, sendo uma fonte primária na produção de açúcar, etanol, biocombustíveis e outros subprodutos. Vários países possuem um papel significativo na produção dessa *commodity*, mas alguns se sobressaem pela magnitude da produção e pela relevância econômica que essa cultura sustenta. Este é o caso do Brasil, maior produtor mundial de cana-de-açúcar, segundo o Yara Brasil (2023).

Segundo dados do *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), no ano de 2019 o Brasil possuía uma área colhida total de 10.092,430 hectares de cana-de-açúcar, que resultaram na produção de 753.470,465 toneladas, indicando um rendimento médio de 74,656 kg/ha. No ano de 2020, marcado pela pandemia de COVID-19, a área colhida total diminuiu para 10.014,198 hectares, mas houve um aumento na produção, que foi de 757.116,855 toneladas, rendimento médio de 75,604 kg/ha. Em 2021, houve uma redução tanto da área total de plantio, quanto da quantidade de cana-de-açúcar produzida. A área colhida foi de cerca de 9.970,958 hectares, que resultou numa produção total de 715.659,212 toneladas, um rendimento médio de 71,774 kg/ha. O gráfico 10 mostra a evolução da área colhida e da produção de cana-de-açúcar no Brasil de 2001-2021.

Gráfico 10 - Quantidade de produção/rendimento de cana-de-açúcar no Brasil - (2001-2021)

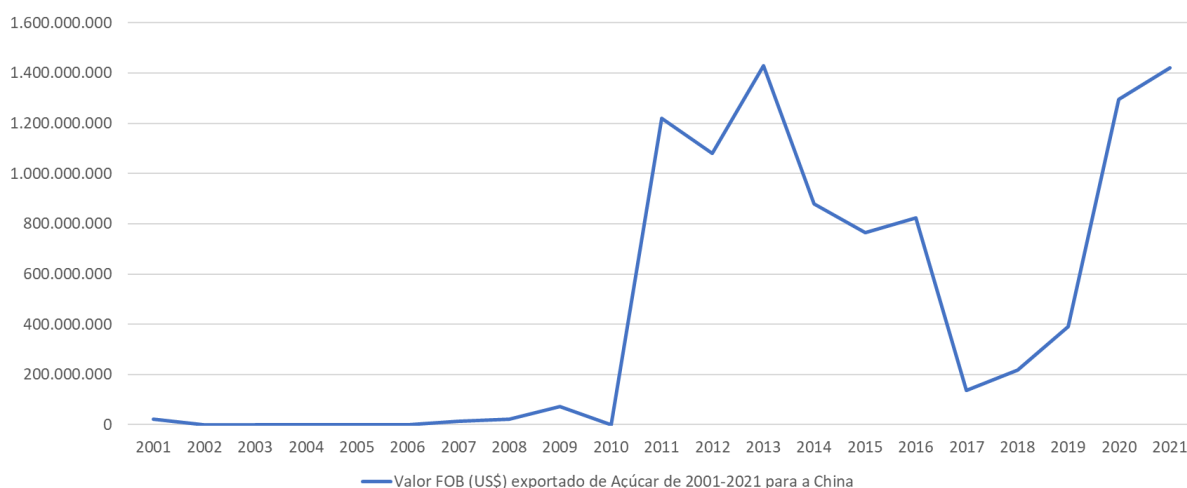


Source: FAOSTAT (Jul 28, 2023)

Fonte: FAOSTAT

Essa intensificação da produtividade em uma área colhida menor se dá por meio do emprego de tecnologia, melhoria no manejo e melhores condições climáticas. Assim, nos últimos anos, a área plantada com cana-de-açúcar no Brasil diminuiu, mas o rendimento médio por hectare foi superior no período de pandemia (VIDAL, 2021). Como já mencionado anteriormente neste trabalho, a demanda chinesa por *commodities* alavancou a produção mundial destes produtos, com destaque para o Brasil. O impacto da COVID-19 nas exportações de cana-de-açúcar do Brasil para a China foi notadamente devido às mudanças nas demandas e nos padrões de consumo durante o período da pandemia. Como citado no início deste capítulo, o início da crise foi marcado por restrições nas questões logísticas e medidas de distanciamento social, que afetaram a produção e o transporte, impactando as exportações em geral. No entanto, ao longo do tempo, houve adaptações nos fluxos de comércio, e a China, como a principal parceira comercial do Brasil, retomou gradualmente as atividades econômicas na China e a necessidade contínua de suprimentos alimentares. Tais fatores contribuíram para a manutenção das exportações de cana-de-açúcar, embora possam ter ocorrido flutuações sazonais e variações nas quantidades exportadas. A pandemia de COVID-19 não afetou fortemente a demanda por açúcar no mundo. O mercado internacional da *commodity* se manteve favorável, o que representou uma oportunidade para o Brasil de ampliar o volume de exportação (VIDAL, 2021). O gráfico 11 tem como objetivo mostrar a evolução da exportação de cana-de-açúcar do Brasil para a China de 2001 a 2021.

Gráfico 11 - Valor FOB (US\$) exportado de cana-de-açúcar do Brasil para a China - 2001-2021



Fonte: Elaboração do autor com dados brutos coletados em Comex Stat - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Muitos fatores convergiram para este resultado. Entre eles, destaca-se a decisão da China de não renovar as medidas de salvaguarda que estavam em vigor desde 2017, cujo propósito era resguardar a sua indústria açucareira local. Essa política implicava um aumento das tarifas de importação de açúcar para as quantidades que ultrapassavam a cota anual fixada pelo país, que era de 1,95 milhão de toneladas. Até 2017, os volumes excedentes eram tributados em 50%. Com a aplicação da salvaguarda, esse valor subiu para 95%, reduzindo 5% a cada ano subsequente. Esse enfoque político repercutiu de maneira significativa nas exportações brasileiras para a China, o que gerou uma queda significativa de 84% no rendimento entre 2016 e 2017. Contudo, com o término da salvaguarda, os volumes acima da cota voltaram a ser taxados em 50% (COSTA; FIQUEIREDO, 2020 *apud* VIDAL, 2021). Isso resultou na China novamente se tornando o principal destino das exportações brasileiras de açúcar. (VIDAL, 2021). No ano de 2019, as exportações de açúcar para a China foram de US\$391 milhões, cerca de 0,62% do total exportado pelo Brasil. Já nos dois anos seguintes, este número mais que triplicou, atingindo US\$1.290 bilhão em 2020, cerca de 1,9% do total, e US\$1.420 bilhão em 2021, 1,6% do valor total exportado pelo Brasil. Tais números reafirmam o fato de que a pandemia não afetou fortemente a demanda de açúcar brasileiro por parte da China, já que se teve um crescimento significativo durante o período de crise.

Com relação às exportações nacionais de açúcar, percebe-se que entre 2014 e 2019, houve forte redução do faturamento, reflexo dos baixos preços internacionais. Outro fator que pode ter contribuído foi a elevada taxa de China. Durante esse intervalo, foram notadas diminuições tanto no consumo quanto nas importações mundiais, enquanto os valores médios internos se mantiveram superiores às cotações globais, desencorajando as exportações (VIDAL, 2021). Contudo, ainda em 2019, os preços internacionais do açúcar começaram a se recuperar devido a um déficit global do produto. Essa recuperação também afetou os preços internos do Brasil. No ano de 2020, o aumento dos valores do açúcar no mercado internacional, em conjunto com a desvalorização do Real em relação ao Dólar, desempenhou um papel crucial no aumento das exportações. Isso resultou em um faturamento quase 70% superior ao alcançado em 2019. Como grande parte da produção brasileira de açúcar é destinada para exportação, a receita é diretamente atrelada à taxa de câmbio que, diante das inúmeras incertezas sobre a recuperação das economias mundiais, apresentou grande volatilidade em 2020, o que gerou impactos positivos para o setor exportador de açúcar em termos de geração de receitas (VIDAL, 2021). Em resumo, enquanto o início da pandemia trouxe desafios significativos para as exportações

de açúcar do Brasil para a China, a resiliência da demanda por alimentos essenciais e as adaptações nas cadeias de suprimentos permitiram uma recuperação gradual ao longo do tempo.

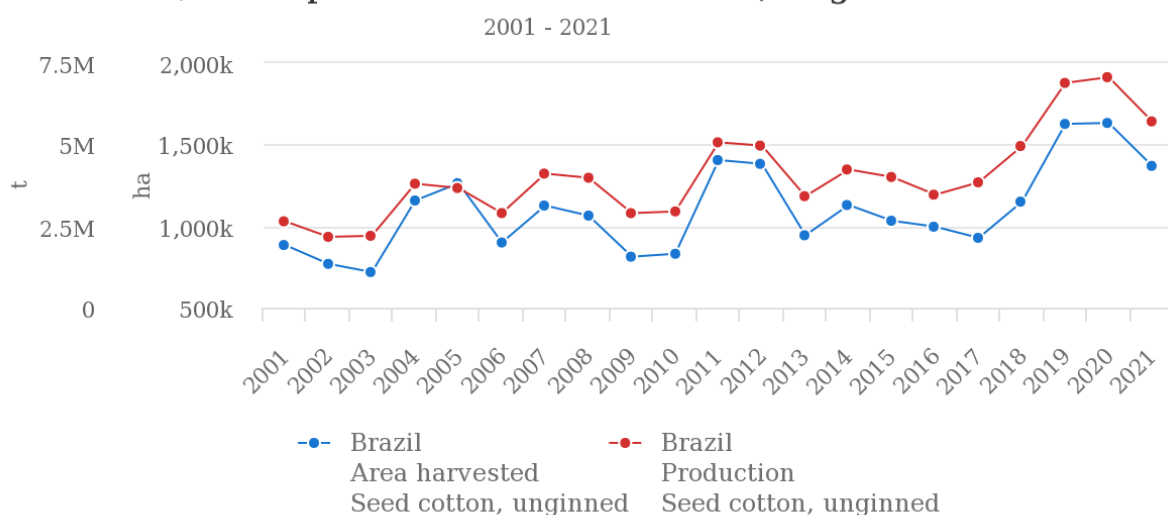
4.4 A COMMODITY ALGODÃO

O algodão é uma fibra que se desenvolve em arbustos e possui papel fundamental para o dia a dia da vida dos seres humanos. A *commodity* é empregada principalmente na produção têxtil. Os tecidos de algodão encontram amplo uso em peças de vestuário, mobiliário e aplicações industriais. Os maiores produtores mundiais de algodão são China, Índia, Estados Unidos, Brasil e Paquistão, correspondendo a cerca de 74% do total da fibra produzida no planeta na safra 2019/2020. O consumo mundial, que era de 26,7 milhões de toneladas, em 2017/18, caiu 2,3% em 2018/19, e em razão da pandemia, mais 14,7%, em 2019/20, para 22,3 milhões de toneladas (USDA, 2021 *apud* COÊLHO, 2021). O Brasil, segundo maior exportador mundial da fibra, não sofreu o mesmo impacto do restante do mundo.

Segundo a FAO, em 2019, o Brasil colheu 1.627,163 hectares de algodão, produzindo 6.893,340 toneladas, um rendimento médio de 4,236 kg/ha. Em 2020, com a pandemia, a área aumentou para 1.633,091 hectares, produzindo 7.070,136 toneladas (rendimento médio: 4,329 kg/ha). Já em 2021, a área e produção caíram: 1.369,562 hectares e 5.712,308 toneladas, resultando em um rendimento médio de 4,170 kg/ha. O gráfico 12 mostra a evolução da área colhida e da produção de algodão no Brasil de 2001-2021.

Gráfico 12 - Quantidade de produção/rendimento de algodão no Brasil - (2001-2021)

Production/Yield quantities of Seed cotton, unginned in Brazil



Source: FAOSTAT (Jul 28, 2023)

Fonte: FAOSTAT

A influência da COVID-19 nas exportações de algodão brasileiro para a China refletiu as tendências gerais das exportações de *commodities* do Brasil, marcadas por perturbações nas cadeias de abastecimento e mudanças nas demandas de mercado. O início da pandemia foi marcado por restrições logísticas e medidas de distanciamento social que afetaram a produção, transporte e operações portuárias, impactando as exportações agrícolas, inclusive o algodão. No entanto, com a evolução da pandemia e a consequente flexibilização das restrições foram relaxadas, a China, um dos maiores importadores de algodão, manteve a demanda pela *commodity*, embora com variações nos volumes. A retomada da produção têxtil na China e a contínua necessidade de matérias-primas também influenciaram a busca pelo algodão brasileiro. Apesar da pandemia, a produção e a exportação brasileiras de algodão foram recordes em 2020, como mostra o gráfico 12. Isso fez o mercado de algodão viver um momento promissor, já que a recuperação da demanda, principalmente externa, no segundo semestre de 2020, em conjunto com um dólar ascendente no período, refletiram também nos preços internos, que chegaram aos maiores patamares nominais já registrados. (CEPEA, 2021 *apud* COELHO, 2021). Após aumentos nas safras de 2017 a 2020, a produção em 2021 alcançou 5.712 milhões de toneladas, 19,21% menor que a safra anterior, mas ainda a terceira maior da série histórica. A área plantada também caiu 16,17%, atingindo para 1,369 milhão de hectares, mas marcou a terceira maior área plantada na história. Tais reduções se deram pela retração de mercado ocorrida durante a pandemia, em 2020, que provocou a paralisação das vendas, renegociação e cancelamento de contratos firmados, elevando os estoques de passagem e reduzindo a venda da safra a ser plantada (CONAB, 2021 *apud* COELHO, 2021). O gráfico 13 tem como objetivo mostrar a evolução da exportação de algodão do Brasil para a China de 2019 a 2022.

Gráfico 13 - Valor FOB (US\$) mensal exportado de algodão do Brasil para a China - 2019-2021



Fonte: Elaboração do autor com dados brutos coletados em Comex Stat - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Cabe dizer que as exportações de algodão brasileiro para a China foram impactadas pela eleição de Joe Biden nos EUA em 2021. Ela amenizou o conflito comercial EUA x China, levando os chineses a aumentarem suas compras de algodão norte-americano, o maior exportador mundial. É possível perceber um movimento de valor e volume exportado de algodão nos últimos quatro anos, indicando uma tendência sazonal que parece não ter sofrido alterações em razão da pandemia, até aumentando no auge do ciclo exportador, no mês de novembro, em 2020, em comparação ao ano anterior (COELHO, 2021). Isso se deve principalmente à recuperação das economias dos principais importadores no segundo semestre de 2020, um ano recorde na série histórica, contrastando com as importações que caíram cerca de 90%, tanto em valor quanto em volume. Enquanto o valor exportado e o volume tendem a flutuar devido à sazonalidade da cultura, os preços, derivados dessas variáveis, mostraram um padrão diferente. Eles experimentaram uma queda contínua a partir de agosto de 2018, bem antes da pandemia, até julho de 2020. Nesse ponto, a primeira onda da pandemia trouxe inúmeros impactos ao setor, incluindo a redução das exportações, resultado direto da menor demanda em muitos países devido a medidas de isolamento social e fechamento de negócios não essenciais (COELHO, 2021).

A maioria das atividades agropecuárias, concentradas isoladas no campo, foram consideradas essenciais durante a pandemia devido à importância para o bem-estar da sociedade. Essa importância em conjunto com a demanda externa aquecida e o dólar valorizado em relação ao real, resultou em recordes nas exportações de algodão brasileiro. Os preços

internos do algodão são diretamente afetados pela demanda de exportação e pela qualidade do produto. A tendência geral de alta nos preços internos e externos do algodão é influenciada pela oferta de pluma e pela demanda do mercado (COÊLHO, 2021).

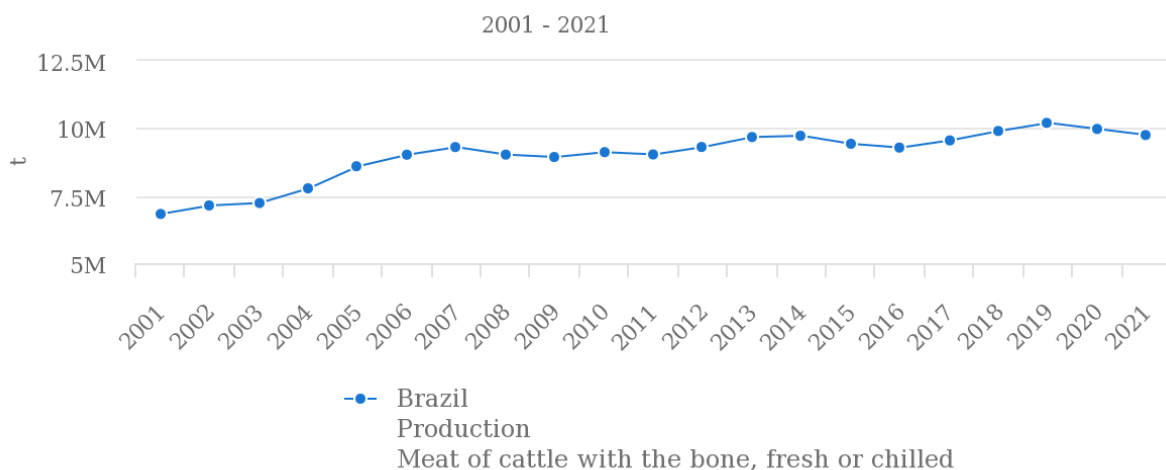
De forma geral, o Brasil ainda possui competitividade na exportação de algodão, que se deve a alguns fatores: grande aptidão de produção, como clima e solo favoráveis; grandes produtores capitalizados, geralmente associados e com alto nível tecnológico, o que permite ganhos de escala na produção; fibra produzida de boa qualidade; e presença de importantes portos marítimos (COÊLHO, 2021). Em resumo, enquanto o início da pandemia trouxe desafios significativos para as exportações de algodão do Brasil para a China, devido às interrupções nas cadeias de suprimentos e às medidas de contenção, a demanda contínua por matéria-prima têxtil e a gradual normalização das operações comerciais permitiram a adaptação e a recuperação das exportações ao longo do tempo.

4.5 A *COMMODITY* CARNE BOVINA

A carne bovina é um alimento essencial para muitas pessoas em todo o mundo. Isso gerou um aumento significativo de sua demanda, que nos últimos 50 anos, viu sua produção mais do que triplicar, chegando a mais de 340 milhões de toneladas anualmente no mundo. Segundo dados do *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), o Brasil é um dos maiores consumidores, exportadores e o segundo maior produtor de carne bovina do planeta, ficando atrás somente dos Estados Unidos. Atualmente, o país se destaca fortemente no que diz respeito às vendas externas de carne, alcançando um recorde no valor mensal mais alto em toda a série histórica iniciada em 1997, atingindo US\$ 2,35 bilhões em junho de 2022, sendo que a carne bovina contribuiu com US\$ 1,14 bilhão desse total (ECOMEX, 2022 *apud* SCHROEDER; CARRARO; SOUZA; RIBEIRO, 2023). De acordo com o relatório do CEPEA, a carne bovina brasileira apresentou um aumento de 14% em suas exportações em relação ao ano anterior, 2019. Em 2020, segundo dados do IBGE, foram abatidas 29,7 milhões de cabeças de gado no Brasil. O equilíbrio da demanda nesse contexto é alcançado com um crescente apetite global por alimentos que está alinhado ao aumento da população e ganho de mercados através da qualidade da *commodity* (SCHROEDER; CARRARO; SOUZA; RIBEIRO, 2023). O gráfico 14 mostra a evolução da produção brasileira de carne bovina com ossos, fresca ou refrigerada entre 2001 e 2021.

Gráfico 14 - Produção brasileira de carne bovina com ossos, fresca ou refrigerada - 2001-2021

duction/Yield quantities of Meat of cattle with the bone, fresh or chilled in Brazil



Source: FAOSTAT (Aug 09, 2023)

Fonte: FAOSTAT

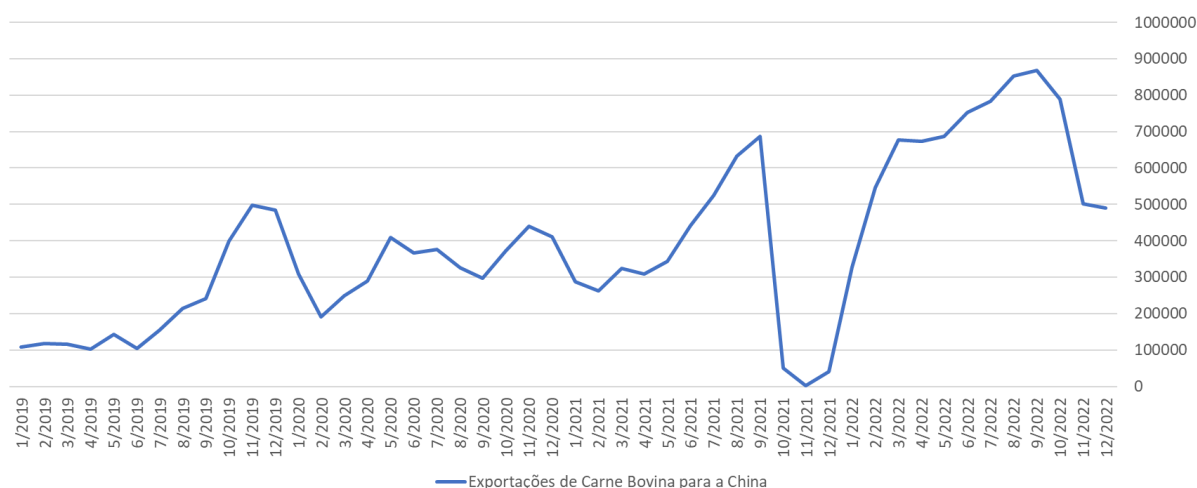
Assim como os grãos, as carnes também foram impactadas pelos efeitos da pandemia no setor logístico através do fechamento dos portos e estagnação das cargas prestes a desembarcar. A escassez global de container em todo o mundo prejudicou o setor de carne bovina, que viu um aumento expressivo no preço do container refrigerado, encarecendo o frete. De forma reativa, as plantas frigoríficas limitaram o fluxo de compra dos canais e forçaram uma queda no preço da arroba do boi gordo (MALAFAIA et al., 2020; CEPEA, 2020 *apud* SCHROEDER; CARRARO; SOUZA; RIBEIRO, 2023). As cadeias de abastecimento de carne apresentaram certa vulnerabilidade, com interrupções no processamento que afetou agricultores, processadores, consumidores e parceiros comerciais. Os frigoríficos brasileiros, a pedido da China, tiveram que certificar que suas exportações de carne estavam livres do novo coronavírus, o que sugere que a contaminação, real ou percebida, influenciou nas exportações para a China (MOREIRA; CAPUTI; LINCK, 2021 *apud* RIBEIRO; SILVA; BARRETO; RODRIGUES, 2022).

Os meses de abril e maio do ano de 2020 foram tumultuados para a produção de carne, com surtos do vírus em instalações de processamento, resultando em uma capacidade de abate comprometida e um aumento sem precedentes na discrepância entre os preços da carne no atacado e do gado (MOTA, 2021). Na indústria da carne bovina, o fechamento temporário de frigoríficos e unidades de processamento impactou a oferta, sendo notável principalmente nas exportações. A elevação dos preços afetou toda a cadeia produtiva, incluindo insumos e

fertilizantes, que tiveram aumentos drásticos de preço devido à paralisação das atividades na China e Índia, além do impacto do aumento de mais de 1000% nos custos de frete por container, o que afetou diretamente as importações brasileiras de insumos e fertilizantes (PINHEIRO *et al.*, 2021 *apud* SCHROEDER; CARRARO; SOUZA; RIBEIRO, 2023).

O gráfico 15 mostra que apesar dessas dificuldades que surgiram juntamente com a COVID-19, as exportações de carne bovina do Brasil para a China não foram impactadas. Pelo contrário, com exceção do ano de 2021, houve recorde de exportações para o país asiático. Segundo o Comex Stat, em 2019, ano anterior ao estouro da pandemia, o Brasil exportou um total de US\$2.684.988.366 em carne bovina, número que foi de US\$4.037.347.548 em 2020, primeiro ano da pandemia do novo coronavírus, um crescimento de mais de 50%. No ano seguinte, registrou-se uma pequena queda no valor das exportações de carne bovina brasileira para a China, o número foi de US\$3.906.424.617. Porém, essa ligeira queda foi superada no ano seguinte, 2022, no qual o valor das exportações chegou a US\$7.949.969.166, quase o triplo do registrado no ano pré-pandêmico.

Gráfico 15 - Valor FOB em milhões (US\$) mensal exportado de carne bovina do Brasil para a China - 2019-2021



Fonte: Elaboração do autor com dados brutos coletados em Comex Stat - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Em suma, esse crescimento se deve ao fato de que o Brasil tem tradição na pecuária de corte, além de tecnologia, mão de obra, área, clima (pasto e grãos), crédito bancário, indústrias globais, um franco mercado consumidor global e um grande mercado doméstico (XIMENES, 2020 *apud* XIMENES, 2021). Assim, as proteínas de origem animal têm ampla janela de oportunidade no Brasil. Não obstante, o setor agropecuário, apesar dos impactos, se mostrou

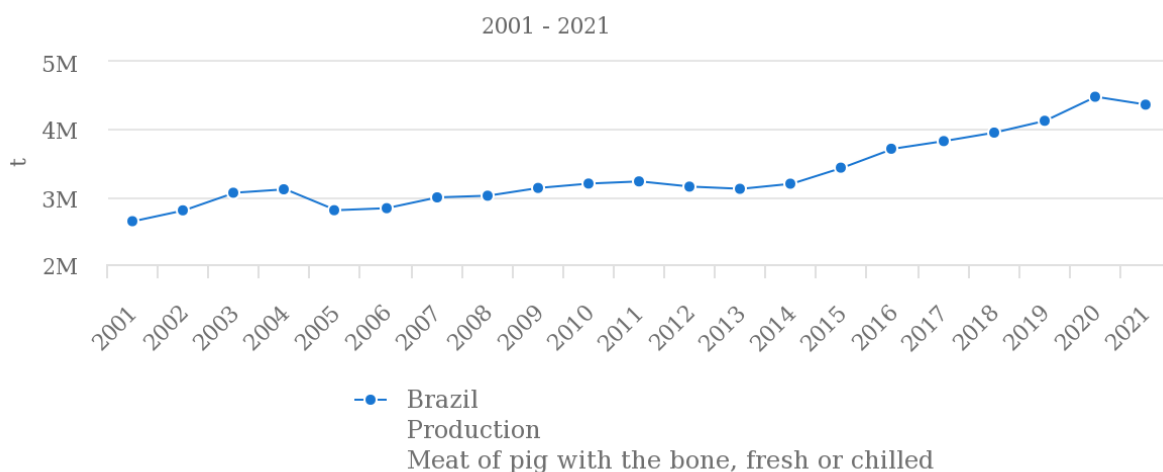
resiliente aos efeitos da crise, mais especificamente, mantendo o mercado externo aquecido, com destaque justamente para a China. Com isso, mesmo com a alta dos preços dos insumos de produção, a remuneração dos produtores brasileiros está melhor que outrora (XIMENES, 2021). Notadamente, a demanda global por carne bovina cresceu linearmente 5,14% a.a. entre 2016 e 2019 (8,82 milhões de toneladas). E o gráfico 14 mostra que o crescimento foi contínuo no comércio com a China, com exceção dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2021, a demanda do país asiático cresceu continuamente. A queda na produção desse referido período foi resultado do menor rebanho, mas com a melhora das condições climáticas pós-seca, houve a recomposição do rebanho de alguns produtores (XIMENES, 2021). Seguindo o caminho da exportação de grãos, a desvalorização do real favoreceu o faturamento dos exportadores brasileiros. De janeiro a junho de 2020, em comparação com igual período de 2019; o valor e o volume cresceram 15,85% e 8,98%, respectivamente. No acumulado de 2020, foram embarcadas 1,67 milhão de toneladas no valor de US\$ 6,89 bilhões, destaque para outubro, com US\$ 790 milhões (XIMENES, 2021).

4.6 A *COMMODITY* CARNE SUÍNA

A carne suína foi por anos a fonte de proteína animal mais consumida em todo o mundo. Segundo a Embrapa (s.d.), a cadeia produtiva da suinocultura inclui desde o produtor de grãos e as fábricas de rações, os transportadores, os abatedouros e frigoríficos até o segmento de equipamentos, medicamentos, distribuição e o consumidor final. Em 2022, o Brasil foi o quarto maior produtor e exportador e o quinto maior consumidor de carne suína do mundo, de acordo com dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Desta forma, considerando que o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de *commodities* do mundo, as demandas para o mercado externo cresceram de maneira significativa. Tal fator se mostra evidente no gráfico 16 que demonstra que a produção de carne suína no Brasil vem em uma crescente quase que ininterrupta, com exceção dos anos de 2005, 2012, 2013 e 2021. Em 2019, o país produziu cerca de 4.125,727 toneladas, superadas no ano de 2020 com um recorde histórico de 4.482,047 toneladas. Em 2021, apesar da queda para 4.365,000 toneladas, o número ainda foi o segundo maior na série histórica.

Gráfico 16 - Produção brasileira de carne suína com ossos, fresca ou refrigerada - 2001-2021

Production/Yield quantities of Meat of pig with the bone, fresh or chilled in Brazil



Source: FAOSTAT (Aug 09, 2023)

Fonte: FAOSTAT

A exportação de carne suína seguiu os passos dos bovinos no primeiro impacto sofrido da pandemia do novo coronavírus. Houve redução na oferta de proteína suína, afetadas por uma onda de paralisações de instalações de processamento por conta dos surtos de COVID-19 entre os trabalhadores (MOTA, 2021). Além disso, questões de produção e logística também foram comprometidas neste ano devido às medidas de contenção para evitar a disseminação do vírus. Somado a isso, a maior demanda de exportação de grãos e a busca dos agricultores pelo beneficiamento devido à alta do dólar resultaram em uma alta nos custos de produção, principalmente devido ao maior gasto na alimentação dos animais (GRANTER, 2021). No geral, a pandemia impôs o desaquecimento da atividade econômica, aumentou a taxa de desemprego e choque de renda, fatores estes que reprimiram o consumo de carnes e fez o consumidor buscar fontes mais baratas de proteína. Ademais, as medidas de isolamento social ainda reduziram a demanda dos elos da cadeia de suprimentos a montante e a jusante (XIMENES, 2020). Porém, a influência da pandemia de COVID-19 não foi maior que o impacto da Peste Suína Africana (PSA)¹⁷. Os impactos da PSA sobre a suinocultura foram gigantescos e bastante representativos no mercado global, especialmente porque a China é o maior produtor de carne suína e consumidor de proteína animal do planeta. A doença matou

¹⁷ Extremamente contagiosa, a Peste Suína Africana (PSA) tem sido observada desde o início do Século XX, primeiramente no continente africano. A doença é provocada por um vírus e afeta exclusivamente suínos domésticos e selvagens, como porcos e javalis. Ela se distingue da peste suína clássica e é caracterizada por ser uma doença hemorrágica (EMBRAPA, 2020)

rebanhos de suínos na China, o que gerou um aumento na demanda de 3,5 milhões de toneladas, avaliada em cerca de US\$ 7,98 bilhões. O surto de PSA teve início em 2007 e, anos depois, ainda tem dizimado rebanhos na Ásia, visto que não há vacina (XIMENES, 2020). Assim, para 2020, houve uma elevada demanda chinesa que impulsionou as vendas no mercado global, inclusive para o mercado brasileiro como mostra o gráfico 16.

Gráfico 17 - Valor FOB em milhões (US\$) mensal exportado de carne suína do Brasil para a China - 2019-2021



Fonte: Elaboração do autor com dados brutos coletados em Comex Stat - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

O gráfico 17 mostra que, apesar de pequenas quedas mensais, registrou-se um crescimento contínuo no período pandêmico. Com base nos dados do Comex Stat, no ano de 2019 o Brasil exportou um valor total de US\$609.174.678 milhões em carne suína para a China. Este número praticamente dobrou no ano seguinte, chegando a US\$1.215.334.600 bilhão no ano de estouro da pandemia. Em 2021, atingiu-se o maior valor histórico, com US\$1.265.779.360 bilhão em vendas de suínos para a China. Em 2022, houve uma pequena queda para US\$1.034.903.435 bilhão em vendas totais. Apesar disso, os anos de 2020 a 2022 foram disparadamente os maiores valores já registrados, sendo os únicos, até o presente momento, a alcançar a marca bilionária. O desempenho das exportações brasileiras de carne suína no primeiro semestre de 2020, em meio à pandemia, foi o melhor em comparação com os mesmos períodos de 2018 e de 2019, especialmente no valor das exportações. Cabe ressaltar que em maio de 2020 se teve um dos maiores picos das exportações de carne suína desde o início da série em 1997 (XIMENES, 2020). De acordo com dados do Comex Stat, mais de US\$

226 milhões sobre 100 mil toneladas embarcadas. Assim, no primeiro semestre de 2020 o salto das exportações foi extraordinário em comparação com os mesmos semestres de anos anteriores, 52,43% em relação a 2019 e 92,89% em para 2018. Um fator que colaborou para esse crescimento foi a valorização do dólar, que contribuiu significativamente na remuneração dos negócios. Assim, apesar do preço médio ter caído no início de 2020 devido à pressão de compradores internacionais sobre cotações, principalmente da China, o dólar valorizado compensou as quedas nos preços pagos pela carne suína brasileira (XIMENES, 2020).

Assim, visto que a questão relacionada à Peste Suína Africana (PSA) não ficou restrita somente ao continente asiático, no decorrer do ano de 2020, também foram registrados casos na Europa, abrangendo áreas como Grécia, Alemanha, Áustria e Filipinas. Como resultado, a preservação da saúde dos rebanhos e dos animais se tornou uma prioridade global, desempenhando um papel crucial na viabilidade de novas negociações e acordos (GRANTER, 2021). Assim, a alta nas exportações foi compensada com uma elevação na produção interna de carne suína, mantendo em patamares estáveis a oferta para o mercado interno. O ganho em receita cambial reduziu os fortes impactos causados pela alta dos grãos, que aumentou o valor das rações baseadas nessas matérias-primas, e pelos investimentos feitos para o enfrentamento da pandemia (GRANTER, 2021). Portanto, na China a endemia da PSA se somou aos problemas vivenciados pelo setor agrícola em decorrência do surto da COVID-19. Isso gerou dificuldades para o repovoamento de seu rebanho suíno e fez com que o país continuasse como o principal importador da carne suína brasileira (EMBRAPA, 2020). Ademais, no caso do Brasil, além da demanda, há oferta de mão-de-obra, área, insumos e equipamentos de fácil acesso no mercado local, e recursos constitucionais disponíveis para investimento com encargos subsidiados, favorecendo os resultados positivos mesmo em meio ao período de pandemia (XIMENES, 2020).

4.7 A *COMMODITY* CARNE DE FRANGO

O frango vem se consolidando como a carne mais consumida no mundo devido a sua qualidade nutricional, facilidade de preparo, disponibilidade e custo. Segundo a Embrapa (s.d.), a cadeia de produção de frangos de corte envolve diversos setores, desde produtores de grãos e fábricas de rações até transportadores, abatedouros e frigoríficos. Além disso, há o segmento de equipamentos, medicamentos, distribuição e, por fim, o consumidor final.

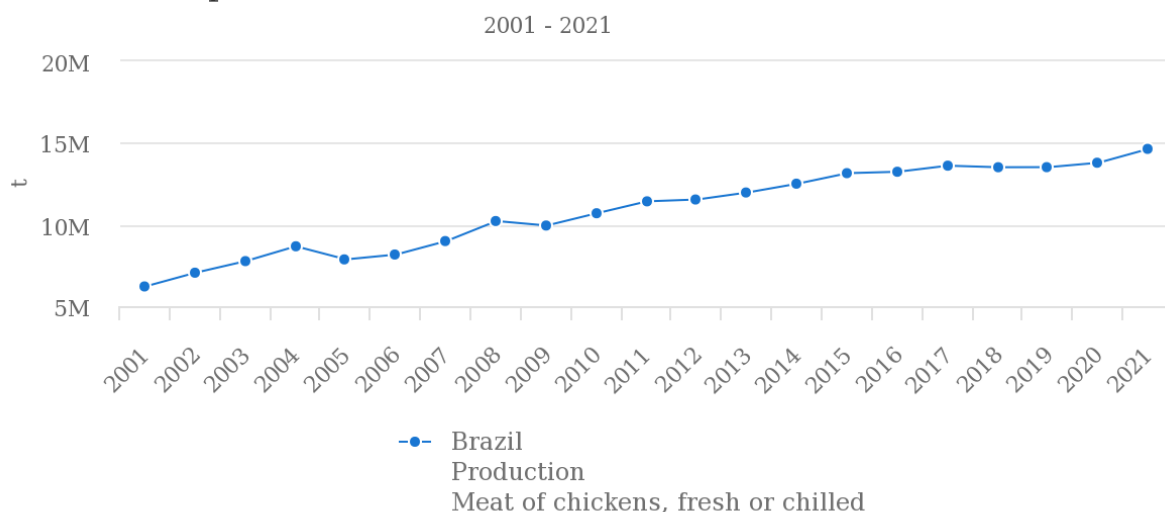
De acordo com dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations*

(FAO), em 2021 o Brasil foi o terceiro maior produtor de frango do mundo, com cerca de 14.636.478 toneladas. O país ficou atrás apenas dos Estados Unidos, que produziram cerca de 20.652.970 toneladas, e da China, que teve sua produção de 15.420.668 toneladas. Esse segmento não sofreu retrações severas dos principais indicadores quando comparado aos anos anteriores. O gráfico 19 mostra que apesar de ligeiras quedas de 2001 a 2018, a partir do ano pré-pandemia a produção de frango só cresceu no Brasil. Segundo a FAO, em 2019 o país produziu 13.516.524 toneladas, número superado em 2020, ano de pandemia, que registrou a produção de 13.787.480 toneladas. Nesse ritmo, em 2021 o Brasil atingiu o ápice da produção, com cerca de 14.636.478 toneladas de carne de frango.

As carnes representam *commodities* agrícolas fundamentais. No caso da carne de frango, ela se destaca por sua adaptabilidade para atender às demandas de proteína de populações com menor poder aquisitivo. Nesse cenário, a *commodity* do Brasil encontrou uma janela de oportunidade devido a três fatores: a) a pandemia de COVID-19; b) a disseminação da peste suína africana (PSA), que causou graves impactos nos rebanhos chineses, resultando em uma demanda considerável de toneladas em 2020 para suprir as necessidades alimentares de sua extensa população. Além disso, em 2021, novos casos foram identificados em regiões como Ásia, Sul e Noroeste da África e Europa Central; c) da influenza aviária (HPAI - Avian Influenza). Esse fator também se apresentou como um obstáculo para o aumento da produção, afetando a Ásia, África e Europa (XIMENES, 2021). Assim, de acordo com a Secretaria de Comércio Exterior, as exportações de carne de frango, mesmo que abaixo do volume esperado, sofreram aumento de 2% em 2020 em relação ao ano anterior (NASCIMENTO; MACHADO; OLIVEIRA; MENDONÇA, 2022).

Gráfico 18 - Produção brasileira de carne de frango com ossos, fresca ou refrigerada - 2001-2021

Production/Yield quantities of Meat of chickens, fresh or chilled in Brazil



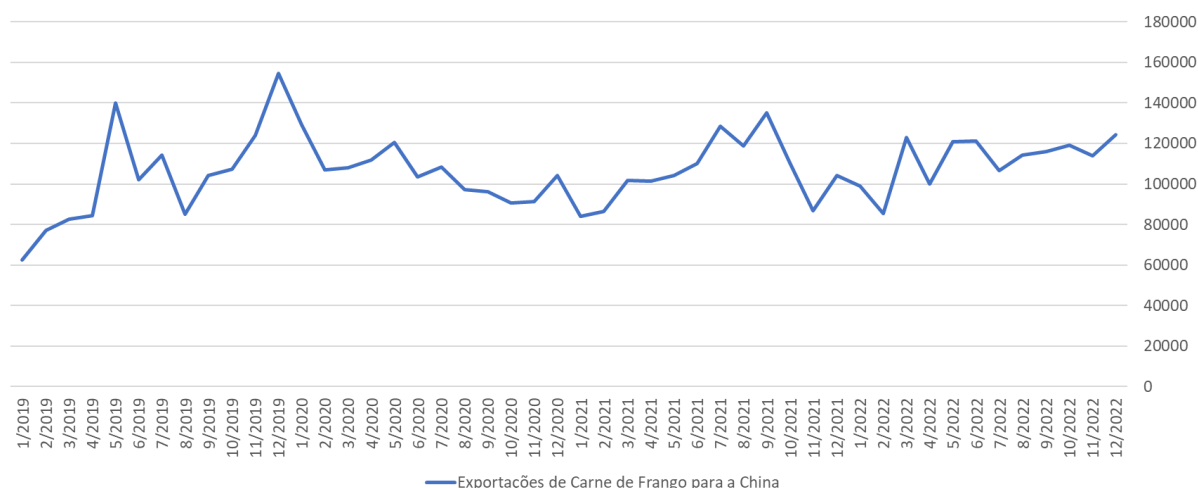
Source: FAOSTAT (Aug 09, 2023)

Fonte: FAOSTAT

Assim como ocorreu com as carnes bovina e suína, a irrupção da pandemia de COVID-19 teve um impacto direto sobre os níveis de consumo, os valores de mercado, os custos e a disponibilidade de insumos. Além disso, os custos de produção aumentaram devido aos preços dos insumos utilizados na criação animal, impactando na lucratividade das atividades e impondo dificuldades no escoamento da produção. Essa dificuldade foi vista no início da pandemia, quando a China proibiu o embarque de navios com produtos brasileiros, intensificando as complexidades no planejamento da produção. Entre os principais fatores estiveram a redução na oferta e o consequente aumento dos preços dos insumos (NASCIMENTO; MACHADO; OLIVEIRA; MENDONÇA, 2022). Os principais impactos foram vistos na cadeia de suprimentos e processamento, afetando diretamente os frigoríficos. Isso se deve ao fato de que para a garantia de custos acessíveis para proteínas de origem animal, há necessidade de uma logística de produção com alta velocidade nas linhas de frigoríficos, o que, por sua vez, exige grande número de trabalhadores em proximidade, o que contrariava as diretrizes de saúde. Além disso, os frigoríficos são ambientes frios e com ventilação limitada, o que também ia na direção contrária das instruções de saúde, tornando-se locais propensos à disseminação de doenças. Tais fatores afetaram setores do agronegócio que dependiam de mão-de-obra, levando a reduções ou suspensões na produção. (SHNEIDER *et al.*, 2020; HECK *et al.*, 2020 *apud* NASCIMENTO; MACHADO; OLIVEIRA; MENDONÇA, 2022). Dito isso, é possível concluir que a pandemia da COVID-19 impactou a logística de produção da *commodity* em quatro postos-chave: mão-de-obra, logística e escoamento dos produtos e custo de produção.

No entanto, em março de 2020, o mercado brasileiro registrou uma demanda substancial por carne de frango, tanto para exportação quanto para consumo interno. Como resultado, os embarques de carne de frango aumentaram em 2,2% em comparação a março de 2019. Do ponto de vista financeiro, a receita gerada foi 25,2% maior do que em março de 2019, beneficiada pela valorização do dólar (Cepea-Esalq/USP, 2020 *apud* NASCIMENTO; MACHADO; OLIVEIRA; MENDONÇA, 2022). Com isso, as exportações nacionais de carne de frango em 2020 totalizaram 4,23 milhões de toneladas, um aumento de 0,4% em comparação a 2019. A receita gerada pela exportação no ano de 2020 foi de US\$ 6,123 bilhões. Quando comparado ao ano de 2020, o ano de 2019 foi 12,5% menor, totalizando US\$ 6,994 bilhões, (ABPA, 2021 *apud* NASCIMENTO; MACHADO; OLIVEIRA; MENDONÇA, 2022). O gráfico 19 mostra a evolução mensal das exportações de carne de frango do Brasil para a China entre 2019 e 2022.

Gráfico 19- Valor FOB em milhões (US\$) mensal exportado de carne de frango do Brasil para a China - 2019-2021



Fonte: Elaboração do autor com dados brutos coletados em Comex Stat - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

De acordo com dados do Comex Stat, o Brasil exportou em 2019 um total de US\$1.343.316.528 bilhão em carne de frango para a China. Os números dos três anos seguintes se mantiveram altos, mas não foram capazes de superar o valor das exportações do ano pré-pandemia. Em 2020 se exportou um total de US\$1.272.357.138 bilhão, em 2021 US\$1.267.485.055 bilhão e em 2022 US\$1.237.822.510 bilhão. Portanto, é possível concluir que apesar do impacto inicial da pandemia de coronavírus, o Brasil soube aproveitar as oportunidades e não sofreu grandes impactos com a crise. O comércio com a China foi beneficiado devido a Peste Suína Africana (PSA) que causou o sacrifício de muitos suínos

acometidos pela doença, e isto incentivou as exportações de outras fontes de proteínas animais, como ocorrido em 2019, mesmo que em menor número.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou entender as interações políticas, mas principalmente comerciais, entre o Brasil, um dos maiores exportadores de *commodities* do mundo, com seu principal parceiro comercial, a China, uma potência econômica mundial que demanda um número altíssimo de *commodities* e fornece bens industrializados. Esta análise teve como objetivo principal compreender como esse intercâmbio comercial entre os países dois foi afetado pela pandemia de COVID-19, com foco na comercialização para o país asiático de *commodities* agrícolas. Para além, buscou-se analisar a importância que o comércio bilateral com a China possui na condução da política externa do Brasil para com a nação oriental, considerando o aprofundamento das relações entre os países, principalmente a partir de 1974, e posteriormente com o cenário externo de recessão mundial.

A relação bilateral entre os dois países pode ser analisada pelas explicações da abordagem liberal do comércio internacional. Conforme analisado, essa perspectiva postula que a interdependência econômica cria laços positivos entre povos e promove a harmonia dos interesses entre as sociedades, incentivando os Estados a preservar o *status quo*. Isso significa que para essa linha teórica, a especialização econômica traz ganhos na eficiência produtiva e na renda nacional, ampliando as possibilidades de consumo e produzindo efeitos positivos para a oferta e para a demanda. Esse processo de especialização nas trocas comerciais entre Brasil e China foi comprovado através de dois pilares importantes da teoria liberal do comércio internacional. O primeiro pilar foi a utilização do conceito clássico de vantagens comparativas de David Ricardo, que demonstrou que o fato do Brasil possuir um vasto território, clima tropical, solo fértil, recursos hídricos abundantes, mão-de-obra, tecnologia e infraestrutura geram para o país vantagens comparativas na produção de *commodities* agrícolas. Na contramão das vantagens apresentadas pelo Brasil, a China possui uma força de trabalho abundante que somada a infraestrutura de transporte e logística, políticas governamentais favoráveis, tecnologia de ponta e um grande mercado interno conferem ao país vantagens comparativas na produção de artigos manufaturados. Tais fatores reafirmaram a complementaridade comercial entre ambos os países, na qual um é grande comprador de *commodities* agrícolas, e o outro é um grande comprador de artigos manufaturados.

Assim, com as vantagens comparativas reveladas (VCR) do comércio sino-brasileiro, evidenciou-se que o Brasil leva vantagens na exportação de Bens Intermediários e combustíveis e lubrificantes, ou seja, produtos primários. O segundo pilar da teoria liberal utilizado foi a

teoria de Heckscher-Ohlin, que reforçou as questões anteriormente tratadas por mostrar que ambos os países utilizam de seus fatores produtivos predominantes na relação comercial. Isso significa que no Brasil, a produção eficiente se concentra em produtos que demandam um uso intensivo de capital, beneficiando-se da abundância desse fator de produção no país. Esses produtos são exportados para a China, onde a escassez relativa desse mesmo fator de produção é evidente. Em contrapartida, a China é especializada na produção de bens que requerem um uso intensivo de mão de obra, aproveitando a abundância desse fator em seu território. Esses produtos são exportados para o Brasil, onde a escassez relativa de mão de obra é notória. Tais explicações serviram para o cumprimento do objetivo de entender como o Brasil utiliza de suas vantagens comparativas na produção de *commodities* agrícolas e como o país explora a vasta demanda chinesa por estas em sua pauta exportadora.

Somado a isso, o trabalho procurou apresentar a evolução das relações entre Brasil e China até chegarem a essa complementaridade econômica cada vez mais aprofundada nas vantagens comparativas de cada país. Abordou-se desde os primeiros contatos da relação sino-brasileira, como estas evoluíram e atravessaram períodos difíceis como a ditadura militar brasileira, e se reafirmaram no governo Geisel em 1974. A partir dessa reafirmação das relações, observou-se que as relações e intercâmbio bilaterais evoluíram de forma rápida, tanto que o relacionamento com o Brasil foi definido como parceria estratégica pelos chineses em 1993.

A monografia mostrou que foi principalmente a partir do Século XXI, com a entrada da China na OMC e com o “boom das *commodities*”, que as relações sino-brasileiras foram priorizadas pelos governos, o que possibilitou que estas alavancassem de forma muito veloz. Tais fatores acabaram transformando a China no maior e mais importante parceiro comercial do Brasil no ano de 2009, fator que se manteve mesmo durante crises, como a da COVID-19. Toda essa questão desenvolvida no trabalho serviu para alcançar o objetivo de analisar a importância que o comércio bilateral com a China possui na condução da política externa do Brasil para com a nação oriental, considerando o aprofundamento das relações entre os países, principalmente a partir de 1974, e posteriormente com o cenário externo de recessão mundial.

Portanto, como observado no trabalho, as relações sino-brasileiras foram intensificadas especialmente devido ao crescente aprofundamento das relações comerciais entre os países. Essa aproximação foi impulsionada pelo plano de expansão internacional da China que teve início na parte final do Século XX e se desenrolou com mais efetividade e sucesso a partir do Século XXI. Observou-se, também, que além de buscarem a ampliação de mercados e a

cooperação entre nações do Sul Global, Brasil e China compartilhavam interesses políticos que convergiam para uma parceria estratégica e estável.

A China tornou-se o principal parceiro econômico do Brasil no ano de 2009. O crescimento dessa parceria foi baseado principalmente na crescente demanda chinesa por *commodities*, que encontrou no Brasil um dos principais fornecedores desses produtos básicos. A monografia mostrou que o fato de a pauta exportadora brasileira para a China ser baseada em produtos primários gerou reprimarização dos itens exportados pelo Brasil. Fato é que a COVID-19 foi um reforço para essa questão. Com isso, foi possível observar que a força das *commodities* agrícolas para a economia brasileira fez com que o país, mesmo com o resto do mundo enfrentando uma crise sanitária e à mercê de uma crise econômica, sofresse uma queda econômica menos expressiva que outros países no primeiro ano de pandemia. Este elemento foi importante para cumprimento do objetivo de demonstrar que a crescente demanda chinesa por *commodities* gerou uma reprimarização da pauta exportadora brasileira ao longo do século XXI, sintoma este que se intensificou principalmente com a pandemia do novo coronavírus no ano de 2020.

Apesar dos empecilhos diplomáticos gerados pelo então presidente Jair Bolsonaro, grande parte da sociedade civil e membros de seu governo entendiam a importância das relações com a China para o país, o que ajudou que as relações comerciais entre os dois países não sofressem retrações. Isso refletiu na análise dos impactos da pandemia de COVID-19 nas *commodities* agrícolas selecionadas, a soja, a cana-de-açúcar, o algodão e as carnes bovinas, suína e de frango. Apesar de impactos iniciais gerados pela pandemia que causaram interrupções na produção e logística, mudança nos padrões de consumo, flutuações nos preços das *commodities* e implementação de medidas de segurança, eles foram superados rapidamente, o que fez com que o agronegócio mostrasse crescimento durante o período pandêmico, principalmente nas relações bilaterais com a China. O trabalho evidenciou que os impactos da COVID-19 nas exportações brasileiras foram marginais, quando comparados com as demais economias mundiais, em virtude da forte demanda chinesa. O saldo comercial com a China, em 2020, foi superavitário em US\$33 bilhões, no ano seguinte houve um crescimento, gerando novo superávit de US\$40,2 bilhões. Somado a isso, a corrente de comércio atingiu US\$102,5 bilhões em 2020, e US\$135,5 bilhões em 2021. A título de comparação, com os Estados Unidos, o saldo de comércio brasileiro apresentou um déficit de US\$2,6 bilhões e uma corrente de comércio de US\$45,6 bilhões em 2020.

Como abordado no trabalho, os principais impactos negativos sobre o agronegócio estão vinculados às dificuldades na aquisição de insumos de produção, que resultam em custos mais elevados, bem como à escassez de mão-de-obra. No entanto, o agronegócio se manteve estável mesmo durante a crise econômica e sanitária ocasionada pelo coronavírus, principalmente pela alta demanda chinesa. Assim, mesmo com a queda em alguns ramos, o setor ganhou espaço no exterior, e apesar da redução do consumo doméstico dos brasileiros devido a altas nos preços dos alimentos, o agronegócio se manteve resistente e apresentou crescimento. Para o setor, os aspectos positivos decorrentes da pandemia estão relacionados à esfera exportadora, já que muitos países optaram por adquirir produtos provenientes do Brasil. E, em decorrência da quarentena e do isolamento social, houve um aumento da demanda por alimentos, o que favoreceu o mercado dos produtores rurais básicos.

Foi possível analisar como a pandemia da COVID-19 impactou as exportações das *commodities* do setor agrícola, um dos principais motores da economia brasileira, para a China, analisando também as exportações dessas *commodities* agrícolas para o país asiático em um período anterior ao da pandemia de COVID-19, visando entender os reais impactos. O resultado disso foi que a pandemia do coronavírus não causou efeitos significativos e duradouros nas exportações de *commodities* agrícolas do Brasil para a China. Pelo contrário, a monografia mostrou que houve crescimento tanto da produção, quanto das exportações para o país asiático, que se afirmou ainda mais como principal parceiro da economia brasileira.

Em suma, ao analisar o período impactado pela pandemia, destacam-se principalmente o choque na oferta e na demanda, resultado da redução da produção e do consumo de bens e serviços. É a partir desta perspectiva que o mercado internacional, já previamente caracterizado por uma certa estagnação pré-pandemia, abraçou vigorosamente práticas e medidas de protecionismo. Por outro lado, é notável o notável aumento nas exportações de *commodities*, especialmente a soja, que é o carro-chefe das exportações brasileiras. Essas *commodities*, frequentemente com baixo valor agregado, são principalmente direcionadas para a China, que experimentou um notável crescimento nas importações de produtos brasileiros.

No âmbito das relações bilaterais entre Brasil e China, a pandemia colaborou para intensificar o argumento de reprimarização econômica do Brasil, manifestando-se na elevação da proporção de *commodities* nas exportações para o país asiático. Exemplo disso é que os dez principais produtos brasileiros vendidos internacionalmente são fundamentados em recursos naturais, correspondendo a mais da metade do total exportado, como foi demonstrado no

Quadro 8. Esse fenômeno sinaliza a direção de uma especialização econômica regressiva e reflete uma mudança de paradigma em relação ao que se tinha no início do Século. Nesse processo, a ascensão da China como potência econômica mundial contribuiu diretamente para os atuais resultados comerciais brasileiros, visto que detém participação dominante na compra de produtos primários brasileiros e no fornecimento de produtos manufaturados e industrializados ao Brasil. Ao manter um padrão focado na produção e exportação de *commodities* e a dependência da importação de produtos manufaturados, o Brasil tornar-se-ia altamente dependente, fundamentalmente, da demanda proveniente da China para alcançar superávits na balança comercial.

Desta forma, é importante ressaltar que as trajetórias estruturais e produtivas dos dois países são distintas. Enquanto o Brasil enxergou a ascensão chinesa como uma oportunidade para aumentar sua projeção internacional, essa relação acabou por estabelecer uma dinâmica assimétrica que favoreceu a especialização do Brasil como exportador de produtos agrícolas. Apesar dos superávits comerciais recorrentes trazerem benefícios para o Brasil, eles não são garantia de um crescimento sustentável a longo prazo, uma vez que estão suscetíveis a fatores conjunturais, como mudanças nos preços das *commodities* e desaceleração da economia chinesa. A China, por sua vez, vem construindo uma presença global mais diversificada e expandindo suas relações com outras partes do mundo. Ao mesmo tempo, o país asiático fortalece sua capacidade industrial, o que a torna cada vez mais competitiva como fornecedora global de produtos manufaturados. Esse movimento de diversificação e aumento da competitividade industrial tem impactos significativos em suas relações econômicas internacionais. Dessa forma, embora a aproximação sino-brasileira tenha gerado vantagens mútuas, os achados deste trabalho abrem caminhos para pesquisas futuras sobre a necessidade de reconhecer que as diferenças nas estruturas econômicas e nas trajetórias de desenvolvimento podem influenciar a dinâmica dessa relação no longo prazo.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria L. F. **ANÁLISE DO COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-CHINA: UM ESTUDO DO ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA SIMÉTRICA NO PERÍODO DE 2008 A 2018**. 2019. Monografia (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2330/8/MONOGRRAFIA_AnaliseComercioBilateral.pdf. Acesso em: 19 jul. 2023.

BECARD, Daniellu S. R. **O QUE ESPERAR DAS RELAÇÕES BRASIL-CHINA?**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 19, ed. suplementar, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/VbVcz7ZFJThg9r4DkSTTjnF/#:~:text=O%20refor%C3%A7o%20da%20imagem%20do,das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20com%20a%20China.> Acesso em: 17 jul. 2023.

BEKERMAN, Marta; DULCICH, Federico; MONCAUT, Nicolas. **TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA ECONOMIA CHINESA: IMPACTO SOBRE SUAS RELAÇÕES COMERCIAIS COM A AMÉRICA LATINA**. Revista Tempo do Mundo, p. 5-43, abr. 2013. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/140903_rtmv5_n1_port_cap1.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

BISCAIA, Welington F.; BERTACI, Moacir J. **O MERCADO DA SOJA NO BRASIL PÓS-PANDEMIA DA COVID-19**. Revista Interface Tecnológica, v. 19, ed. 2, p. 641-652, 2022. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/1472>. Acesso em: 4 ago. 2023.

BRASIL, Yara. **Quem São os Maiores Produtores de Cana-de-Açúcar?**. 20 jul. 2023. Disponível em: <https://www.yarabrasil.com.br/conteudo-agronomico/blog/producao-mundial-de-cana-de-acucar/>. Acesso em 8 ago. 2023.

CAFEZINHO, O. **Participação de manufaturados na exportação brasileira cai pela metade**. Redação. 15 out. 2019. Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2019/10/15/participacao-de-manufaturados-na-exportacao-brasileira-cai-pela-metade/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

CARNEIRO, Flavio L. **COMPLEMENTARIDADE COMERCIAL ENTRE O BRASIL E A CHINA**. BEPI - Boletim de Economia e Política Internacional, ed. nº16, 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4425/1/BEPI_n16_complementaridade#:~:text=3%20COMPLEMENTARIDADE%20NO%20COM%C3%89RCIO%20BILATERAL&text=A%20China%20tem%20se%20destacado,prim%C3%A1rias%2C%20tanto%20agr%C3%A1colas%20quanto%20minerais. Acesso em: 19 jun. 2023.

CASAROTTO, Eduardo L.; CALDARELLI, Carlos E.. **Desempenho competitivo da pauta de exportações do agronegócio de Mato Grosso do Sul entre 1997 e 2011**. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 16, n. 4, p. 545-562, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/8823>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CHIQUESI, Pedro H.; NUNES, Samuel B. **COMO O BRASIL SE TORNOU DEPENDENTE DO COMÉRCIO EXTERIOR COM A CHINA? PRECEDENTES HISTÓRICOS DE 1990 À 2021: RELAÇÃO COMERCIAL COM A CHINA E EFEITOS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO**. 2022. Monografia (Ciências Econômicas) - Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/30791>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CNA. **Como a Peste Suína Africana influenciou os hábitos de consumo na China?**. 10 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/publicacoes/como-a-peste-suina-africana-influenciou-os-habitos-de-consumo-na-china>. Acesso em: 7 ago. 2023.

COÊLHO, Jackson D. **ALGODÃO: PRODUÇÃO E MERCADOS**. Caderno Setorial ETENE, ano 6, ed. 166, 2021. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/808>. Acesso em: 2 ago. 2023.

COÊLHO, Jackson D. **SOJA**. Caderno Setorial ETENE, ano 6, ed. 187, 2021. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/1116>. Acesso em: 3 ago. 2023.

CORONEL, D. A., & DESSIMON, J. A. D. (2008). **VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS E ORIENTAÇÃO REGIONAL DA SOJA BRASILEIRA EM RELAÇÃO À CHINA**. Estudos Do CEPE, (26), 80 - 102. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/cepe.v0i26.302>. Acesso em: 17 de jun. 2023

COSTA, Fabiana K. S.; MENDONÇA, Talles G. **EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BILATERAL ENTRE BRASIL E CHINA: ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS**. Revista Economia e Desenvolvimento, v. 2, ed. 29, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/23870>. Acesso em: 17 jul. 2023.

COSTA, Guilherme O. M. **A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE BRASIL E CHINA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS BILATERAIS SINO-BRASILEIRAS**. 2015. Monografia (Ciências Econômicas) - FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, Araraquara, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/132468/000855880.pdf?sequenc>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CREPALDI, Silvio A. **ASPECTOS RELEVANTES DA APROXIMAÇÃO ENTRE BRASIL E CHINA: UMA ABORDAGEM ANALÍTICA**. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM), 2005. Disponível em: <https://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/398>. Acesso em: 12 jul. 2023.

DA SILVA, Camila V.; PILECCO, Leonardo; PAULI, Rita I. P.; FILHO, Reisoli B. **VANTAGENS COMPARATIVAS ENTRE BRASIL E CHINA NOS ANOS DE 2009 A 2019**. 60º Congresso da SOBER, 8 nov. 2022. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/482857.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2023.

DICK, Patrícia P. **A PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E CHINA: A CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (1995-2005)**. 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8089>. Acesso em: 10 jul. 2023.

EMBRAPA. **Brasil lidera e é referência no desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para produção de soja**. 3 jul. 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/81613580/brasil-e-referencia-no-desenvolvimento-de-tecnologias-sustentaveis-para-producao-de-soja#:~:text=O%20Brasil%20produziu%20mais%20de,Estados%20Unidos%20e%20da%20Argentina>. Acesso em 4 ago. 2023.

EMBRAPA. **Coronavírus e Peste Suína Africana aumentam demanda internacional por carne suína brasileira**. In: Embrapa.br. 11 maio 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/52240968/coronavirus-e-peste-suina-africana-aumentam-demanda-internacional-por-carne-suina-brasileira>. Acesso em: 3 ago. 2023.

EMBRAPA. **Qualidade da carne de aves**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/qualidade-da-carne/carne-de-aves>. Acesso em: 08 ago. 2023.

EMBRAPA. **Qualidade da carne suína**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/qualidade-da-carne/carne-suina>. Acesso em: 08 ago. 2023.

G1. **China fecha 2020 com crescimento de 2,3% do PIB, mas desempenho é o mais fraco em 44 anos**. 18 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/18/economia-da-china-se-recupera-e-fecha-2020-com-crescimento-de-23percent.ghtml>. Acesso em 4 jul. 2023.

GARCIA, Ana L. **AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS ENTRE 1998 E 2018 Uma análise sobre a reprimarização**. 2019. Monografia (Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26418/4/Exporta%C3%A7%C3%B5esBrasileirasEntre.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.

GILPIN, Robert. A Política do Comércio Internacional. In: GILPIN, Robert. **A ECONOMIA POLÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. 2002. cap. 5, p. 193-256. Disponível em: https://www.academia.edu/28580743/A_Economia_Politica_das_Relacoes_Internacionais_2002_Robert_Gilpin. Acesso em: 22 jun. 2023

GOMES, Irene. **Com serviços afetados pela pandemia, PIB de 2020 cai 3,3%**. Agência de notícias IBGE, 04 nov. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35349-com-servicos-afetados-pela-pandemia-pib-de-2020-cai-3-3>. Acesso em: 2 ago. 2023.

GONÇALVES, Williams; BRITO, Lana B. **RELAÇÕES BRASIL-CHINA: UMA PARCERIA ESTRATÉGICA?**. Século XXI, Porto Alegre, v. 1, ed. 1, 2010. Disponível em: <https://seculoxxi.espm.br/xxi/article/view/4/4>. Acesso em: 3 jul. 2023.

GRANTER. **CARNE SUÍNA: CONHEÇA O IMPACTO DA COVID-19 NA**

SUINOCULTURA. In: Granter.com.br., 22 jan. 2022. Disponível em: <https://granter.com.br/carne-suina-conheca-o-impacto-da-covid-19-na-suinocultura/>. Acesso em: 3 ago. 2023.

HISTER, Camila; WERLANG, Nathalia B. **OS IMPACTOS COMERCIAIS DE UMA PANDEMIA: O COVID-19 E SUA INTERFERÊNCIA SOBRE ÍNDICES EXPORTADORES.** Revista de Estudos Internacionais (REI), v. 12, ed. 2, 2021. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REI/article/view/1404>. Acesso em: 22 jul. 2023.

HUNT, E.K.; LAUTZENHEISER, Mark. David Ricardo. In: HUNT, E.K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica.** 3ª Edição. ed., 2012. cap. 5, p. 142-186. Disponível em: <https://gremiojovenspensadores.files.wordpress.com/2017/04/historia-do-pensamento-economic-e-k-hunt.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

IBRACHINA. **China é o maior parceiro comercial de 14 Estados brasileiros.** 28 fev. 2023. Disponível em: <https://www.ibrachina.com.br/china-e-o-maior-parceiro-comercial-de-14-estados-brasileiros/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

IBRE, Blog do. **China e as commodities lideram o aumento das exportações brasileiras em 2018.** 17 jan. 2019. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/china-e-commodities-lideram-o-aumento-das-exportacoes-brasileiras-em-2018>. Acesso em: 15 jul. 2023

JÚNIOR, Haroldo R.; RIBEIRO, Pedro F. **As relações bilaterais Brasil-China: uma relação em processo de afirmação.** Carta Internacional, v. 8, ed. 1, p. p.165-187, 2013. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/98>. Acesso em: 19 jul. 2023.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia Internacional.** 10ª Edição. ed., 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5719121/mod_resource/content/1/ECONOMIA_INTERNACIONAL_ECONOMIA_INTERNAC.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

LEAL, Tamira A. B.; DUARTE, Sérgio L. **Reflexos da pandemia da Covid-19 na gestão do agronegócio: desafios e oportunidades.** Revista Mineira de Contabilidade (RMC), Belo Horizonte, v. 24, ed. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/1506>. Acesso em: 23 jul. 2023.

LEAL, Tamira A. B.; DUARTE, Sérgio L.; SOARES, Giancarlo F. **Reflexos da pandemia da Covid-19 na gestão do agronegócio.** 19º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/4043.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

LIMA, Maria L. C.; VERÍSSIMO, Michele P. **RELAÇÕES COMERCIAIS E POLÍTICAS ENTRE BRASIL-CHINA E OS EFEITOS DA PANDEMIA DO COVID-19.** Revista Estudo & Debate, Lajeado, v. 29, ed. 2, p. 124-148, 2022. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/3065>. Acesso em: 21 jul. 2023.

LUZ, Jason C. **Análise de Comércio Internacional: A relação sino-brasileira de commodities agrícolas**. 2020. Monografia (Bacharelado - Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS - Centro Universitário de Brasília (UnICEUB), Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14989>. Acesso em: 22 jun. 2023.

MACHADO, Ana P.; MALAGOLLI, Guilherme A. **OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**. Interface Tecnológica, v. 18, ed. 2, 2021. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/1302>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MARIA, Fábio R. **ENTRADA DA CHINA NA OMC: OS IMPACTOS DA ASCENSÃO CHINESA NO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**. 2013. Iniciação Científica (Comércio Exterior) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade do Vale do Itajaí., Itajaí, 2013. Disponível em: <https://www.univali.br/Lists/TrabalhosGraduacao/Attachments/3266/F%C3%81BIO%20RODRIGO%20MAIA.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.

MATTOS, Fernanda M. **MUDANÇAS NA ESTRUTURA DAS RELAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO COMÉRCIO BRASIL-CHINA SOB A ÓTICA DO TEOREMA HECKSCHER-OHLIN**. 2015. Monografia (Bacharelado - Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande, 2015. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/6053>. Acesso em: 6 jun. 2023.

MERCANTIL, Monitor. **O desenvolvimento e as vantagens comparativas do Brasil no século 21**. 13 ago. 2021. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/o-desenvolvimento-e-as-vantagens-comparativas-do-brasil-no-seculo-21/>. Acesso em 4 jun. 2023.

MOREIRA JR., Hermes. **POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DIVERSIFICAÇÃO, REALINHAMENTO E DEPENDÊNCIA**. Entre-Lugar: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, v. 11, ed. 21, p. 240 - 260, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/12057>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MORTATTI, Caio M. *et al.* **DETERMINANTES DO COMÉRCIO BRASIL-CHINA DE COMMODITIES E PRODUTOS INDUSTRIAIS: UMA APLICAÇÃO VECM**. Economia Aplicada, v. 15, ed. 2, p. 311-335, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecoa/a/D3kwpcjzrmQ36rqKv4QyhC/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MOTA, José A. **IMPACTO DA COVID-19 NAS EXPORTAÇÕES DAS PRINCIPAIS COMMODITIES BRASILEIRAS**. Radar, v. 65, p. 63-70, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10607>. Acesso em: 8 jun. 2023.

NASCIMENTO, Ana C. F; MACHADO, Bruna L.; OLIVEIRA, Josiane R.; MENDONÇA, Michele de O. **Impactos da pandemia da Covid19 na avicultura do Brasil**. Nutritime Revista Eletrônica, v. 19, ed. 3, p. 641-652, 2022. Disponível em: <https://nutritime.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Artigo-558.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2023.

NASCIMENTO, Bruno R. **BRASIL E CHINA: DESAFIOS DO REATAMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS EM 1974**. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/30988>. Acesso em: 3 jul 2023.

OLIVEIRA, Henrique A. **Brasil e China: uma nova aliança não escrita?**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 53, ed. 2, p. 88-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mDfHPGdggWSHwDSXDr9mSH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2023.

OLIVEIRA, Henrique A. **Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 47, p. 7-30, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/6Lv7CZfX9pcRdrHXffvH93H/?lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2023.

OLIVEIRA, Henrique A. **BRASIL-CHINA: UMA PARCERIA PREDATÓRIA OU COOPERATIVA?**. Revista Tempo do Mundo, v. 2, ed. 1, 2016. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/160331_rtm_vol2_n1_brasil_china_uma_parceria.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

OLIVEIRA, Ivan T. M. **Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional**. Revista Urutágua, Maringá (PR), 2007. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/011/11oliveira.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

PELLA, Antônio F. C. **RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA A PARTIR DOS ANOS 2000: UMA ANÁLISE DO CONTEÚDO TECNOLÓGICO**. Revista de Estudos Sociais, v. 21, ed. 42, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/7389>. Acesso em: 17 jul. 2023.

PENA, Heriberto W. A. *et al.* **Comércio exterior Brasil e China: do contexto histórico do relacionamento bilateral às tendências pós-pandemia da COVID-19**. Conjecturas, v. 22, ed. 17, 2022. Disponível em: <https://www.conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1870>. Acesso em: 18 jul. 2023.

RIBEIRO, Barbara O.; SILVA, Daniel S.; BARRETO, Gleyce S.; RODRIGUES, Wagner P. **OS IMPACTOS CAUSADOS PELO COVID 19, NAS EXPORTAÇÕES DE COMMODITIES DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA NO BRASIL**. Revista Observatório Portuário, v. 1, ed. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unisanta.br/index.php/rop/article/view/2981>. Acesso em: 3 ago. 2023.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel; LEONARDI, Alex; MARINHO, Marisson de M. **Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação**. Estudos Avançados, v. 34, ed. 100, p. 167-188, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/178766>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SCHROEDER, Guilherme; CARRARO, Nilton C.; SOUSA, Marco A. B.; RIBEIRO, Silvio Paula. **Os impactos da pandemia do Covid-19 para commodities brasileiras**. Revista Concilium, v. 23, ed. 1, 2023. Disponível em: <https://clium.org/index.php/edicoes/article/view/818>. Acesso em: 3 ago. 2023.

SEIXAS, Eduardo P. **Comércio Bilateral Brasil-China**. 2006. Monografia (Ciências Econômicas) - DEPARTAMENTO DE ECONOMIA - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Eduardo_Palma_de_Seixas.pdf.

Acesso em: 19 jul. 2023.

SILVA, M. C. M., RODRIGUES, J. M. A., & YAMASHITA, O. M. (2021). **IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**. *Colloquium Socialis*. ISSN: 2526-7035, 5(1), 63–70. Disponível em: <https://revistas.unoeste.br/index.php/cs/article/view/4087>. Acesso em: 12 jun. 2023

SILVA, Maiara C. M.; RODRIGUES, Jessica M. A.; YAMASHITA, Oscar M. **IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**. *Colloquium Socialis*, Presidente Prudente, v. 5, ed. 1, p. 63-70, 2021. Disponível em: <https://revistas.unoeste.br/index.php/cs/article/view/4087>. Acesso em: 6 jun. 2023.

SOUSA, Ana Tereza L. M. *et al.* Relações Brasil-China durante a pandemia: abalos no pragmatismo. In: AZZI, Diego A. *et al.* **A POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO NA PANDEMIA**. São Bernardo do Campo - SP, 2020. p. 31-45. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17340.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

TAMARINDO, Ubirajara G. F.; PIRES, Marcos C. **Agronegócio: pandemia Covid-19 e os impactos no comércio entre o Brasil e a China**. *Revista Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 12, ed. 60, p. 35-52, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/112747>. Acesso em: 22 jul. 2023.

TÁVORA, Fernando L. **IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**. In: Senado Federal. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td274>. Acesso em: 13 jul. 2023.

TRECE, Juliana C. C. **PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: PRIMEIROS IMPACTOS SOBRE AGREGADOS MACROECONÔMICOS E COMÉRCIO EXTERIOR**. *Boletim de Economia e Política Internacional - BEPI*, ed. 27, p. 17-36, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10331>. Acesso em: 9 jul. 2023.

VIDAL, Maria de F. **AÇÚCAR: CENÁRIO MUNDIAL E SITUAÇÃO DE PRODUÇÃO NO BRASIL E NO NORDESTE BRASILEIRO**. *Caderno Setorial ETENE*, ano 6, ed. 162, p. 167-188, 2021. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/765/3/2021_CDS_162.pdf. Acesso em: 1 ago. 2023.

VILLELA, Eduardo V. M. **As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**, 2004. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>. Acesso em: 28 jun. 2023.

XIMENES, Luciano F. **CARNE SUÍNA**. *Caderno Setorial ETENE*, ano 5, ed. 126, 2021. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/345>. Acesso em: 3

ago. 2023.

XIMENES, Luciano F. **FRANGO**. Caderno Setorial ETENE, ano 6, ed. 167, 2021. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/615>. Acesso em: 3 ago. 2023.

XIMENES, Luciano F. **SEGMENTO DE CARNE BOVINA**. Caderno Setorial ETENE, ano 6, ed. 158, 2021. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/714>. Acesso em: 3 ago. 2023.

XP, Expert. **O que são commodities? Confira o guia completo.**, 5 nov. 2021. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/commodities/>. Acesso em: 13 jun. 2023.